



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

ATITUDES E ESTEREÓTIPOS FACE À VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: COMPARAÇÃO ENTRE O HOMEM E A MULHER ENQUANTO VÍTIMAS E AGRESSORES

Mestranda: Irene Diana Martins Lagartixa

Orientação: Prof.^a Doutora Fátima Bernardo

Mestrado em Psicologia

Área de Especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

Évora, 2017

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Psicologia

Especialização em Psicologia Clínica

**Atitudes e estereótipos face à violência entre
parceiros íntimos: comparação entre o homem e a
mulher enquanto vítimas e agressores**

Irene Diana Martins Lagartixa

Orientadora:

Prof.^a Doutora Fátima Bernardo

Setembro, 2017

Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri

Agradecimentos

À minha orientadora, professora doutora Fátima Bernardo, pela constante disponibilidade, pela partilha de conhecimentos, pela ajuda e pela entrega que deu a este projeto, desejando sempre fazer mais e melhor.

Aos meus pais, por acreditarem em mim, por me permitirem prosseguir os meus estudos e por me ensinarem que nada nesta vida se consegue sem esforço. A eles devo muito daquilo que sou e do que tenho vindo a alcançar. À minha mãe que esteve sempre presente nos momentos mais difíceis e com quem partilhei as minhas dúvidas e dificuldades, tendo sempre uma palavra de apoio e um gesto de carinho e conforto. Ao meu pai, por ser uma inspiração para mim, por nunca me ter pressionado e por ter estado sempre disponível para ajudar.

Ao Fábio que esteve sempre a meu lado e que, na sua maneira muito própria, me apoiou, motivou e acarinhou.

À Rita Tojo com quem partilhei esta grande aventura de fazer uma dissertação. Obrigada pelo apoio, pelos desabafos, por, em determinados momentos, me ajudares a ver a luz e, acima de tudo, obrigada pela amizade!

Um agradecimento muito especial às minhas amigas e colegas Ana Salvador e Sara Prezado que, praticamente deste o primeiro momento, estiveram sempre a meu lado, nos bons e nos maus momentos. Obrigada por me ensinarem o verdadeiro significado da palavra amizade.

Às minhas restantes amigas e colegas de curso, Tânia Batista, Cristina Fouto, Margarida Piteira, Sara da Costa, M^a Rosário Bernardo, Ana Marcão e Tatiana Calado por terem partilhado comigo estes últimos anos inesquecíveis da minha vida. Que o tempo e a distância nunca nos separem.

À minha amiga de sempre Lúcia Santos, com quem partilhei todo o meu percurso académico, desde a pré-primária até à universidade. Obrigada pela pessoa fantástica que és.

À Anabela Farrica, ao João Feitor, ao João Casanova e ao João Galvão que, embora muitas vezes não estivessem perto fisicamente, estiveram sempre presentes e foram verdadeiros amigos.

Ao Professor Manuel Joaquim Piteira Minhoto (Prof. Auxiliar do Departamento de Matemática da Universidade de Évora), pela imediata disponibilidade para esclarecer algumas das minhas dúvidas.

A todas as pessoas que se disponibilizaram a participar nesta investigação, dando os seus importantes contributos. Sem elas, este trabalho não seria possível.

Atitudes e estereótipos face à violência entre parceiros íntimos: comparação entre o homem e a mulher enquanto vítimas e agressores

RESUMO

A presente investigação é constituída por dois estudos. O primeiro estudo, de natureza qualitativa e exploratória, teve como finalidade estudar os estereótipos físicos e psicológicos associados aos diferentes intervenientes de violência entre parceiros íntimos (homem agressor/mulher vítima e mulher agressora/homem vítima), visando a construção de um perfil físico e psicológico para cada um deles. O segundo estudo, de natureza quantitativa, teve como principais objetivos proceder à comparação de atitudes (perceção de severidade e atribuição causal) consoante o tipo de violência perpetrada (violência física ou psicológica), o género do(a) agressor(a) e da vítima e, ainda, os fatores sociodemográficos dos participantes. Posto isto, foi desenvolvido um instrumento de recolha de dados constituído por perguntas de resposta aberta (estudo qualitativo) e por cenários hipotéticos de violência entre parceiros íntimos (estudo quantitativo). O instrumento subdividiu-se, ainda, em duas versões idênticas, à exceção do género do agressor e da vítima que foi manipulado consoante a versão em questão. Cada participante respondeu a apenas uma das versões, tendo-se formado duas amostras independentes. De uma forma geral, os resultados indicaram que existem características físicas e psicológicas que são frequentemente associadas aos(às) agressores(as) e às vítimas, tendo sido possível traçar vários perfis. No estudo quantitativo, constatou-se que a perceção de severidade e a atribuição causal diferiram consoante o tipo de violência perpetrada e o género do(a) agressor(a) e da vítima. Por último, verificou-se ainda que, em determinadas situações, tais atitudes se alteraram consoante os fatores sociodemográficos dos participantes.

Palavras-Chave: Violência entre parceiros íntimos; Perceção de Severidade; Atribuição Causal; Estereótipos; Homem agressor; Mulher vítima; Homem vítima; Mulher agressora.

Attitudes and stereotypes towards intimate partner violence: comparing men and women as victims and perpetrators

ABSTRACT

The present investigation consists of two studies. The first study, qualitative and exploratory, aimed to study the physical and psychological stereotypes associated with the different actors of intimate partner violence (male perpetrator/female victim and female perpetrator/male victim), aiming at the construction of a physical and psychological profile for each of them. The main objective of the second study, a quantitative one, was to compare attitudes (perception of severity and causal attribution), according to the type of violence perpetrated (physical or psychological violence), the gender of the perpetrator and the victim and the sociodemographic factors of the participants. Thus, a data collection instrument was developed consisting of open-ended questions (qualitative study) and hypothetical scenarios of intimate partner violence (quantitative study). The instrument was further subdivided into two identical versions, except for the gender of the perpetrator and the victim that was manipulated depending on the version in question. Each participant responded to only one version, so that two independent samples were formed. Overall, the results indicate that there are a number of physical and psychological characteristics that are often associated with the perpetrators and victims, and it has been possible to trace several profiles. In the quantitative study, it was observed that the perception of severity and the causal attribution differed according to the type of violence perpetrated and the gender of the aggressor and the victim. Finally, it was verified that, in certain situations, such attitudes changed according to the sociodemographic factors of the participants.

Keywords: Intimate partner violence; Severity perception; Causal attribution; Stereotypes; Male perpetrator; Female victim; Male victim; Female perpetrator.

Índice

Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	3
1. Violência: breve caracterização do fenómeno.....	3
1.1 Delimitação de conceitos.....	3
1.2 Tipologia dos comportamentos violentos.....	4
2. Serão os homens vítimas na intimidade.....	4
2.1 Violência perpetrada no feminino.....	4
2.2 Perspetiva Feminista e Perspetiva da Sociologia da Família: diferentes pontos de vista sobre o mesmo fenómeno.....	6
2.3 Dificuldades que as vítimas homens enfrentam.....	7
3. Atitudes associadas ao fenómeno da violência entre parceiros íntimos.....	9
3.1 Porquê estudar atitudes?.....	9
3.2 Atitudes associadas à violência masculina e feminina.....	11
3.2.1 Perceção de severidade.....	11
3.2.2 Atribuição causal.....	13
3.3 Violência física e violência psicológica.....	15
3.3.1 Prevalência e impacto na vítima.....	15
3.3.2 Atitudes associadas à violência física e psicológica: enfoque na perceção de severidade.....	17
3.4 Fatores sociodemográficos e atitudes em relação à violência entre parceiros íntimos.....	18
3.4.1 Género.....	19
3.4.2 Educação.....	20
3.4.3 Idade.....	20
3.4.4 Outros fatores sociodemográficos.....	22
4. Estereótipos associadas à violência entre parceiros íntimos.....	22
4.1 Estereótipos de género.....	22
4.2 Estereótipos físicos associados à mulher vítima.....	24
4.3 Estereótipos psicológicos associados à mulher vítima e ao homem agressor.....	25
Parte II – Estudos Empíricos.....	31
Estudo 1.....	31

5. Método.....	31
5.1 Objetivos.....	31
5.2 Desenho do estudo.....	31
5.3 Hipóteses.....	32
5.4 Instrumento de recolha de dados.....	32
5.5 Participantes.....	32
5.6 Procedimento de construção do instrumento.....	35
5.7 Procedimento de recolha de dados.....	36
5.8 Procedimento de análise de dados.....	37
5.9 Juízes.....	38
6. Resultados.....	38
6.1 Perfil físico de uma mulher e de um homem vítimas de violência na intimidade.....	38
6.2 Perfil físico de um homem e de uma mulher agressores de violência na intimidade.....	39
6.3 Perfil psicológico de uma mulher e de um homem vítimas de violência na intimidade.....	40
6.4 Perfil psicológico de um homem e de uma mulher agressores de violência na intimidade.....	41
7. Discussão.....	43
Estudo 2.....	49
8. Método.....	49
8.1 Objetivos.....	49
8.2 Desenho do estudo.....	49
8.3 Hipóteses.....	49
8.4 Participantes.....	50
8.5 Instrumento de recolha de dados.....	51
8.6 Procedimento de construção do instrumento.....	53
8.7 Procedimento de recolha de dados.....	56
8.8 Procedimento de análise de dados.....	56
9. Resultados.....	57
10. Discussão.....	78
11. Conclusões finais.....	82
12. Limitações e implicações futuras do estudo.....	83
Referências.....	87

Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Características físicas associadas à mulher vítima</i>	25
Tabela 2. <i>Características psicológicas das mulheres capazes de quebrar o ciclo da violência</i>	26
Tabela 3. <i>Características psicológicas e sociodemográficas associadas à mulher vítima</i>	28
Tabela 4. <i>Características psicológicas e sociodemográficas associadas ao homem agressor</i>	29
Tabela 5. <i>Caracterização sociodemográfica da amostra 1 e da amostra 2</i>	34
Tabela 6. <i>Experiência anterior de violência doméstica da amostra 1 e da amostra 2</i>	35
Tabela 7. <i>Cenários hipotéticos de violência</i>	51
Tabela 8. <i>ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “tipo de questionário”</i>	58
Tabela 9. <i>Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “tipo de questionário”</i>	58
Tabela 10. <i>ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, para a amostra 1</i>	59
Tabela 11. <i>Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, na amostra 1</i>	59
Tabela 12. <i>Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos cenários hipotéticos de violência, na amostra 1</i>	60
Tabela 13. <i>ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, para a amostra 2</i>	61
Tabela 14. <i>Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, na amostra 2</i>	61
Tabela 15. <i>Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos cenários hipotéticos de violência, na amostra 2</i>	62
Tabela 16. <i>ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “tipo de questionário”</i>	63

Tabela 17. Médias totais da variável “atribuição causal vítima” para cada um dos níveis do fator “tipo de questionário”.....	63
Tabela 18. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal agressor” e o fator “tipo de questionário”.....	64
Tabela 19. Médias totais da variável “atribuição causal agressor” para cada um dos níveis do fator “tipo de questionário”.....	64
Tabela 20. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “gênero”, para a amostra 1.....	65
Tabela 21. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “gênero”, na amostra 1.....	65
Tabela 22. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “gênero”, para a amostra 2.....	66
Tabela 23. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “gênero”, na amostra 2.....	66
Tabela 24. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “gênero”, para a amostra 1.....	67
Tabela 25. Médias totais da variável “atribuição causal vítima” para cada um dos níveis do fator “gênero”, na amostra 1.....	67
Tabela 26. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “gênero”, para a amostra 2.....	67
Tabela 27. Médias totais da variável “atribuição causal vítima” para cada um dos níveis do fator “gênero”, na amostra 2.....	68
Tabela 28. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “escolaridade”, para a amostra 1.....	69
Tabela 29. Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “escolaridade”, na amostra 1.....	69
Tabela 30. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “escolaridade”, na amostra 1.....	70
Tabela 31. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “escolaridade”, para a amostra 2.....	71
Tabela 32. Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “escolaridade”, na amostra 2.....	71
Tabela 33. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “escolaridade”, na amostra 2.....	71

Tabela 34. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “idade”, para a amostra 2.....	72
Tabela 35. Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “idade”, na amostra 2.....	73
Tabela 36. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “idade”, na amostra 2.....	73
Tabela 37. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “residência”, para a amostra 2.....	75
Tabela 38. Teste de Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “residência”, na amostra 2.....	75
Tabela 39. Médias totais da “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “residência”, na amostra 2.....	76
Tabela 40. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “estado civil”, para a amostra 2.....	77

Índice de figuras

Figura 1 – Características físicas associadas às vítimas de violência na intimidade.....	39
Figura 2 – Características físicas associadas aos(às) agressores(as) de violência na intimidade.....	40
Figura 3 – Características psicológicas associadas às vítimas de violência na intimidade.....	41
Figura 4 – Características psicológicas associadas ao homem agressor de violência na intimidade.....	42
Figura 5 – Características psicológicas associadas à mulher agressora de violência na intimidade.....	42

Índice de anexos

- Anexo A - Instrumento de recolha de dados (versão 1)
- Anexo B – Instrumento de recolha de dados (versão 2)
- Anexo C – Consentimento informado
- Anexo D - Categorias físicas, e respetivas palavras e expressões, associadas às vítimas de violência na intimidade
- Anexo E - Categorias físicas, e respetivas palavras e expressões, associadas aos(às) agressores(as) de violência na intimidade
- Anexo F - Categorias psicológicas, e respetivas palavras e expressões, associadas às vítimas de violência na intimidade
- Anexo G - Categorias psicológicas, e respetivas palavras e expressões, associadas aos(às) agressores(as) de violência na intimidade
- Anexo H - Itens utilizados no instrumento para avaliarem o sentimento de responsabilidade pessoal, a perceção de severidade, a atribuição de culpa e a intenção comportamental
- Anexo I – Lista de nomes próprios
- Anexo J – Tabela de frequências estatísticas dos nomes próprios em relação à idade e à escolaridade
- Anexo L - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal agressor” e o fator “género”, para a amostra 1
- Anexo M - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal agressora” e o fator “género”, para a amostra 2
- Anexo N - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “escolaridade”, para a amostra 1
- Anexo O - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “escolaridade”, para a amostra 2
- Anexo P - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “perceção de severidade” e o fator “idade”, para a amostra 1
- Anexo Q - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “idade”, para a amostra 1
- Anexo R - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “idade”, para a amostra 2
- Anexo S - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “perceção de severidade” e o fator “residência”, para a amostra 1

Anexo T - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “residência”, para a amostra 1

Anexo U - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “residência”, para a amostra 2

Anexo V - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “estado civil” para a amostra 1

Anexo X - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “estado civil”, para a amostra 2

Anexo Z - ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “estado civil”, para a amostra 1

Introdução

De acordo com Sorenson e Taylor (2005), as atitudes em relação à violência tendem a ser influenciadas por três fatores: características das pessoas envolvidas (e.g., gênero do(a) agressor(a) e da vítima), características do incidente em específico (e.g., tipo de violência perpetrada) e, por fim, características da pessoa que observa os incidentes (e.g., gênero do observador).

Dentro das atitudes, a percepção de severidade e a atribuição causal têm vindo a ser estudadas. Investigações têm demonstrado que a violência perpetrada por homens é percebida como sendo mais grave e severa para as suas vítimas (e.g., Hilton, Harris & Rice, 2003; Stith, Smith, Penn, Ward, & Tritt, 2004). Pelo contrário, a violência exercida por mulheres é vista como menos severa e prejudicial (e.g., Robertson & Murachver 2009), sendo os homens frequentemente culpabilizados pela violência de que são vítimas (e.g., Harris & Cook, 1994; Davies & Rogers, 2006). No que concerne ao tipo de violência perpetrado, a violência física é percebida como sendo mais grave e agressiva do que a violência psicológica (e.g., Chamberland & Laporte, 2010). Por último, relativamente à associação entre as características do observador e as atitudes, diversas investigações têm constatado que determinados fatores sociodemográficos (e.g., idade, gênero, escolaridade) determinam as atitudes dos sujeitos observadores face a eventos de violência perpetrada na intimidade (e.g., Bryant & Spencer, 2003; Flood & Pease, 2009; Gracia & Tomás, 2014).

No que concerne aos estereótipos, investigações indicam que existem determinadas características físicas e psicológicas que são facilmente associadas ao homem e à mulher e, mais especificamente, a agressores(as) e vítimas de violência na intimidade (e.g., Delgado-Álvarez, Gómez, & Jara, 2011; Mendes, 2016).

Posto isto, de forma a estudar os fenómenos supramencionados, desenvolveram-se dois estudos. O primeiro estudo, de natureza qualitativa, teve como objetivo primordial efetuar uma análise exploratória dos estereótipos físicos e psicológicos recorrentemente associados aos diferentes intervenientes de violência na intimidade (homem agressor/mulher vítima e mulher agressora/homem vítima), visando a construção de um perfil físico e psicológico de cada um deles. O segundo estudo, de natureza quantitativa, teve como principais objetivos comparar a percepção de severidade e a atribuição causal face a eventos de violência perpetrada por homens e por mulheres e a percepção de severidade face a episódios de violência física e psicológica. Por último, procurou-se perceber se os diferentes fatores

sociodemográficos dos inquiridos se associam às atitudes, por eles manifestadas, quando expostos a eventos de violência perpetrada na intimidade.

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes principais: a primeira parte refere-se ao enquadramento teórico e a segunda parte é composta pelos capítulos alusivos aos estudos empíricos.

O primeiro capítulo pretende efetuar uma delimitação dos diferentes conceitos utilizados na conceptualização do fenómeno da violência, fazendo referência às diferentes formas através das quais a violência é passível de ser manifestada.

O segundo capítulo dá a conhecer a temática da violência perpetrada pela mulher contra o homem, fazendo menção aos primeiros estudos realizados sobre o fenómeno, às principais teorias explicativas desta realidade e, ainda, aos principais obstáculos com que se deparam as vítimas homens.

No terceiro capítulo são identificadas as atitudes, com especial enfoque na perceção de severidade e atribuição causal, que são frequentemente associadas à violência masculina e feminina e também à violência física e psicológica. Foi, ainda, efetuada uma revisão bibliográfica sobre a associação entre os diferentes fatores sociodemográficos dos observadores e as atitudes por eles apresentadas.

Por último, o quarto capítulo visa identificar quais são as características físicas e psicológicas mais recorrentemente associadas às mulheres vítimas e aos homens agressores. Pretendia-se identificar também um conjunto de características físicas e psicológicas associadas às mulheres agressoras e aos homens vítimas, contudo, não foi possível encontrar investigações especificamente sobre esta temática.

Segue-se a segunda parte do trabalho referente ao estudo empírico. O quinto capítulo refere-se ao estudo 1 (estudo qualitativo) e pretende efetuar uma caracterização do desenho do estudo, dos objetivos, hipóteses, participantes, do instrumento de recolha de dados, do procedimento de construção do instrumento e do procedimento de recolha de dados. Os capítulos 6 e 7 descrevem os resultados obtidos e a discussão dos mesmos, respetivamente.

Seguidamente, no capítulo 8, é executada uma caracterização do estudo 2 (estudo quantitativo), à semelhança do que foi efetuado primeiramente para o estudo qualitativo. Os capítulos 9 e 10 destinam-se aos resultados e discussão dos mesmos.

No capítulo 11 apresentam-se as conclusões finais para ambos os estudos e no capítulo 12 as limitações e algumas sugestões para investigações futuras. Este trabalho termina com a discriminação das referências citadas ao longo do mesmo.

Parte I - Enquadramento Teórico

1. Violência: breve caracterização do fenómeno

1.1 Delimitação de conceitos

O termo “violência doméstica” é comumente utilizado quando se pretende descrever o fenómeno da violência perpetrada entre marido e mulher (Matos, 2002), embora de forma, muitas vezes, incorreta uma vez que diz respeito a um fenómeno mais abrangente (Gonçalves, 2004), existindo conceitos mais adequados para essa realidade (e.g., violência conjugal ou violência entre parceiros íntimos (Manita, 2005).

A APAV define violência doméstica como “qualquer conduta (...) que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos (...) a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro(a) ou ex-companheiro(a), namorado(a) ou ex-namorado(a) (...)” (APAV, 2010).

O termo violência conjugal refere-se a uma realidade mais restrita (Gonçalves, 2004). De acordo com Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), este conceito refere-se a todas as formas de violência anteriormente mencionadas, exercidas por um dos cônjuges/companheiro(a) ou ex-cônjuge/ex-companheiro(a) sobre o(a) outro(a).

Ao longo das últimas décadas, com o crescimento dos movimentos feministas e a ênfase cultural na igualdade de género, grande parte da literatura passa a estar focada na violência entre parceiros íntimos (e.g., relações de namoro, coabitação, casamento ou separação (Johnson & Ferraro, 2000). Surgem conceitos como “violência nas relações de intimidade” ou “violência entre parceiros íntimos” destinados a abranger todo o tipo de relacionamentos interpessoais íntimos, não confinados à condição de conjugalidade (Sousela, 2006).

Não obstante, importa mencionar que a utilização dos termos “violência conjugal” e “violência nas relações de intimidade” não é unânime, existindo autores que defendem que o termo violência conjugal abrange toda a violência perpetrada entre casais e ex-casais (e.g., Cunha, Gonçalves & Pereira, 2011). Todavia, a presente tese segue a tipologia definida por Manita, et al. (2009), recorrendo à separação dos termos “violência conjugal” e “violência em relações de intimidade”.

1.2 Tipologia dos comportamentos violentos

No que concerne à tipologia dos comportamentos violentos, embora estes surjam frequentemente de forma combinada (Almeida, 2009), existe uma classificação tradicional, que agrupa os atos violentos em três grandes categorias: violência física, psicológica/emocional e sexual (Coker, Smith, Mckeown & King, 2000). Para cada uma destas categorias, existem várias definições uma vez que não existe um entendimento unânime acerca do que é a violência nas suas diversas formas (Almeida, 2009).

De acordo com Manita, et al. (2009, p. 17) a “violência física consiste no uso da força física com o objetivo de ferir e/ou causar dano físico ou orgânico, deixando ou não marcas evidentes”. Durante muitos anos, apenas os atos de violência física eram considerados violência. Não obstante, e apesar de a violência física continuar a deter maior visibilidade (Dias, 2004), a definição de violência tem evoluído bastante e o abuso psicológico tem progressivamente sido reconhecido como forma de violência (Chamberland & Laporte, 2010).

A violência psicológica/emocional consiste em “desprezar, menosprezar, criticar, insultar ou humilhar a vítima, em privado ou em público, por palavras e/ou comportamentos” (Manita, et al. 2009, p. 16), (e.g., insultar, destruir objetos com valor afetivo, insultar, controlar a vida do outro, entre outros) (Matos, 2002; WHO, 2013).

Por último, a violência sexual diz respeito a toda e qualquer “forma de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima (...), recorrendo a ameaças e coação ou, muitas vezes, à força física para a obrigar (Manita, et al. 2009, p. 20). Importa mencionar que esta dissertação centra-se nas violências física e psicológica, pelo que a violência sexual não será avaliada.

2. Serão os homens vítimas na intimidade?

2.1 Violência perpetrada no feminino

Há muito que a investigação desenvolvida tem centrado a sua atenção na violência exercida contra a mulher (Dobash & Dobash, 2004), contribuindo para que o fenómeno da violência feminina seja negligenciado e para que o homem seja considerado a vítima esquecida (Felson, 2010). Não obstante, a literatura tem vindo a reconhecer que a violência exercida na intimidade não é uma realidade exclusiva da mulher, podendo os homens também ser vítimas (Randle & Graham, 2011).

O primeiro estudo de maior relevo foi realizado por Steinmetz (1977-1978), tendo concluído que os níveis de violência física utilizados nos relacionamentos violentos eram idênticos entre homens e mulheres. Estes resultados foram corroborados, anos mais tarde, por Straus (1977-1978), tendo concluído que homens e mulheres são igualmente violentos nas suas relações íntimas.

Progressivamente, obteve-se um crescente corpo de evidência que sugere que os homens também são vítimas de violência nas relações de intimidade (e.g., Archer, 2000; Carmo, Grams, & Magalhães, 2011; Willis, & Porche, 2003), existindo, deste modo, igual probabilidade de homens e mulheres perpetrarem violência (e.g., Straus, 2004; Swan, Gambone, Caldwell, Sullivan, & Snow, 2008).

Com o surgimento destes estudos rapidamente se presumiu que os comportamentos violentos perpetrados por mulheres eram unicamente expressões de legítima defesa (Hamberger, & Potente, 1994; Simon, Anderson, Thompson, Crosby, Shelley & Sacks, 2001). Contudo, apesar de a legítima defesa ser uma causa relevante para o recurso à violência (Stuart, Moore, Gordon, Hellmuth, Ramsey & Kahler, 2006), várias foram as investigações que identificaram motivações semelhantes para o uso de violência por homens e mulheres, nomeadamente, a necessidade de controlo, expressões de raiva (Weizmann-Henelius, Viemero, & Eronen, 2003), ciúmes, punição pela infidelidade do parceiro e tentativas de dominação do parceiro (Arnocky, Sunderani, Miller, & Vaillancourt, 2012).

Apesar do crescente corpo de evidências que sustenta a existência de violência cometida por mulheres, a questão da vitimização masculina permanece dividida e relativamente negligenciada pelos investigadores e profissionais (Arnocky & Vaillancourt, 2014). Para alguns investigadores, a violência exercida no contexto das relações de intimidade é, acima de tudo, um problema assimétrico de violência contra as mulheres, sendo que a grande maioria das vítimas são mulheres (Dobash & Dobash, 2004). Consequentemente, as mulheres continuam a ser consideradas as vítimas mais importantes deste tipo de violência (Carmo, et al. 2011).

Na mesma linha, a violência das mulheres contra os homens é considerada, por vários autores, como menos significativa em termos de frequência, gravidade, consequências, impacto para a segurança da vítima e bem-estar (Dobash & Dobash, 2004), existindo um menor grau percebido de ameaça e perigo e uma menor probabilidade do homem ser ferido e espancado pela parceira (Archer, 2002).

Não obstante, neste último tópico as opiniões também divergem. Robertson e Murachver (2007), não encontraram diferenças significativas no que concerne à severidade da violência perpetrada por homens e por mulheres.

Por sua vez, Archer (2002), com recurso às *Conflict Tactics Scales* (CTS), inferiu que as mulheres realizam mais atos agressivos, de entre os presentes na escala. As maiores exceções prenderam-se com os comportamentos violentos “espancar” e “sufocar ou estrangular”. Ainda assim, 32% a 33% das pessoas que cometeram estes atos foram mulheres.

Por último, Hines e Malley-Morrison (2001) desenvolveram uma revisão de literatura sobre as consequências da violência nas vítimas homens e sobre as razões pelas quais os homens permanecem em relações abusivas. Os autores concluíram que a violência contra os homens constitui um problema muito grave, resultando em consequências físicas e psicológicas severas para as vítimas.

2.2 Perspetiva Feminista e Perspetiva da Sociologia da Família: diferentes pontos de vista sobre o mesmo fenómeno

A temática controversa do género e da violência na intimidade provocou uma divisão na literatura, entre as duas perspetivas conceptuais que dominam a investigação nesta área: a perspetiva feminista e a perspetiva da sociologia da família (Melton & Belknap, 2003).

Os defensores do feminismo contestam, acima de tudo, a ideia da existência de simetria de género. (Machado & Matos, 2012). A violência está enraizada na distribuição desigual do poder entre géneros na sociedade, sendo usada pelos homens como um meio de exercer domínio e controlo sobre as mulheres, mantendo-as em posições subordinadas (Yllo, 2005 como citado em Dias, 2012).

Segundo os defensores desta teoria, a violência na intimidade constitui um problema de género, pelo que deve ser considerado como um problema social das mulheres (Randle & Graham, 2011). Os homens são considerados os agressores primários e as mulheres apenas as suas vítimas (Felson, 2008), sendo por eles subordinadas, dominadas e controladas (Robertson & Murachver, 2009).

À luz dos movimentos feministas, mulheres e homens apresentam diferentes motivações para o uso da violência (Melton & Belknap, 2003). As mulheres apenas agredem em legítima defesa ou apenas em resposta ao facto de terem sido, durante anos, agredidas pelos companheiros (e.g., Dutton & Nicholls, 2005; Hines & Douglas,

2010). Pelo contrário, os homens são encarados como mais propensos a utilizar a violência, como forma de controlo ou exercício de poder (Hamberger & Potente, 1994). A sua vitimização, por sua vez, tem sido encarada como sendo sua culpa ou trivializada e justificada de diversas formas (Machado & Matos, 2012).

A perspetiva dos sociólogos da família defende, por sua vez, que homens e mulheres podem ser ambos perpetradores de violência e que, embora os homens possam provocar mais danos físicos nas suas companheiras, a violência contra os homens também pode ser muito destrutiva (Lewis & Sarantakos, 2001).

Os sociólogos da família argumentam que a desigualdade de género por si só não é suficiente para produzir um relacionamento violento (Machado & Matos, 2014). Existem outros fatores que influenciam e contribuem fortemente para a violência na intimidade, incluindo, nomeadamente, fatores socioeconómicos (Gelles, 1976), stresse (Straus, Gelles & Steinmetz, 1980 como citado em Migliaccio, 2002) e experiências de exposição de violência na infância (Gelles, 1976). Consideram, também, que, isoladamente, o fator do patriarcalismo falha ao explicar a violência que ocorre, por exemplo, entre casais homossexuais (Lockhart, White, Causby, & Issac, 1994). No entender destes, a violência não é um problema de género mas sim um problema humano (Kimbrell, 1995 como citado em Migliaccio, 2002), pelo que a violência exercida pelas mulheres não pode ser ignorada (Hines & Malley-Morrison, 2001).

Apesar da controvérsia, não pode ser negado que os homens são vítimas de violência perpetrada pelas suas parceiras (Carmo, et al. 2011; Chan, 2011). O debate sobre a "simetria de género" irá continuar, pelo que, na ausência de dados conclusivos, parece plausível afirmar que, independentemente da orientação sexual (Renzetti & Miley, 1996), da idade, aptidão física e origem socioeconómica ou étnica, qualquer pessoa pode ser vítima na intimidade (Allen-Collinson, 2009).

2.3 Dificuldades que as vitimas homens enfrentam

As crenças e perceções da sociedade relativamente às diferenças de género influenciam os comportamentos de procura de ajuda por parte dos homens (Machado, 2016). As expectativas sociais associadas à masculinidade (Galdas, Cheater, & Marshall, 2005) assim como a crença de que os homens conseguem afastar-se facilmente das relações violentas e que possuem habilidades físicas e económicas para solucionar os seus próprios problemas (Hines & Douglas, 2010) assumem um

papel importante na inibição de comportamentos relacionados com a procura de ajuda e reportação dos abusos (Galdas, et al. 2005).

Morgan, Williamson, Hester, Jones & Feder (2014) concluíram que os homens expressam dificuldades em falar com alguém sobre os seus problemas pessoais, seja amigos, familiares ou profissionais. Por sua vez, Barber (2008) e Thureau, Blanc-Louvry, Thureau, Gricourt e Proust (2015) constataram que os homens têm grandes dificuldades em admitir a sua condição, não recorrendo à ajuda de profissionais.

Segundo Tsui, Cheung e Leung (2010) os homens têm menos probabilidade de procurar ajuda. Dewar (2008) encontrou resultados semelhantes, tendo concluído que os homens são menos propensos a reportar os abusos. Não obstante, em casos em que as vítimas optaram por contactar as autoridades, foram vários os homens que foram ignorados pelas mesmas.

No estudo conduzido por Tsui et al. (2010) constatou-se que as vítimas homens evitam procurar ajuda por razões que incluem a crença de que não existe suficientemente apoio disponível, sentimentos de vergonha e embaraço ou devido a não considerarem as suas experiências como comportamentos abusivos. Os homens relatam, ainda, sentirem medo de serem desacreditados pelos outros (Felson & Paré, 2005), medo de sofrerem de mais violência e de outras consequências da revelação (Rose, Trevillion, Woodall, Morgan, Feder & Howard, 2011; Tsui et. al.,2010).

A inexistência de apoio especializado suficiente para as necessidades das vítimas homens é, de facto, uma realidade incontestável. Segundo Lawrence (2003) os recursos de apoio que estão disponíveis para as mulheres não estão disponíveis para as vítimas masculinas, existindo abrigos e casas seguras destinadas à proteção de mulheres vítimas. Todavia, as mesmas não estão disponíveis para os homens.

Em Portugal, a inexistência de apoios e o estigma que envolve a violência perpetrada no feminino constitui uma realidade preocupante. Machado, Hines, e Matos (2016) realizaram uma investigação com uma amostra de homens portugueses vítimas de violência na intimidade. Os inquiridos relataram sentir dificuldades em lidar com a vitimização, em adotar comportamentos de procura de ajuda e identificaram como principais necessidades: o apoio emocional (e.g., ter alguém próximo ou de confiança com quem falar), apoio social (e.g., não ser criticado ou ridicularizado), apoio especializado na sua condição (e.g., apoio psicológico), necessidade de segurança e proteção (e.g., terem um local onde ficar) e, por fim, terem acesso a cuidados de saúde. De acordo com as autoras, Portugal não está preparado para prestar um serviço adequado a estas vítimas, muito devido ao facto de a violência perpetrada no

feminino permanecer invisível, existindo uma escassez de informação preocupante, nomeadamente de campanhas informativas e de prevenção direcionadas para este fenómeno em específico.

3. Atitudes associadas ao fenómeno da violência entre parceiros íntimos

3.1 Porquê estudar atitudes?

A identificação de atitudes em relação à violência entre parceiros íntimos perpetrada, seja por homens, seja por mulheres, constitui um importante passo para quebrar o ciclo de violência dentro do lar (Robertson & Murachver, 2009). As atitudes sociais influenciam as respostas que as vítimas, os profissionais e a população em geral adotam em situações de violência. Se as atitudes da sociedade não desaprovarem a violência e, ainda para mais, se tolerarem e considerarem os comportamentos violentos aceitáveis em determinadas circunstâncias, existirá uma menor probabilidade de tais atos serem reportados, as vítimas receberão menos apoio e os(as) agressores(as) não sofrerão tanto o peso do estigma e das consequências da perpetração da violência (Gracia, 2004). Para além disso, as atitudes têm-se revelado como um importante preditor da perpetração de violência (Gage & Hutchinson, 2006). Investigações têm constatado que existe uma forte relação entre as atitudes do indivíduo face à violência e a verdadeira ocorrência de abusos contra o(a) esposo(a)/companheiro(a).

Dentro deste último tópico, Straus (2004) constatou que quanto maior fosse a percentagem de estudantes universitários que assumissem atitudes de tolerância em relação à violência física, maior era a percentagem de estudantes que agrediam o(a) seu(ua) namorado(a). Mulheres que adotam atitudes positivas em relação à violência entre parceiros íntimos apresentam um maior risco de sofrerem abusos continuados, comparativamente às mulheres que não possuem tais atitudes (Gage, 2005). Simon, et al. (2001), por sua vez, concluíram que as pessoas que relataram serem vítimas de violência apresentaram, também, mais atitudes de aceitação face aos abusos perpetrados. Por último, Johnson e Das (2009) constataram que atitudes de aceitação face à violência contra a mulher constituem um forte preditor de perpetração de violência, sendo que os homens que assumiram possuir atitudes positivas em relação à mesma apresentaram uma probabilidade quatro vezes maior de reportarem abusos recentes contra as suas esposas.

Contudo, a investigação no âmbito das atitudes tem-se revelado bastante escassa (Wang, 2016). De acordo com Smith, Thompson, Tomaka e Buchanan (2005) os investigadores desta temática focam-se sobretudo na prevalência e severidade da violência em relações de intimidade, preocupando-se com as atitudes apenas secundariamente. Por sua vez, a investigação existente sobre atitudes tem-se centrado praticamente apenas no reconhecimento de atitudes dos(as) agressores(as) face à violência, recorrendo a populações clínicas. Por outro lado, as poucas investigações que utilizam amostras da comunidade concentram-se, novamente, na violência perpetrada pelo homem contra a mulher (Robertson & Murachver, 2009).

De um modo geral, independentemente de o agressor ser homem ou mulher, domina, na nossa sociedade, uma atmosfera de aceitação e tolerância em relação à violência realizada na intimidade. Este clima é caracterizado pela ausência de empatia em relação às vítimas (Perry, Williard & Perry, 1990) e pela expectativa de que as mesmas conseguem prevenir os abusos (Faramarzi, Esmailzadeh & Mosavi, 2005)

Várias investigações indicaram que as pessoas tendem, em parte, a atribuir a responsabilidade pelos acontecimentos violentos às vítimas acreditando, por exemplo, que as mesmas possuem características de personalidade provocantes (Gracia & Tomas, 2014) ou que impulsionaram a violência devido à adoção de atitudes e comportamentos irracionais e irresponsáveis (Anderson & Saunders, 2003). Na Europa, o comportamento provocador da mulher é mencionado, frequentemente, como justificação pelos comportamentos abusivos (Waltermaurer, 2012). Tais atitudes contribuem para que agressores sejam desculpabilizados pelos seus atos e para que se vinque, ainda mais, a ideia de que as vítimas, por vezes, são merecedoras da violência, existindo uma menor disponibilidade para as ajudar (Gracia, 2014).

De acordo com Taylor e Sorenson (2005) as pessoas tendem, também, a atribuir à vítima a responsabilidade pela resolução do problema. Existe a crença de que as vítimas conseguem abandonar facilmente uma relação destrutiva e que, caso escolham permanecer na relação abusiva, então é porque gostam de ser abusadas (Sprague, Kaloty, Madden, Dosanjh, Mathews & Bhandari, 2013) ou, pelo menos, aprenderam a aceitar a violência (Worden & Carlson, 2005).

Atitudes de culpabilização da vítima estão entre os fatores sociais que mais contribuem para a manutenção de um clima de aceitação da violência (Gracia, 2004), sendo que são várias as investigações que têm demonstrado que atitudes de responsabilização da vítima são mais prevalentes entre aqueles que consideram que a violência é aceitável em determinadas circunstâncias (Gracia & Herrero 2007; West &

Wandrei, 2002). Num estudo baseado numa amostra representativa, proveniente de 15 países europeus, constatou-se que atitudes de culpabilização da vítima foram fulcrais na diferenciação entre inquiridos que assumiram atitudes de aceitação da violência daqueles que não demonstraram tais atitudes (Gracia & Herrero, 2007).

No que concerne à perceção de severidade, esta pode ser influenciada por outras variáveis atitudinais, nomeadamente, pelas crenças tradicionais de género e pelas atitudes de aceitação da violência íntima (Hurt, Maver, & Hofmann, 1999).

3.2 Atitudes associadas à violência masculina e feminina

Apesar de, na generalidade, existirem atitudes de aceitação e justificação da violência, existem diversas evidências que indicam que o género do agressor e o género da vítima determinam fortemente as atitudes face à violência perpetrada (Lehmann & Santilli, 1996; Robertson & Murachver, 2009).

A violência realizada pelos homens é percecionada como sendo mais grave e severa para as suas vítimas (e.g., Hilton, Harris & Rice, 2003; Simon, et al. 2001; Stith, et al. 2004). Por outro lado, a violência feminina é, regularmente, ignorada, vista com humor e entendida como sendo inconsequente, pouco séria e pouco ameaçadora (Cobinna, Like-Haislip, & Miller, 2010; Robertson & Murachver, 2009;), talvez porque as pessoas tendem a assumir que as mulheres exercem essencialmente “apenas” violência psicológica (Alfredsson, Ask & Borgstede, 2016). Os seus atos são mais facilmente desculpabilizados e legitimados (e.g., provavelmente foi provocada pelo marido/companheiro) (Seelau, Seelau & Poorman, 2003; Sundaram, 2013) e entendidos como menos criminosos (Ferguson & Negy, 2004), sendo que as pessoas tendem a assumir mais facilmente atitudes de aceitação em relação à violência feminina (Merten & Williams, 2009; Sundaram, 2013), independentemente de os atos perpetrados serem de violência física ou psicológica (Anderson, Chen, Johnson, Lyon, Lee, Zheng, Ratcliffe & Peterson, 2011). As vítimas homens, por sua vez, são mais recorrentemente culpabilizadas pelos comportamentos agressivos de que são alvo (e.g., Lehmann & Santilli, 1996; Stewart & Maddren, 1997).

3.2.1 Perceção de severidade

Segundo Sorenson e Taylor (2005), as atitudes em relação à violência tendem a ser influenciadas por três fatores: características das pessoas envolvidas,

características do incidente em específico e, por fim, características da pessoa que observa os incidentes. Posto isto, os autores desenvolveram uma investigação na qual apresentaram vinhetas com situações de violência entre parceiros íntimos, tendo manipulado os dois primeiros fatores. Congruentemente com outras investigações, a violência executada contra a mulher foi severamente julgada. Em contrapartida, os inquiridos consideraram que é menos errado uma mulher agredir um homem e que a violência perpetrada no feminino não necessita de tanta ou igual intervenção judicial, verificando-se uma menor intenção de reportar tais atos às autoridades. A par disto, os participantes consideraram uma menor proporção de comportamentos agressivos como ilegais quando estes eram perpetrados por mulheres (Sorenson e Taylor, 2005).

Este último resultado é concordante com os dados obtidos por Carlson e Worden (2005). Quando expostos a comportamentos violentos, os participantes rotularam mais facilmente tais atos como situações de “violência na intimidade” quando eram perpetrados por homens. Ademais, consideraram mais comportamentos como ilegais quando eram executados contra mulheres.

Harris e Cook (1994) desenvolveram uma investigação na qual apresentavam seis vinhetas: uma envolvendo um homem a agredir fisicamente a esposa, outra com a situação inversa e uma última vinheta apresentando um homem a agredir fisicamente o seu companheiro. Para cada um dos cenários existiam duas versões: uma na qual a vítima provocava verbalmente o(a) agressor(a) e outra versão em que não era efetuado qualquer tipo de provocação. O incidente em que a vítima era uma mulher foi considerado o mais violento e severo. Pelo contrário, quando a vítima era um homem, os inquiridos julgaram o incidente como sendo menos violento e revelaram menor intenção de chamar as autoridades.

Poorman, Seelau e Seelau (2003) realizaram uma investigação na qual expuseram situações de violência entre casais coabitantes, tendo manipulado o sexo do agressor e da vítima, de forma a obter quatro cenários diferentes: masculino-feminino; feminino-masculino; masculino-masculino e feminino-feminino. Como era expectável, os participantes classificaram o episódio de violência em que a vítima era uma mulher como “muito sério”. Relativamente ao sexo do agressor, uma proporção significativa dos participantes consideraram o incidente como “muito sério” quando o agressor era um homem. Consequentemente, a violência foi classificada como menos severa no cenário em que a vítima era um homem e a mulher a agressora. De todas as condições apresentadas, o cenário envolvendo um homem agressor e uma mulher vítima foi considerado o mais grave.

Seelau e Seelau (2005) recorreram à mesma metodologia utilizada por Poorman et al. (2003), tendo obtido resultados semelhantes. Todos os cenários apresentados foram classificados como relativamente sérios, contudo, os episódios envolvendo vítimas mulheres foram considerados mais severos do que quando as vítimas eram homens. O cenário em que o agressor era um homem e a vítima uma mulher foi considerado o mais grave de todos, sendo que as vítimas femininas foram vistas como mais vulneráveis, existindo uma maior intenção de as proteger. Os agressores masculinos, por sua vez, foram percebidos como mais ameaçadores e foram mais facilmente culpabilizados pelos abusos (Seelau & Seelau, 2005).

À semelhança de outras investigações, Robertson & Murachver (2009) concluíram que a violência executada por mulheres é vista como menos séria, cruel, violenta e criminosa. As pessoas tendem a adotar mais atitudes de aceitação em relação à violência perpetrada por mulheres e a revelarem menos empatia relativamente às vítimas homens. Para além disto, os participantes desta investigação consideraram a violência perpetrada por mulheres como mais tolerável, julgando mais aceitável um homem ser agredido por uma mulher, em comparação com a situação inversa. Esta maior tolerância parece estar associada à ideia de que as mulheres não são capazes de causar danos físicos graves nos homens. Não obstante, apesar de as diferenças de género se revelarem estatisticamente significativas, é importante notar que a violência foi considerada errada em quase todas as vinhetas, independentemente do sexo do agressor.

Por fim, num estudo desenvolvido com estudantes ingleses do ensino secundário, os participantes foram expostos a vinhetas, relatos ou fotografias, todos eles retratando diversas formas de violência (física, sexual e emocional), com perpetradores masculinos e femininos. À semelhança de outros estudos, o comportamento violento da mulher foi considerado como sendo mais aceitável. Além disso, a maioria dos participantes percebeu a violência executada contra o homem como mais merecida e compreensível e, ainda, como menos séria (Sundaram, 2013).

3.2.2 Atribuição causal

Investigadores têm demonstrado que a tendência existente para desculpabilizar os abusos ou, em determinadas circunstâncias, responsabilizar a vítima pelos mesmos, intensifica-se quando a violência é perpetrada no feminino (Ferguson & Negy, 2004; Simon, et al. 2001). Lehmann e Santilli (1996) constataram que

estudantes universitários perceberam, a violência perpetrada por homens como mais estável ao longo do tempo e mais provável de ter sido provocada por características de personalidade negativas pertencentes ao agressor. Pelo contrário, em situações em que o agressor era uma mulher, a violência perpetrada foi entendida como sendo um evento mais infrequente e causada por fatores situacionais (e.g., legítima defesa).

Na investigação de Harris e Cook (1994) inferiu-se que, em comparação com as mulheres agressoras, os agressores masculinos foram julgados mais arduamente e foram mais facilmente responsabilizados pelo abuso, sendo que os participantes consideraram que seriam mais merecedores de condenação. De todas as situações representadas, as mulheres agressoras foram classificadas como as menos responsáveis pelos abusos perpetrados e o homem que agride a esposa foi considerado o mais responsável. Inversamente, os homens vítimas foram mais responsabilizados pelo incidente de violência do que as vítimas mulheres.

Numa investigação, agentes de polícia australianos foram expostos a vinhetas representando um episódio de violência doméstica, retratando uma discussão entre o agressor e a sua esposa ou entre o agressor e o seu irmão. Os investigadores concluíram que os inquiridos culpabilizaram mais a vítima masculina pelo incidente ocorrido, do que a vítima feminina. O agressor, por sua vez, foi mais culpabilizado pelo episódio de violência quando agredia a vítima mulher. Consequentemente, os oficiais da polícia apresentaram maior probabilidade de acusar o agressor quando este agredia a vítima do sexo feminino (Stewart & Maddren, 1997).

Davies e Rogers (2006), por sua vez, perceberam que as vítimas homens, especialmente os homens vítimas de violência perpetrada por mulheres, eram vistos mais negativamente e culpabilizados mais frequentemente pela violência.

Rhatigan, Stewart e Moore (2011) encontraram diferenças claras entre a violência perpetrada no masculino e no feminino, sendo que os participantes responsabilizaram e culpabilizaram menos as agressoras pela violência perpetrada, física e psicológica. Estas atitudes tendem a intensificar-se quando as vítimas homens adotam comportamentos confrontativos para com as agressoras. Este estudo foi corroborado por Stewart, Moore, Crone, DeFreitas, e Rhatigan (2012), sendo que os participantes atribuíram menos culpa e menor estabilidade comportamental às agressoras, especialmente se as mesmas tiverem sido provocadas pelas vítimas.

Taylor e Sorenson (2005) desenvolveram uma investigação recorrendo a sete vinhetas representando episódios de violência perpetrados na intimidade: quatro

vinhetas em que o agressor era um homem e a vítima uma mulher; uma vinheta em que o agressor era uma mulher e a vítima um homem; uma vinheta descrevendo um episódio de violência perpetrado entre um casal homossexual e, por último, uma vinheta retratando um episódio de violência no namoro, em que o agressor era um homem e a vítima uma mulher, ambos adolescentes. Os participantes culpabilizaram mais as vítimas homens (heterossexuais ou homossexuais) e, de todas as situações representadas, as vítimas mulheres e heterossexuais foram as vítimas menos culpabilizadas pelos abusos. Pelo contrário, as vítimas homens foram as mais responsabilizadas, independentemente da orientação sexual.

Gerber, Cronin, e Steigman (2004) desenvolveram uma investigação com estudantes universitários, na qual cada estudante foi exposto a um cenário retratando uma pessoa a abusar sexualmente de outra. Foram estabelecidos quatro cenários: homem agressor e homem vítima; homem agressor e mulher vítima; mulher agressora e homem vítima; mulher agressora e mulher vítima. Posteriormente, os participantes foram instruídos a responder a um conjunto de itens de modo a perceber em que medida a vítima ou o(a) agressor(a) eram responsáveis pelo sucedido. Os agressores foram mais responsabilizados pelo abuso quando a vítima era uma mulher e as vítimas mulheres foram percebidas como sendo menos responsáveis pelo abuso do que as vítimas homens. Para além disto, o cenário apresentado foi mais facilmente classificado como abuso sexual quando a vítima era uma mulher, surgindo mais dúvidas quando a vítima era um homem. De acordo com os autores, tal pode ser justificado, em parte, pela crença de que as vítimas mulheres experienciam situações de violência sexual de forma mais violenta e traumática, enquanto que os homens são mais passíveis de experienciar tal incidente como sendo sexualmente prazeroso.

Numa outra investigação, na qual os participantes eram também expostos a vinhetas representando episódios de violação, constatou-se que os perpetradores de abuso sexual feminino foram mais responsabilizados pelo episódio de violência do que os perpetradores de abuso sexual masculino (Anderson & Lyons, 2005).

3.3 Violência física e violência psicológica

3.3.1 Prevalência e impacto na vítima

O tipo de violência perpetrada parece influenciar fortemente a decisão da vítima reportar, ou não, os abusos às autoridades, assim como a extensão e a

natureza das consequências experienciadas pelo(a) agressor(a) e pela vítima (Davis, Lurigio, & Herman, 2013). De entre os vários tipos de violência, o abuso psicológico é um dos mais prevalentes (Fisher, Zink & Regan, 2011). Dados indicam que os homens que reportam serem violentos nas suas relações de intimidade também revelam que cometem, geralmente, mais atos de violência psicológica do que atos de agressão física (Chamberland, Fortin, Turgeon & Laporte, 2007).

Num estudo conduzido em Portugal (Machado, Caridade & Martins, 2010), com estudantes provenientes de todas as regiões do país, concluiu-se que 30% dos(as) inquiridos(as), que relataram estar numa relação amorosa, reportaram terem cometido pelo menos um ato abusivo contra o(a) seu(ua) namorado(a), no último ano. O recurso a atos de violência física foi reportado por 18.1% dos(as) inquiridos(as) e o recurso a comportamentos de abuso psicológico foi relatado por 22.4% dos(as) participantes, sendo que 10.6% da amostra referiu perpetrar ambas as formas de abuso. Paiva e Figueiredo (2004) também encontraram níveis elevados de perpetração de abuso psicológico, entre estudantes universitários portugueses. A violência psicológica foi reportada por 53,8% da amostra contra os 18.9% referentes à violência sexual e 16.7% à violência física.

De acordo com o Ministério da Administração Interna (2016), nos casos de violência doméstica reportados às forças de segurança no decorrer do ano de 2015, a violência física esteve presente em 68% das situações, a psicológica em 82% e a sexual em 3%. Tendo em conta os dados, é possível concluir que a violência psicológica consiste no tipo de violência mais prevalente nos casos portugueses.

Este tipo de violência pode acarretar consequências bastante negativas para as vidas e saúde das suas vítimas (Olofsson, Lindqvist & Danielsson, 2012). Segundo Follingstad, Rutledge, Berg, Hause, e Polek (1990) as mulheres que vivem em relações violentas classificam frequentemente o abuso psicológico como mais doloroso e prejudicial do que o abuso físico. Todavia, o abuso psicológico tem vindo a receber pouca atenção por parte dos investigadores (Olofsson, et al. 2012; Speizer, 2010), existindo uma preocupação e interesse maiores pelas violências física e sexual (Abramsky, Watts, Garcia-Moreno, Devries, Kiss, Ellsberg, Jansen & Heise, 2011).

Consequentemente, a própria sociedade mostra-se mais preocupada e vigilante em relação à violência física (Lewis, West, Bautista, Greenberg & Done-Perez, 2005). São várias as pessoas, principalmente os adultos mais velhos, que não classificam a violência psicológica como um tipo de violência doméstica (Paranjape, Tucker, McKenzie-Mack, Thompson & Kaslow, 2007).

3.3.2 Atitudes associadas à violência física e psicológica: enfoque na percepção de severidade

A ausência de sensibilização para com a gravidade da violência psicológica contribui para que as atitudes sejam mais condescendentes. O abuso psicológico é tipicamente percebido como sendo menos coercivo, severo e prejudicial (Follingstad, et al. 1990). Assim sendo, as vítimas que sofreram de abusos psicológicos encontram, frequentemente, barreiras adicionais na procura de apoio (Eckstein, 2016).

De acordo com Sorenson & Taylor (2005) o tipo de abuso perpetrado condiciona os julgamentos realizados pelas pessoas que observam situações de violência entre parceiros íntimos. Os autores concluíram que as pessoas tendem a apoiar mais a ocorrência de penalizações em cenários de violência física e sexual. Tais comportamentos foram mais frequentemente classificados como ilegais, sendo a intervenção inequivocamente necessária. Pelo contrário, a opinião não foi tão unânime quando foram apresentadas situações em que era perpetrada violência psicológica

Langhinrichsen-Rohling, Shlien-Dellinger, Huss e Kramer (2004) realizaram um estudo no qual apresentaram dois pequenos vídeos retratando episódios de violência (apenas abuso psicológico ou abuso psicológico conjugado com abuso físico). Como era expectável, os participantes classificaram o agressor que perpetrou violência física como mais violento e abusivo do que o agressor que realizou apenas violência psicológica. A par disto, os inquiridos também classificaram mais frequentemente os comportamentos de agressão física como atos de violação dos direitos da vítima.

Chamberland, e colegas (2007) procuraram avaliar se homens que foram fisicamente violentos em relação às suas parceiras e homens não-violentos divergiam no reconhecimento e julgamento de comportamentos agressivos. Para tal, os investigadores recorreram a um instrumento audiovisual denominado "*Evaluation of Violence through Audiovisual (EVA)*" (Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland, et al. 2007). Os participantes teriam de identificar um conjunto de comportamentos violentos, apresentados através de vídeos em que atores simulavam um casal heterossexual em situações de conflito, e classificar a severidade de tais atos. Os comportamentos agressivos representam situações de violência física e de violência psicológica, esta última dividida em duas categorias: abuso emocional (e.g., depreciar, degradar, culpar ou ferir emocionalmente) e dominação (e.g., controlar a vítima ou isolá-la da família e da comunidade).

Como resultados destaca-se que todos os homens reconheceram mais facilmente os comportamentos de abuso físico sendo mais recorrentemente rotulados como violência. Além disso, os atos de abuso emocional foram classificados como menos severos em comparação com os atos de dominação que, por sua vez, foram qualificados como menos graves comparativamente aos comportamentos de agressão física. Por conseguinte, pontuações extremas de gravidade foram associadas mais frequentemente à violência física (Chamberland, et al. 2007).

Estes resultados são corroborados pelo estudo de Chamberland e Laporte (2010), que recorreu ao mesmo instrumento (EVA), tendo sido obtida a rapidez de reconhecimento através da medição dos tempos de reação. Em congruência com os dados obtidos em estudos anteriores, os comportamentos de abuso físico foram, claramente, o tipo de violência mais associado a tempos de reação mais curtos e a pontuações mais altas de severidade. Por sua vez, os comportamentos de dominação foram identificados mais rapidamente e julgados mais severamente em comparação com os atos de abuso emocional. Pelo menos 2/3 dos participantes reconheceram os 10 comportamentos de agressão física apresentados, enquanto que, apenas 5 dos 10 comportamentos de abuso emocional foram corretamente identificados.

Para terminar, Sundaram (2013) constatou que a violência perpetrada no masculino é encarada como sendo mais severa e passível de gerar danos mais graves nas suas vítimas. Para isto muito contribui o facto de se considerar que o homem executa, essencialmente, violência física, sendo esta encarada como mais severa e grave do que as restantes formas de violência. Pelo contrário, considera-se que a mulher realiza, unicamente, atos de violência psicológica, pelo que, a sua violência é classificada como menos nociva para as vítimas homens.

3.4 Fatores sociodemográficos e atitudes em relação à violência entre parceiros íntimos

Investigações têm demonstrado que determinados fatores sociodemográficos influenciam as atitudes dos indivíduos relativamente ao fenómeno da violência nas relações de intimidade (e.g., género, educação, idade, profissão) (Wang, 2016).

Se a investigação sobre atitudes e cognições relativamente à violência entre parceiros íntimos é limitada, estudos que avaliem a influência de fatores sociodemográficos nas atitudes revelam-se ainda mais escassos, centrando-se, mais uma vez, na violência perpetrada pelo homem sobre a mulher. Todavia, uma

compreensão clara da relação existente entre esses fatores e as atitudes seria crucial para o desenvolvimento de uma intervenção eficaz (Wang, 2016).

3.4.1 Gênero

A associação entre gênero e atitudes tem sido bastante estudada, contudo, os resultados têm-se mostrado contraditórios. Se por um lado, existem estudos que não encontraram diferenças de gênero significativas nas atitudes face à violência entre parceiros íntimos (e.g., Anderson, et al. 2011; Gracia & Tomás, 2014) outros defendem que as mulheres são mais propensas a justificar a violência (e.g., Uthman, Lawoko & Moradi, 2010) e a culpabilizar a vítima mulher (e.g., Stewart & Maddren, 1997).

Por outro lado, são vários os estudos que indicam que os homens tendem a ser menos desaprovadores da violência, perpetrada no masculino (e.g., Machado, et al. 2010; Machado, Gonçalves, Matos, & Dias, 2007), e apresentam uma maior tendência para culpabilizar a vítima mulher (e.g., Alfredsson, et al. 2016; Ferrer-Pérez, Bodch-Fiol, Ramis-Palmer, & Navarro-Gyzmán, 2006; Worden & Carlson, 2005;). Para além disto, os homens tendem a considerar os comportamentos violentos exercidos contra as mulheres como menos sérios, inapropriados e prejudiciais (Flood & Pease, 2009). Inversamente, as mulheres responsabilizam mais os agressores, atribuindo menos culpa à mulher vítima (e.g., Bryant & Spencer, 2003; Langhinrichsen-Rohling, et al. 2004; Strömwall, Landström, & Alfredsson, 2014).

Em geral, as mulheres condenam mais o agressor homem, julgam mais negativamente os incidentes violentos (Pierce & Harris, 1993) e consideram a violência entre parceiros íntimos mais severa e ofensiva (Alfredsson, et al. 2016; Pierce & Harris, 1993). Em comparação com os homens, as mulheres tendem a adotar atitudes mais empáticas em relação às vítimas e a considerar as represálias como mais graves e severas para elas (Seelau & Seelau, 2005). Relativamente ao tipo de violência perpetrada, Langhinrichsen-Rohling, et al. (2004) declararam que as mulheres julgam mais negativamente ambas as formas de violência (física e psicológica).

Investigações que analisam as atitudes em relação à violência masculina e feminina descobriram que os homens são menos propensos a responsabilizar o(a) agressor(a) (Harris & Cook, 1994) e adotam mais atitudes de aceitação da violência, seja ela perpetrada por um homem ou por uma mulher (Merten & Williams, 2009; Simon, et al. 2001). Independentemente do gênero da vítima, as mulheres apresentam maior probabilidade de acreditarem nela, de chamar as autoridades, recomendar que

a vítima apresente queixa (Poorman et al. 2003) e defender que a polícia prenda o(a) agressor(a) (Seelau, et al. 2003). Por último, as mulheres tendem a estar mais atentas às consequências da violência, considerando-a mais séria e lesiva para as suas vítimas, independentemente do gênero das mesmas (Seelau & Seelau, 2005).

3.4.2 Educação

Aparentemente a educação decresce o risco de adoção de atitudes de justificação e de aceitação da violência contra a mulher (e.g., Boyle, Georgiades, Cullen & Racine, 2009; Waltermaurer, Butsashvili, Avaliani, Samuels & McNutt, 2013).

Uthman, Lawoko e Moradi (2009) constataram que níveis educacionais mais baixos estão correlacionados com a justificação da violência entre parceiros íntimos. Os inquiridos que reportaram não possuírem escolaridade ou possuírem apenas o ensino primário mostraram-se mais propensos a aceitar a violência, em comparação com os participantes que detinham o ensino secundário ou o ensino superior. Hindin (2003), por sua vez, percebeu que níveis educacionais inferiores ao ensino secundário correspondem a maiores riscos de justificação da violência. Estes resultados foram corroborados pelo estudo de Simon et al. (2001), sendo que os autores inferiram que os participantes que não completaram o ensino secundário apresentaram uma maior propensão para aceitar a violência entre parceiros íntimos. Zaatut e Haj-Yahia (2016) constataram que quanto menor fosse o nível de educação da mulher, maior seria a sua tendência para justificar a violência e para culpabilizar as mulheres vítimas.

Num estudo desenvolvido em Portugal, que recorreu a pessoas com idades compreendidas entre os 13 e os 29 anos, constatou-se que atitudes de apoio em relação à violência eram mais comuns nos participantes com menores níveis de educação (Machado et al. 2010). Worden & Carlson (2005), por sua vez, repararam que os indivíduos com menores níveis de escolaridade apresentaram uma maior tendência para considerar a violência como uma resposta normal ao stresse. Por último, num estudo realizado em Espanha, inferiu-se que a culpabilização da vítima mulher é mais recorrente entre pessoas menos instruídas (Gracia & Tomás, 2014).

3.4.3 Idade

A idade constitui-se como um importante preditor de atitudes em relação à violência entre parceiros íntimos (Flood & Pease, 2009). Estudos têm mostrado que

atitudes de justificação, tolerância e aceitação da violência diminuem com a idade, sendo mais comuns entre os mais jovens (e.g., Flood & Pease, 2009; Uthman et al. 2009). Utilizando dados demográficos de sete países (Arménia, Bangladesh, Camboja, Índia, Cazaquistão, Nepal e Turquia), Rani e Bonu (2009) notaram que os inquiridos mais novos justificavam a violência contra a mulher mais regularmente. Hindin (2003), por seu turno, detetou uma associação entre idades mais jovens e atitudes de justificação da violência contra a mulher.

Investigações que recorreram a amostras compostas por homens e mulheres, constataram que os participantes rapazes e jovens adultos, em particular, foram mais propensos, comparativamente com os homens mais velhos, a adotar atitudes de aceitação e apoio da perpetração da violência (e.g., Anderson, Simpson-Taylor, & Hermann, 2004; Speizer & Pearson, 2011). Khawaja, Linos e El-Roueiheb (2008), por sua vez, concluíram que os homens com idades inferiores a 29 anos apresentaram mais atitudes de aceitação da violência contra a mulher. Nos EUA os resultados são aparentemente semelhantes, sendo que Simon et al. (2001) detetaram que os homens mais novos, particularmente com idades inferiores a 35 anos, mostraram-se significativamente mais propensos a justificar e a aceitar a violência. Em Portugal, investigações conduzidas com amostras de estudantes universitários também concluíram que atitudes de apoio em relação à violência foram menos comuns entre os estudantes mais velhos (Machado, et al. 2010; Machado, Matos, & Moreira, 2003).

Não obstante, outras investigações detetaram resultados diferentes. Worden e Carlson (2005) constataram que os inquiridos mais velhos se mostraram mais propensos a aceitar a violência, a considerá-la como normal entre casais e a concordar com a ideia de que a violência é causada pelo comportamento provocatório da mulher (Worden & Carlson, 2005). Mendes (2016), por sua vez, num estudo recorrendo a uma amostra composta por médicos e enfermeiros das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, constatou que as atitudes de aceitação da violência foram mais comuns entre os profissionais de saúde com idades mais elevadas.

No que concerne à relação entre a idade e as atribuições causais, Fakunmoju, Bammeke, Oyekanmi, Rasool, George, e Lachiusa (2015) detetaram que idades mais novas estavam correlacionadas com a atribuição de culpa à vítima feminina. Pelo contrário, Adams-Price, Dalton III, & Sumrall (2004), detetaram que os adultos mais velhos, com idades superiores a 60 anos, apresentaram uma maior tendência para culpabilizar a vítima. Gracia & Tomás (2014), por sua vez, constataram que atitudes de culpabilização da vítima foram mais prevalentes nos inquiridos mais velhos. Tendo em

conta os resultados obtidos, parece estar aqui presente o efeito do U invertido, uma vez que as atitudes de culpabilização da vítima e de aceitação da violência têm-se revelado mais prevalentes nas pessoas pertencentes às faixas etárias situadas nos extremos. Mais concretamente, nos indivíduos mais jovens e mais velhos.

3.4.4 Outros fatores sociodemográficos

A literatura também tem demonstrado que as mulheres que vivem em zonas rurais são mais propensas a justificar e a aceitar a violência contra a mulher, em comparação com as mulheres que vivem em zonas urbanas (Antai & Antai, 2009; Faramarzi et al. 2005). A investigação de Waltermaurer et al. (2013) indicou que as mulheres que vivem em zonas rurais apresentam uma maior probabilidade de aceitar a violência em relacionamentos íntimos. Hindin (2003), por sua vez, também concluiu que viver numa zona rural aumenta o risco de adoção de atitudes de justificação da violência. Pelo contrário, pessoas que vivem em ambientes urbanos justificam e aceitam menos a violência contra a mulher (Boyle et al. 2009; Uthman et al. 2009).

Por último, no que concerne ao estado civil, Lawoko (2006) constatou que mulheres atualmente casadas ou que já haviam sido casadas apresentavam uma maior propensão para tolerar a violência. Inversamente, Rani & Bonu (2009) perceberam que as mulheres que nunca haviam sido casadas justificavam menos a violência. Comparando mulheres divorciadas com mulheres casadas, provenientes dos sete países estudados, os autores não obtiveram diferenças estatisticamente significativas no que concerne às atitudes, à exceção da Índia, em que as mulheres divorciadas apresentaram menor probabilidade de justificar a violência. Não obstante, os resultados existentes não são, mais uma vez, unânimes dado que Simon et al. (2001) constatou, por sua vez, que os inquiridos divorciados, separados ou que nunca foram casados apresentaram mais atitudes de aceitação em relação à violência.

4. Estereótipos associados à violência entre parceiros íntimos

4.1 Estereótipos de género

Em situações específicas de violência na intimidade, as atitudes são influenciadas pelos estereótipos associados às vítimas e aos(as) agressores(as) e, também, pelos estereótipos de género. Os homens são, frequentemente, vistos como

maiores, mais pesados e possuidores de mais força muscular em comparação com as mulheres, pelo que, a sua aparente força física é, recorrentemente, assumida como suficiente para protegê-los de danos físicos graves, e para garantir que a maioria consegue abandonar, facilmente, uma relação fisicamente abusiva (Pagelow, 1985).

Hollander (2001) defende que essas ideias baseiam-se, em parte, em crenças culturalmente compartilhadas sobre as características corporais dos homens e das mulheres. Às mulheres são associados corpos inerentemente vulneráveis devido ao seu menor tamanho e à falta de força. Os corpos masculinos, em contraste, são vistos como potencialmente perigosos por causa do seu tamanho relativamente maior, força física superior e passíveis de serem usados como ferramenta de violência sexual.

Deste modo, existem um conjunto de estereótipos associados à imagem do homem e da mulher. Características como a força, poder, dominação, agressividade e autoconfiança aparecem como valores próprios do homem e, em contrapartida, a figura feminina é encarada como mais fraca, compreensiva, carinhosa, gentil e, conseqüentemente, mais necessitada de proteção (Ruble, Cohen, & Ruble, 1984).

Em determinadas investigações (Harris & Cook, 1994; Pierce & Harris, 1993; Poorman et al. 2003) os julgamentos dos participantes foram consistentes com os estereótipos de gênero, sendo a mulher encarada como mais fraca e vulnerável e o homem como mais dominante e ameaçador. Conseqüentemente, as mulheres vítimas são percebidas como necessitando de mais assistência e apoio do que as vítimas homens (Seelau & Seelau, 2005).

Contudo, de acordo com Roth e Basow (2004) as mulheres não são necessariamente mais fracas ou, pelo menos, tão fracas como se crê. Todavia, este mito quase nunca é contestado. Na realidade, Browne (2008 como citado em Garratt, 2012) constatou que 90% dos homens vítimas eram maiores e mais altos do que as suas parceiras e que a violência exercida contra eles era igualmente grave. Neste âmbito, uma investigação que entrevistou homens vítimas constatou que apenas um dos homens tinha uma parceira fisicamente maior e mais forte do que ele. Os restantes inquiridos consideraram-se fisicamente mais fortes do que as suas parceiras. Contudo, a maioria escolheu não recorrer à sua superioridade física como forma de sustentar os abusos (Migliaccio, 2002).

Sundaram (2013) comprovou que a violência perpetrada por homens foi considerada como sendo significativamente mais inaceitável do que a violência exercida por mulheres. Ao categorizar determinadas formas de violência como “piores” ou “menos aceitáveis do que outras”, foi atribuída particular atenção à percepção de

perigo causada pela estatura física dos corpos masculinos, à força relativa que eles possuem e à sua capacidade para provocarem danos graves. Contudo, quando confrontados com uma situação em que a mulher agressora tinha o mesmo tamanho que a vítima homem e questionados se, nessa situação particular, a violência perpetrada pela mulher seria menos aceitável, foram vários os participantes que se riram e descartaram por completo a possibilidade desse cenário poder vir a acontecer.

4.2 Estereótipos físicos associados à mulher vítima

No que concerne, especificamente, às características físicas associadas aos agressores e vítimas de violência nas relações de intimidade, Yarmey e Kruschenske (1995) realizaram um estudo que visou verificar se existe alguma relação significativa entre características, como atratividade física e amabilidade, e determinados traços de personalidade em mulheres vítimas e mulheres julgadas como propensas a matar os seus agressores. Os participantes efetuaram relações entre determinadas faces e quatro situações possíveis: mulheres julgadas como sendo mais propensas a serem vítimas, mulheres julgadas como menos propensas a serem vítimas, mulheres julgadas como tendo maior probabilidade de matarem os seus agressores e, por último, a situação contrária. Diferentes faces foram selecionadas para cada uma das quatro categorias, sendo que não se verificaram diferenças significativas entre as escolhas dos homens e das mulheres pertencentes à amostra. As mulheres consideradas como sendo mais predisponíveis a serem agredidas foram as classificadas como menos atrativas fisicamente (Yarmey & Kruschenske, 1995).

Mendes (2016) desenvolveu uma investigação que teve como principais objetivos estudar as representações de profissionais de saúde sobre as características físicas e psicológicas e, ainda, sobre as características sociodemográficas da mulher vítima. Fisicamente notou-se alguma ambivalência relativamente à aparência e atratividade da mulher. Se, por um lado, foram vários os inquiridos (5.0%) que perceberam a vítima como alguém “bem vestida”, com “bom aspeto”, “maquilhada” e com uma “apresentação apurada”. Por outro lado, vários foram os participantes (7.6%) que imaginaram a mulher como alguém fisicamente “descuidada”, possuidora de um “estética pobre” e “desleixada”. Outras características associadas à mulher vítima foram: “bonita”, “magra” e com “baixa estatura” (Mendes, 2016).

Tabela 1

Características físicas associadas à mulher vítima

<u>Características</u>	<u>Autor(es)</u>
“Pouco atrativas fisicamente”	Yarmey & Kruschenske, 1995
“Aspetto cuidado” (e.g., “bem-arranjada”, “apresentação apurada”, “bem vestida”; “maquilhada”).	Mendes, 2016
“Aspetto descuidado” (e.g., “aspecto físico descuidado”, “pouco cuidada”, “estética pobre”, “desleixada”).	Mendes, 2016
“Bonita”	Mendes, 2016
“Magra”	Mendes, 2016
“Baixa estatura”	Mendes, 2016

4.3 Estereótipos psicológicos associados à mulher vítima e ao homem agressor

Para além dos estereótipos físicos associados ao homem e à mulher, também existe um conjunto de características psicológicas que são associadas com mais facilidade às vítimas e aos agressores. Ainda na investigação concretizada por Yarmey e Kruschenske (1995), os autores constataram que as mulheres julgadas como tendo menor probabilidade de matar os agressores foram percecionadas como detendo significativamente menos “amor-próprio”, comparativamente com as restantes três categorias. As mulheres pertencentes à primeira categoria foram também classificadas como sendo significativamente menos orgulhosas do que as mulheres consideradas como mais propensas a matar. Por outro lado, às mulheres classificadas como sendo menos propensas a serem agredidas foram-lhes mais frequentemente atribuídos traços ou comportamentos considerados como mais agradáveis, tais como, jovial, bem-ajustada, atrativa, corajosa, determinada, entre outros.

Num outro estudo desenvolvido em Espanha, Delgado-Álvarez, et al. (2011) pediram aos participantes para indicarem quais as características que mais facilmente associavam a agressores e vítimas de violência na intimidade, com o intuito de elaborar um retrato robô característico de ambos. No agressor destacaram-se as características violento (41.2%), covarde (33.2%), agressivo (28.2%), inseguro (16.5%), egoísta (15.7%), dominante (13.9%), ciumento (13.4%), possessivo (12.6%) e transtornado (12.3%). Outras características psicológicas associadas a um agressor foram: bruto (11.8%), má pessoa (9.0%), débil (8.7%), inculto (8.3%), machista (11.5%) e intolerante.

A vítima, por sua vez, é descrita como uma pessoa débil (39.4%), insegura (39.1%), dependente (34.5%), covarde (15.1%), submissa (14.8%) e com medo (12.8%). Seguem-se os atributos: inocente (12.6%), passiva (12.5%), tímida (8.9%), baixa autoestima (7.9%), sensível (6.7%), inculta (6.4%), sacrificada (5.7%) e sofredora (4.9%). Os autores também destacaram que os homens associam mais à vítima a característica “inculta” (6.4%), dado que está, provavelmente, mais enraizado, entre eles, o estereótipo segundo o qual a violência de gênero está associada a um nível cultural baixo. Esta característica foi mencionada três vezes mais pelos homens, comparativamente às mulheres (Delgado-Álvarez, et al. 2011).

Por último, os participantes foram questionados sobre que recursos deveria a vítima possuir para conseguir quebrar o ciclo da violência, tendo sido mencionadas características como valentia (61.7%), determinação (27.2%), independência (24.3%), possuir algum tipo de ajuda (21.4%), serem lutadoras (18.5%), seguras (12.9%) e dotadas de uma alta autoestima (12.1%). A característica “covarde” é frequentemente associada à atribuição de culpa à mulher por permanecer na relação violenta, constituindo a “valentia” a característica chave para romper com o ciclo de violência (Álvarez, 2001; Ferrer-Pérez, et al., 2006). Em todos os perfis, as características fornecidas pelos homens e mulheres da amostra apresentaram percentagens bastante semelhantes entre si (Delgado-Álvarez, et al. 2011).

Tabela 2
Características psicológicas das mulheres capazes de quebrar o ciclo da violência

<u>Características</u>	<u>Autor(es)</u>
“Valentia”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Determinação”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Independência”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Possuir algum tipo de ajuda”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Serem lutadoras”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Segurança”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Elevada autoestima”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Possuir amor-próprio”	Yarmey e Kruschenske, 1995
“Orgulho próprio”	Yarmey e Kruschenske, 1995

Mendes (2016) constatou que as mulheres vítimas são percebidas psicologicamente como pessoas com uma baixa autoestima (26.3%), dependentes (19.6%), tristes (17.1%), frágeis (17.0%), submissas (16.1%), possuidoras de sentimentos de culpa (13.4%), introvertidas (12.6%) e inseguras (9.6%),

correspondendo estas às características mais frequentemente mencionadas. Contudo, atributos como depressão (9.3%), dor (8.0%), desespero (7.3%), apatia (5.3%) e ansiedade (4.0%) foram também referidos. Por fim, as características “difícil contacto visual”, “discurso evasivo” e “labilidade emocional” foram, também, mencionadas, embora por uma pequena percentagem da amostra (entre 2.0% e 4.0%).

Características psicológicas como “incapacidade de resolução de problemas”, “conformismo”, “dependência emocional” e “adoção de atitudes congruentes com os papéis de género tradicionais” têm sido, também, frequentemente associadas e utilizadas para culpabilizar as mulheres por permitirem que os abusos ocorram e por procurarem, em primeiro lugar, relações abusivas (Dutton, 1992). De acordo com Walker (1979) as mulheres vítimas são vistas como masoquistas, uma vez que permanecem nas relações abusivas porque gostam da violência, são mulheres “malucas”, sem educação e com habilidades profissionais fracas ou inexistentes.

Mendes (2016) detetou, ainda, que à mulher vítima são também associadas várias características sociodemográficas. “Dependência económica do marido” foi a característica mais recorrentemente referida (23.3%), sendo que uma grande parcela da amostra considerou que as vítimas seriam “donas de casa” (19.4%). A vítima mulher foi ainda idealizada como uma pessoa isolada socialmente (11.9%), com uma “história de violência familiar” (9.5%), com “baixas condições económicas” (8.0%), “desempregada” (4.7%), “com filhos” (19.4%), com “baixa escolaridade” (2.1%), detentora de pouco conhecimento acerca dos “seus direitos”, com “pouco acesso à informação” (2.4%) e, por fim, alguém com “falta de apoio familiar e social” (4.6%).

Num estudo conduzido na Estónia, em 2014 (como citado em Gracia & Lila, 2015), os participantes foram convidados a descrever um agressor típico de violência doméstica, sendo que o sexo do perpetrador e da vítima não foram especificados nesta questão. De entre os possíveis fatores individuais, os inquiridos mencionaram que o(a) agressor(a) poderia estar insatisfeito(a) com a sua vida, trabalho, oportunidades de carreira ou vida sexual assim como ele ou ela poderiam possuir problemas mentais (e.g., depressão), tendência para a agressão e ter sido exposto(a) a violência na infância. Os(as) agressores(as) foram descritos como tendo uma personalidade dominante podendo ser, inclusive, uma pessoa inteligente e educada.

Dois estudos semelhantes conduzidos na Espanha, ambos em 2014 (como citado em Gracia & Lila, 2015), constataram que o consumo de álcool ou drogas, a presença de perturbações mentais e de abusos na infância constituem as razões mais

prevalentes para a violência exercida contra as mulheres, sendo características recorrentemente associadas aos perpetradores da mesma.

Tabela 3

Características psicológicas e sociodemográficas associadas à mulher vítima

<u>Características</u>	<u>Autor(es)</u>	<u>Características</u>	<u>Autor(es)</u>
“Débil”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Dor”	Mendes, 2016
“Dependente”	Delgado-Álvarez, et al. 2011; Dutton, 1992; Mendes, 2016	“Desespero”	Mendes, 2016
“Insegura”	Delgado-Álvarez, et al. 2011; Mendes, 2016	“Apatia”	Mendes, 2016
“Covarde”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Difícil contacto visual”	Mendes, 2016
“Submissa”	Delgado-Álvarez, et al. 2011; Mendes, 2016	“Discurso evasivo”	Mendes, 2016
“Com medo”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Labilidade emocional”	Mendes, 2016
“Inocente”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Incapacidade de resolução de problemas”	Dutton, 1992
“Tímida”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Adoção de atitudes congruentes com os papéis de género”	Dutton, 1992
“Baixa autoestima”	Delgado-Álvarez, et al. 2011; Mendes, 2016	“Masoquismo”	Walker, 1979
“Sofrida”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Malucas”	Walker, 1979
“Incultura”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Dependência económica do marido”	Mendes, 2016
“Passiva”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Donas de casa”	Mendes, 2016
“Sensível”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Isolamento social”	Mendes, 2016
“Sacrificada”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“História de violência familiar”	Mendes, 2016
“Pouca personalidade”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Baixas condições económicas”	Mendes, 2016
“Simples”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Desempregada”	Mendes, 2016
“Conformista”	Delgado-Álvarez, et al. 2011; Dutton, 1992	“Com filhos”	Mendes, 2016
“Frágil”	Mendes, 2016	“Baixa escolaridade”	Mendes, 2016; Walker, 1979
“Triste”	Mendes, 2016	“Falta de apoio familiar e social”	Mendes, 2016
“Introvertida”	Mendes, 2016	“Habilidades profissionais fracas ou inexistentes”	Walker, 1979
“Sentimentos de culpa”	Mendes, 2016	“Perturbações mentais (e.g., depressão/ansiedade)”	Mendes, 2016

Os resultados acima mencionados são congruentes com os dados obtidos num estudo desenvolvido no Chipre, em 2012 (como citado em Gracia & Lila, 2015), com uma amostra composta por homens e mulheres da comunidade, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos de idade. Nesta investigação, os ciúmes e o consumo de drogas foram frequentemente identificados como possíveis explicações para a violência exercida pelos homens. Contudo, a importância destes fatores foi diferente para os rapazes e raparigas da amostra. Por exemplo, para as raparigas, os ciúmes do agressor são a principal razão do recurso à violência. Em contrapartida, para os rapazes o consumo de álcool e de drogas são os fatores mais associados ao agressor, constituindo a principal causa da violência.

Worden e Carlson (2005), por sua vez, constataram que os inquiridos identificaram os problemas financeiros, o consumo de álcool e a raiva do agressor como as principais causas da violência perpetrada na intimidade. De acordo com os autores, as justificações mencionadas são coerentes com os estereótipos sociais existentes relativamente aos agressores, que os vêem como homens que se sentem financeiramente pressionados ou como homens que, simplesmente, não conseguem controlar os seus temperamentos.

Tabela 4

Características psicológicas e sociodemográficas associadas ao homem agressor

<u>Características</u>	<u>Autor(es)</u>	<u>Características</u>	<u>Autor(es)</u>
“Covarde”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Bruto”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Agressivo”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Má pessoa”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Violento”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Débil”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Inseguro”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Inculto”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Egoísta”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Machista”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Ciumento”	Delgado-Álvarez, et al. 2011; Gracia & Lila, 2015	“Intolerante”	Delgado-Álvarez, et al. 2011
“Possessivo”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Perturbações menta (e.g., depressão)”	Gracia & Lila, 2015
“Transtornado”	Delgado-Álvarez, et al. 2011	“Exposição a violência na infância”	Gracia & Lila, 2015
“Dominante”	Delgado-Álvarez, et al. 2011; Gracia & Lila, 2015	“Consumo de álcool e drogas”	Gracia & Lila, 2015; Worden, & Carlson, 2005
“Abusivo”	Delgado-Álvarez, et al. 2011		

No que concerne ao alcoolismo do agressor, embora este seja considerado um forte preditor de violência perpetrada pelo homem contra a mulher, tal não se verifica em situações inversas, pelo que o consumo de substâncias raramente é associado à mulher agressora e indicado como justificção dos abusos perpetrados no feminino (Thompson & Kingree, 2006).

Para terminar, é possível afirmar que existem diversas características físicas, psicológicas e sociodemográficas que são frequentemente atribuídas a mulheres vítimas e a homens agressores de violência na intimidade. Nesta linha, é provável que o mesmo aconteça na situação inversa, isto é, que existam, também, estereótipos facilmente associados, por nós, a homens vítimas e a mulheres agressoras. Não obstante, não foi possível encontrar artigos ou investigações que abordassem esta temática, pelo que, este constitui o motivo pelo qual foram apresentados, apenas, os estereótipos referentes aos perfis do agressor homem e da vítima mulher.

Parte II - Estudos Empíricos

A presente dissertação é constituída por dois estudos distintos: um estudo qualitativo de carácter exploratório (estudo 1) e um outro estudo quantitativo (estudo 2). Ambos fazem parte de uma investigação mais vasta, pelo que, apenas alguns itens do instrumento de recolha de dados foram analisados neste trabalho.

Estudo 1

5. Método

5.1 Objetivos

Para o estudo qualitativo foram estabelecidos os seguintes objetivos gerais:

1. Explorar os estereótipos físicos e psicológicos associados aos intervenientes de violência entre parceiros íntimos (agressor homem/vítima mulher e mulher agressora/homem vítima);
2. Desenvolver um perfil físico e psicológico estereotipado do(a) agressor(a) e da vítima, em situações de violência perpetrada no masculino e no feminino;
3. Comparar os perfis físicos e psicológicos associados ao homem agressor e à mulher agressora e à mulher vítima e ao homem vítima;
4. Verificar se existem diferenças entre os perfis do homem agressor e da mulher agressora;
5. Verificar se existem diferenças entre os perfis do homem vítima e da mulher vítima.

5.2 Desenho do estudo

Optou-se por realizar um estudo qualitativo uma vez que no decorrer da revisão bibliográfica foi possível constatar uma ausência quase sistemática de informação sobre o assunto. Na verdade, os estudos qualitativos são particularmente importantes em fases preliminares da pesquisa pois são essencialmente exploratórios e descritivos (Serapioni, 2000). Por vezes, em determinadas áreas de interesse, ainda não foi possível desenvolver um adequado conhecimento teórico e conceptual acerca do problema. Nestes casos, os métodos qualitativos revelam-se mais adequados uma vez que ajudam na descoberta de dimensões não conhecidas do problema (Gil, 1999) e permitem também formular e comprovar novas hipóteses (Serapioni, 2000).

Deste modo, pretendeu-se conhecer com maior profundidade o tema, de forma a torná-lo mais claro, testar os objetivos propostos e construir questões importantes para a condução de futuras pesquisas.

5.3 Hipóteses

Uma vez que o presente estudo é de natureza exploratória pois não existe, de momento, muito conhecimento acerca da temática abordada (Gil, 1999), tomou-se a decisão de definir, apenas, objetivos gerais e não estabelecer hipóteses direcionadas.

5.4 Instrumento de recolha de dados

O instrumento de recolha de dados subdividiu-se em três partes, sendo que a primeira parte, composta por perguntas de resposta aberta, destinou-se à recolha de dados para o estudo qualitativo (estudo 1) e a segunda parte, constituída por cenários hipotéticos de violência entre parceiros íntimos, serviu de base para a recolha de dados do estudo quantitativo (estudo 2). O instrumento terminava com um questionário sociodemográfico. A conjugação destas três partes resultou no instrumento total, sendo que todos os participantes foram instruídos a responder à totalidade do mesmo.

Foram, ainda, desenvolvidas duas versões do instrumento. Na primeira versão o homem assumiu-se como o agressor e a mulher a vítima (V1) (Anexo A), enquanto que, na segunda versão do instrumento, a mulher foi tida sempre como a agressora e o homem como a vítima (V2) (Anexo B).

A primeira parte do instrumento, destinada à recolha de dados para o estudo qualitativo, foi composta por perguntas de resposta aberta, nas quais foi pedido que o inquirido identificasse duas características físicas e duas psicológicas que facilmente associaria a uma mulher vítima e a um homem agressor (V1) ou a um homem vítima e a uma mulher agressora (V2) (e.g., “*Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a um homem que é vítima de violência doméstica por parte de uma mulher*”). Os participantes foram instruídos a digitar, através do teclado do computador, as características que mais rapidamente e facilmente associavam à pessoa em questão.

5.5 Participantes

Poderiam participar nos estudos pessoas com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos. Optou-se por estabelecer como limite máximo de idade os 65 anos dado que o questionário era respondido através de um computador e recebeu-se que

peças mais velhas poderiam não conseguir adaptar-se com facilidade ao formato, comprometendo, conseqüentemente, as suas respostas aos itens.

Tendo em conta os objetivos de ambos os estudos tornou-se imperativo a constituição de duas amostras díspares e independentes para que fosse possível proceder às necessárias comparações. Posto isto, a amostra 1 respondeu à primeira versão do instrumento, tendo sido exposta exclusivamente a situações envolvendo um homem a agredir uma mulher. A amostra 2, por sua vez, respondeu à versão 2 do instrumento, tendo sido exposta unicamente à situação inversa. Os questionários dos sujeitos que não responderam à totalidade do instrumento foram excluídos.

Amostra 1 – Violência contra a mulher

Esta amostra foi constituída por 322 participantes, sendo composta maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (62.1%). No que concerne à idade grande parte dos inquiridos apresentaram idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos (73.6%), correspondendo a média de idade a 35 anos ($M=34.81$). Um participante não forneceu informação relativamente à sua idade.

No que diz respeito ao estado civil sensivelmente metade dos inquiridos, 164 (50.9%), relataram serem solteiros, seguindo-se 138 (42.9%) que afirmaram “viverem em casal”, seja casados ou em união de facto. Por último, 20 (6.2%) inquiridos relataram “não viver em casal” (divorciados ou viúvos).

Relativamente à escolaridade foram estabelecidas três categorias: “baixa escolaridade”, que englobou as pessoas detentoras do primeiro e segundo ciclos; “média escolaridade”, constituída pelos sujeitos com o terceiro ciclo e ensino secundário e, por último, a “alta escolaridade”, que ficou composta pelos sujeitos com habilitações superiores. Com se pode observar na tabela 5, a maioria dos participantes (65.8%) afirmaram deter habilitações ao nível da “média escolaridade”.

No que concerne à distribuição residencial dos participantes, a amostra foi constituída maioritariamente por pessoas habitantes em cidades (57.1%). Participaram no estudo pessoas provenientes de 16 distritos.

No que diz respeito à experiência anterior de violência, 156 (48.4%) pessoas relataram já terem observado um episódio de violência doméstica e 45 (14.0%) responderam ter experienciado um episódio (ou mais) de violência doméstica, como vítima e/ou agressor(a) (tabela 6).

Amostra 2 – Violência contra o homem

Esta amostra foi constituída por 270 participantes, sendo composta maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (56.3%) e com idades compreendidas entre os 26 e 45 anos (51.1%), sendo a média de idade 39 anos ($M=38.93$).

No que concerne ao estado civil, mais de metade da amostra (56.3%) afirmou estar, de momento, casado ou a viver em união de facto, ou seja, “a viver em casal”.

Relativamente à escolaridade, exatamente metade da amostra (50.0%) relatou possuir habilitações ao nível da “média escolaridade”. Duas pessoas não forneceram dados sobre as suas habilitações literárias.

Em termos residenciais mais de metade da amostra referiu residir numa cidade (51.9%). Participaram no estudo pessoas provenientes de 15 distritos (Tabela 5).

Relativamente à experiência anterior de violência, 106 (39.3) referiram já ter observado pelo menos um episódio de violência doméstica e 35 (13.0%) mencionaram ter experienciado, num dado momento das suas vidas, uma situação de violência doméstica, como vítima e/ou agressor(a) (Tabela 6).

Tabela 5

Caracterização sociodemográfica da amostra 1 e da amostra 2

<i>Variáveis</i>	<i>Amostra 1</i>		<i>Amostra 2</i>	
	<i>Violência contra a mulher</i>		<i>Violência contra o homem</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Género	322	100	270	100
Masculino	122	37.9	118	43.7
Feminino	200	62.1	152	56.3
Idade	321	99.7	270	100
[18-25]	105	32.6	46	17.0
[26-45]	132	41.0	138	51.1
[46-65]	84	26.1	86	31.9
Estado civil	322	100	270	100
Solteiro/a	164	50.9	91	33.7
A viver em casal	138	42.9	152	56.3
Não viver em casal	20	6.2	27	10.0
Escolaridade	322	100	268	99.3
Baixa escolaridade	21	6.5	30	11.1

	Média escolaridade	212	65.8	135	50.0
	Alta escolaridade	89	27.6	103	38.1
Residência		322	100	270	100
	Aldeia	51	15.8	65	24.1
	Vila	87	27.0	65	24.1
	Cidade	184	57.1	140	51.9
Distrito		322	100	270	100
	Beja	17	5.3	7	2.6
	Évora	113	35.1	95	35.2
	Faro	3	0.9	27	10.0
	Lisboa	33	10.2	32	11.9
	Portalegre	26	8.1	28	10.4
	Santarém	58	18.0	26	9.6
	Setúbal	41	12.7	22	8.1
	Outros distritos	31	9.6	33	12.2

Tabela 6

Experiência anterior de violência doméstica da amostra 1 e da amostra 2

Variáveis	Amostra 1		Amostra 2	
	N	%	N	%
Experiência anterior de violência como observador/a	322	100	270	100
Sim	156	48.4	106	39.3
Não	166	51.6	164	60.7
Experiência anterior de violência como vítima e/ou agressor/a	322	100	270	100
Sim	45	14.0	35	13.0
Não	277	86.0	235	87.0

5.6 Procedimento de construção do instrumento

Com o intuito de avaliar os estereótipos foram estabelecidas perguntas de resposta aberta. Posteriormente, foi realizado um pré-teste de forma a receber algum *feedback* relativamente ao protocolo desenvolvido, quer em relação às perguntas de resposta aberta, quer relativamente aos cenários hipotéticos de violência. Neste sentido, o instrumento foi inicialmente aplicado a uma pequena amostra constituída por 10 sujeitos, com idades compreendidas entre os 22 e os 60 anos e com diferentes

habilitações literárias, tendo-lhes sido pedido que respondessem aos itens e que, no final, expusessem as dúvidas e críticas que surgiram no decurso do processo.

No que concerne às perguntas de resposta aberta, as mesmas suscitaram algumas dúvidas, surgindo como crítica principal o número de características pedidas para cada situação. Optou-se, assim, por pedir apenas duas, em vez de três, características físicas e duas psicológicas, associadas à mulher vítima e ao homem agressor (V1) ou, na situação oposta, ao homem vítima e à mulher agressora (V2).

Ficou também estabelecida a necessidade de existirem dois protocolos distintos, um que pretendesse avaliar apenas a violência exercida contra a mulher (V1) e outro destinado apenas para a violência realizada contra o homem (V2).

Ambas as versões foram introduzidas no *Qualtrics*, uma ferramenta online que possibilita criar questionários, distribuí-los através de um *link*, controlar as respostas recebidas e tratar os dados (Machado, 2011), tendo sido gerados dois *links* distintos para cada uma das versões. Através do *link* as pessoas tiveram oportunidade de aceder e participar no estudo.

5.7 Procedimento de recolha de dados

A amostra foi recolhida de forma não-probabilística, utilizando dois métodos de amostragem distintos: snowball e amostragem de conveniência (Almeida & Freire, 2003; Garson, 2012). O procedimento de recolha de dados foi efetuado no decorrer do ano letivo de 2015/2016, tendo sido pedida a colaboração dos alunos da licenciatura e de mestrado em Psicologia, da Universidade de Évora. As versões foram distribuídas de forma aleatória pelas diferentes turmas disponíveis a participar nos estudos. Aos estudantes foi-lhes solicitada a sua colaboração na investigação assim como a participação de mais três ou cinco pessoas suas conhecidas, consoante a dimensão da turma a que pertenciam. De forma a estimular a sua participação foi-lhes atribuída uma compensação na classificação final da disciplina. À exceção dos estudantes, os restantes participantes deveriam ter mais de 25 anos visando obter, desde cedo, uma amostra relativamente equilibrada no que concerne à idade dos inquiridos

Uma vez adquiridas as respostas dos estudantes e restantes sujeitos, foi realizada uma breve caracterização das amostras, tendo-se concluído que ambas se encontravam bastante desequilibradas. Posto isto, de forma a tornar as amostras mais equilibradas nas principais variáveis sociodemográficas recorreu-se também ao método de amostragem de conveniência. Não obstante, o método de amostragem de snowball continuou a ser utilizado, sendo que os participantes iniciais foram

devidamente informados sobre as características sociodemográficas que os restantes sujeitos deveriam ter para puderem participar na investigação (principalmente indivíduos com idades superiores aos 30 anos e pertencentes ao sexo masculino).

Em todos os casos, as instruções acerca do estudo foram devidamente fornecidas através do consentimento informado (Anexo C), tendo sido indicado tratar-se de um estudo sobre relações interpessoais.

5.8 Procedimento de análise de dados

No tratamento e análise dos dados recorreu-se a uma análise de conteúdo convencional (Hsieh & Shannon, 2005), na qual os códigos são definidos durante a análise de dados, pelo que os códigos derivam dos dados. Este tipo de análise é particularmente interessante quando se está a realizar um estudo exploratório, uma vez que se pretende evitar o recurso a categorias preconcebidas (Kondracki & Wellman, 2002). Em ambas as amostras, o procedimento albergou diversas fases:

1. Os dados foram recolhidos através de questões abertas disponíveis na ferramenta *online Qualtrics*;
2. A análise dos dados começou com a leitura de todas as respostas e com a recolha de todas as palavras. Uma vez que o instrumento estabelecia previamente a separação entre características físicas e psicológicas o passo seguinte prendeu-se com a eliminação das repetições de palavras. Posteriormente, todas as palavras foram colocadas no singular à exceção das expressões que faziam referência às consequências físicas das agressões (e.g., hematomas, feridas, queimaduras);
3. Foram estabelecidas oito listas de palavras: 1) características físicas da vítima mulher; 2) características psicológicas da vítima mulher; 3) características físicas do agressor homem; 4) características psicológicas do agressor homem; 5) características físicas da vítima homem; 6) características psicológicas da vítima homem; 7) características físicas da mulher agressora; e, por fim, 8) características psicológicas da mulher agressora;
4. Para cada lista de palavras três juízes agruparam, independentemente, as palavras que consideraram possuir o mesmo significado, pensamento ou conceito;
5. Posteriormente, uma vez que surgiram algumas classificações divergentes, os três juízes recorreram ao método do consenso e definiram as palavras que, no

contexto da temática em estudo, detinham o mesmo significado. Obtiveram-se, deste modo, um conjunto de categorias dentro de cada lista de palavras (Morse & Field, 1995; Patton, 2002);

6. De seguida, estabeleceu-se uma definição para cada categoria, utilizando as palavras que foram citadas pelos participantes ao longo do estudo (Morse & Feild, 1995).
7. Por último, com base nas categorias estabelecidas, as respostas dos sujeitos foram introduzidas no *IBM SPSS Statistics 24 para Windows10* obtendo-se, deste modo, uma matriz de dados quantitativos a partir dos dados qualitativos. Seguidamente, os dados foram explorados visando dar resposta aos objetivos do estudo em questão. Esta última fase enquadra-se na chamada análise de conteúdo sumativa (Kondracki & Wellman, 2002).

5.9 Juízes

A equipa de juízes foi composta por três pessoas, sendo que o recurso a três pessoas independentes teve como objetivo reduzir os enviesamentos na análise (Patton, 2002). Todos os juízes eram licenciados em Psicologia, sendo que um deles não dominava a temática da violência na intimidade.

6. Resultados

6.1 Perfil físico de uma mulher e de um homem vítimas de violência na intimidade

As características mais fortemente associadas às vítimas, sejam homens ou mulheres, foram “fraco(a)”, “baixo(a)” e “magro(a). Todavia, as categorias “baixo(a)” e “magro(a)” foram mais mencionadas na caracterização do homem vítima (Figura 1).

A presença de marcas físicas (e.g., hematomas e queimaduras), resultantes das agressões, também foi mencionada em ambos os perfis. Contudo, esta categoria foi referida consideravelmente em menor número na caracterização da vítima homem.

No caso da mulher vítima, denota-se alguma ambivalência entre as categorias “bonita”, “feia” e “desleixada”. Por um lado, alguns participantes consideraram-na “bonita”. Por outro lado, um número relevante de participantes imaginou uma pessoa “feia” e “descuidada”. Surge, ainda, a categoria “gorda”, a qual contribui para intensificar a imagem de uma mulher pouco atraente e deselegante. No que concerne ao homem vítima, não existem, aparentemente, dúvidas dado que apenas se

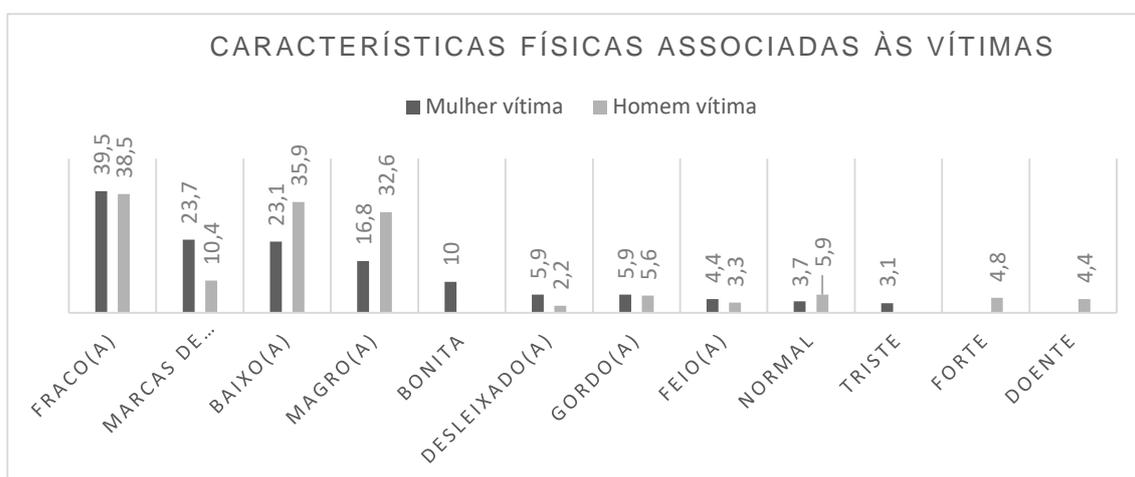
estabeleceram as categorias “feio”, “gordo” e “desleixado”. Formou-se, também, a categoria “forte”, possivelmente associada à característica “gordo”.

A categoria “doente” apenas surge no perfil do homem vítima. Possivelmente apenas um homem doente e limitado permite ser agredido por uma mulher. Pelo contrário, a categoria “triste” aparece, unicamente, no perfil da mulher vítima, provavelmente porque a tristeza é mais facilmente associada às mulheres.

Em ambos os perfis, alguns participantes consideraram que “qualquer pessoa poderia ser vítima”, formando-se a categoria “normal”.

As categorias formaram-se com base num conjunto de palavras e expressões, fornecidas pelos participantes e consideradas sinónimas pelos juízes (Anexo D).

Figura 1. *Características físicas associadas às vítimas de violência na intimidade*



6.2 Perfil físico de um homem e de uma mulher agressores de violência na intimidade

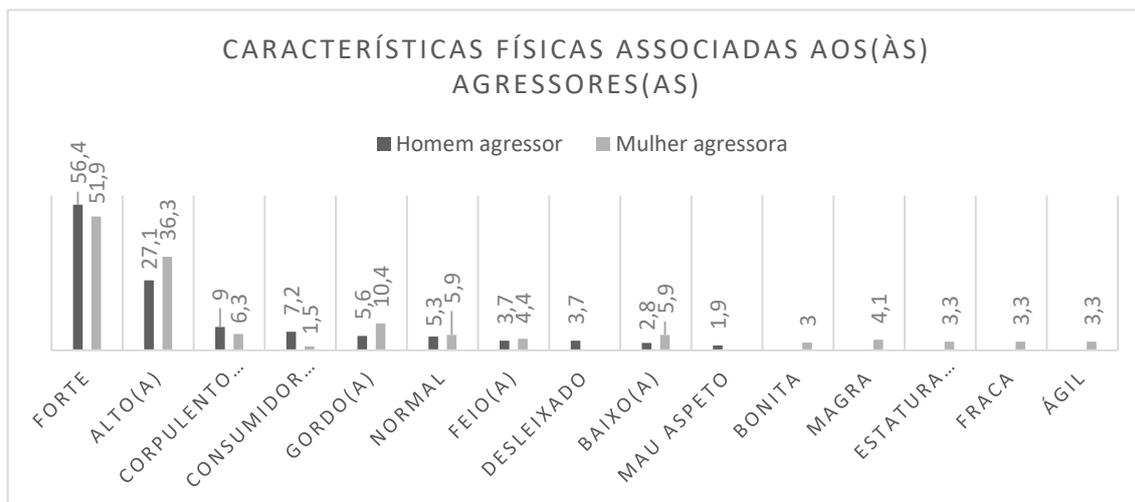
Em ambos os perfis as características mais frequentemente mencionadas foram “forte” e “alto(a)”. As categorias “corpulento(a)”, “gordo(a)” e “consumidor(a) de substâncias” também foram referidas por uma percentagem relevante dos participantes. Contudo, a referência ao consumo/dependência de substâncias foi consideravelmente maior para o homem agressor (Figura 2).

No que diz respeito à mulher agressora, denota-se, novamente, alguma ambivalência entre beleza e fealdade, tendo sido estabelecidas as categorias antagónicas “feia” e “bonita”. Surge, ainda, a categoria “magra”, possivelmente associada a uma imagem atraente da mulher. Pelo contrário, o homem agressor foi claramente percecionado como uma pessoa feia e pouco atraente, contribuindo para a consolidação desta imagem as características “feio”, “desleixado” e “mau aspeto”.

À mulher foram, ainda, associadas as características “estatura média”, “fraca” e “ágil”. Por último, em ambos os perfis estabeleceu-se a categoria “normal”.

É possível consultar as categorias estabelecidas, assim como as palavras e expressões que as constituem, na parte final desta dissertação (Anexo E).

Figura 2. Características físicas associadas aos(às) agressores(as) de violência na intimidade



6.3 Perfil psicológico de uma mulher e de um homem vítimas de violência na intimidade

No perfil da mulher vítima, a categoria mais mencionada foi “submissa”. No caso do homem vítima, foram as categorias “tímido” e “baixa autoestima” (Figura 3).

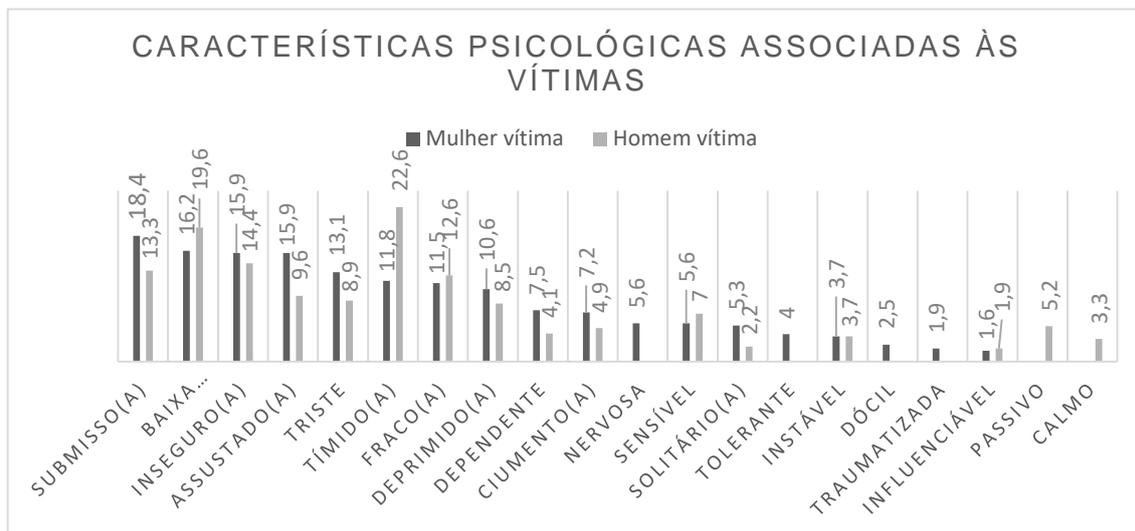
Ambas as vítimas foram, também, idealizadas como pessoas inseguras, assustadas, tristes, fracas, deprimidas e dependentes. Contudo, comparando ambos os perfis, é possível constatar que as categorias “inseguro(a)”, “assustado(a)”, “triste”, “deprimido(a)” e “dependente” foram mais associadas à mulher vítima. Pelo contrário, a categoria “fraco(a)” foi mais mencionada no perfil do homem vítima.

Em ambos os perfis estabeleceu-se a categoria “ciumento(a)”, constituída, nos dois casos, por palavras consideradas não-sinónimas (e.g., agressivo(a), controlador(a), teimoso(a)) (Anexo F). Embora as palavras e expressões não sejam consideradas sinónimas, tomou-se a decisão de conjugá-las numa só categoria, uma vez que, de certa forma, todas elas parecem culpabilizar as vítimas e legitimar as agressões perpetradas contra elas.

Com menor número de referências, ambas as vítimas foram, ainda, caracterizadas como pessoas sensíveis, solitárias, instáveis e influenciáveis.

À mulher vítima foram, por fim, associadas características como nervosa, tolerante, dócil e traumatizada. Ao homem vítima, por sua vez, foram associadas as características passivo e calmo, as quais não foram associadas à mulher vítima.

Figura 3. *Características psicológicas associadas às vítimas de violência na intimidade*



6.4 Perfil psicológico de um homem e de uma mulher agressores de violência na intimidade

Em ambos os perfis as características mais fortemente mencionadas foram “agressivo(a)” e “dominador(a)”. Não obstante, a categoria “agressivo(a)” foi mais recorrentemente mencionada na caracterização do homem agressor (Figura 4) e a categoria “dominador(a)” foi mais referida para a mulher agressora (Figura 5).

Segue-se, no caso do homem agressor, a característica “perturbado” e, no caso da mulher agressora, a característica “autoritário(a)”. É interessante notar que a característica “perturbado(a)” foi mencionada por uma percentagem importante da amostra na caracterização do homem agressor. Contudo, o mesmo não aconteceu para a mulher agressora. A característica “autoritário(a)”, por sua vez, foi recorrentemente associada à mulher agressora, mas não ao homem agressor.

As categorias “inseguro(a)”, “ciumento”(a), “arrogante”, “possessivo(a)”, “impulsivo(a)”, “fraco(a)”, “instável”, “frustrado(a)”, “rude”, “egocêntrico(a)”, “desequilibrado(a)” e “nervoso(a)” foram mais referidas no perfil do homem agressor. As categorias “deprimido(a)”, “mau(má)”, “obsessivo(a)” e “desonesto(a)”, foram mencionadas mais frequentemente na caracterização da mulher agressora.

As categorias “convencido”, “machista”, “irritável”, “covarde”, “ignorante”, “inflexível”, “desconfiado”, “mal-educado”, “egoísta”, “retrógrado”, “conflituoso” e

“antipático”, foram unicamente associados ao homem agressor. Pelo contrário, as categorias “triste”, “confiante”, “medo”, “corajosa”, “vingativa”, “determinada”, “tímida”, “intolerante”, “perspicaz”, “presunçosa”, “irreverente” e “solitária” constituíram apenas o perfil da agressora.

Por fim, no perfil da mulher, denota-se uma ambivalência entre as categorias “baixa autoestima” e “autoestima alta”, com igual percentagem de referências.

Mais uma vez, é possível consultar as categorias estabelecidas, assim como as palavras e expressões que as constituem, na parte final desta dissertação (Anexo G).

Figura 4. Características psicológicas associadas ao homem agressor de violência na intimidade

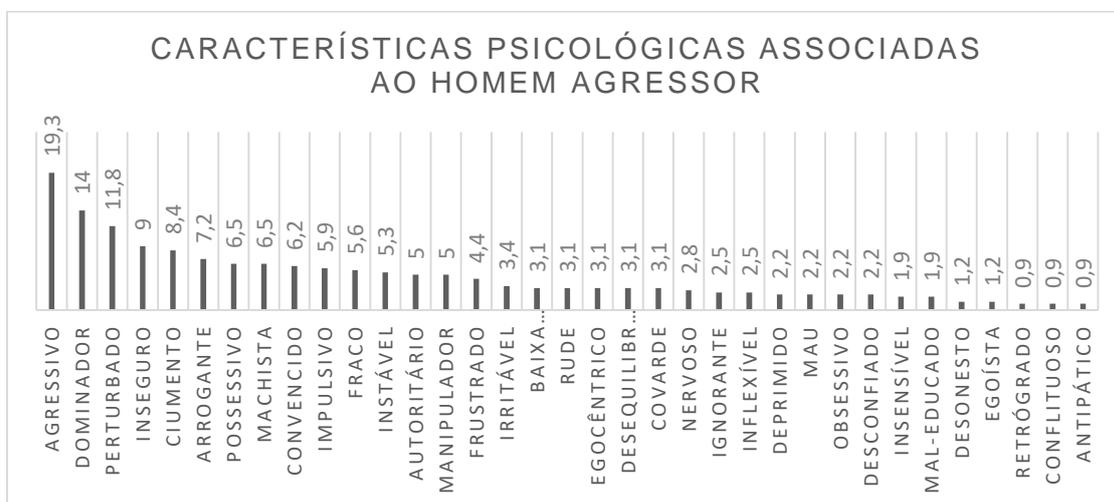
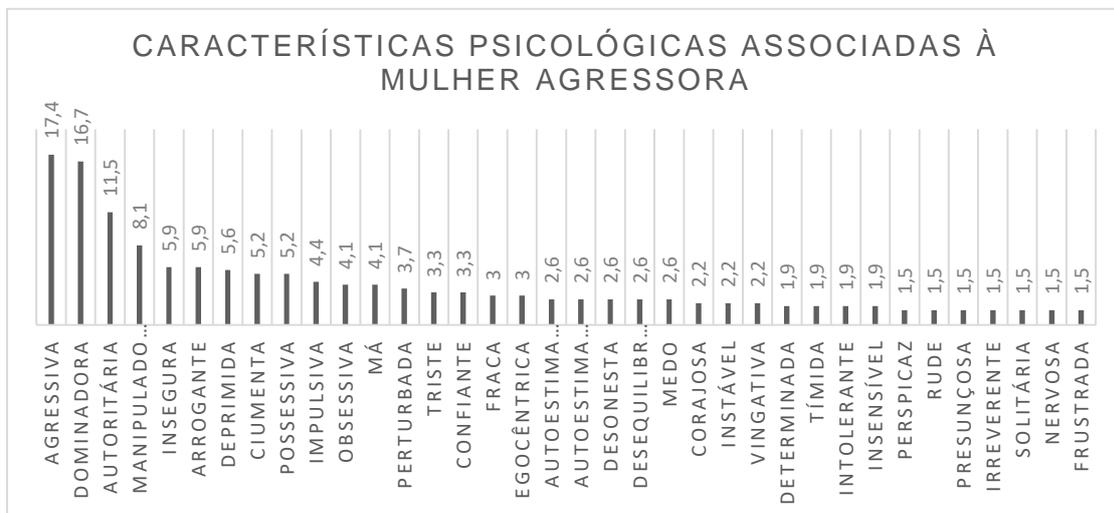


Figura 5

Características psicológicas associadas à mulher agressora de violência na intimidade



7. Discussão

Importa lembrar que o principal objetivo do estudo qualitativo foi o desenvolvimento de um perfil físico e psicológico estereotipado de um(a) agressor(a) e de uma vítima (feminina e masculina) de violência na intimidade e a comparação dos perfis dos agressores e das vítimas de ambos os géneros.

Comparando os perfis do homem e da mulher vítimas compreende-se que as categorias “fraco(a)”, “baixo(a)”, “magro(a)” e “marcas de agressão” foram estabelecidas em ambos. A caracterização da mulher vítima como uma pessoa “fraca” e “baixa” é congruente com os achados de Ruble, et al., (1984) e Mendes (2016). Não obstante, na categoria “marcas de agressão”, os resultados assumem-se interessantes uma vez que esta categoria foi mais referida no perfil da mulher vítima. Isto pode dever-se ao facto de se considerar que uma mulher, pela sua constituição física “tipicamente” mais baixa e mais fraca, não consegue provocar danos físicos graves num homem, mesmo que ela realize uma agressão contra este.

Ainda comparando os perfis, é possível perceber que as características “baixo” e “magro” foram mais recorrentemente mencionadas na caracterização do homem vítima, o que pode dever-se ao facto de se considerar que apenas um homem com uma constituição física notavelmente inferior permite ser agredido por uma mulher.

Na caracterização da mulher vítima denota-se alguma ambivalência entre as características “bonita”, “feia” e “desleixada”, à semelhança do que aconteceu na investigação de Mendes (2016). Por um lado, determinados participantes idealizaram a mulher vítima como uma pessoa “bonita”, com “boa aparência” e “atraente”. Por outro lado, houve sujeitos que a imaginaram como uma mulher “desleixada”, “feia” e “pouca atraente”, sendo que estes últimos resultados são congruentes com os obtidos por Yarmey e Kruschenske (1995). A associação destas características à vítima mulher poderá influenciar as atribuições causais que as pessoas fazem da situação, podendo existir uma legitimação da violência baseada na aparência física da mulher. Por um lado, ao imaginar a vítima como uma mulher “feia” e “desmazelada”, poderá estar inerente a ideia de que a agressão é impulsionada pelo comportamento desleixado, desinteressado e descuidado da mulher. Forma-se, provavelmente, a imagem de uma mulher que descuida no aspeto, que não se esforça para agradar o marido e que, muito possivelmente, descuida das tarefas domésticas, conduta que desagrade ao marido e que poderá promover a agressão. Por outro lado, para os participantes que caracterizaram a mulher vítima como “bonita” e “atraente” poderá

estar intrínseca a ideia de que a sua beleza, atratividade e cuidado com a aparência constituem um forte promotor da violência, uma vez que podem não ser do agrado do marido/companheiro, provavelmente ciumento e possessivo. Em ambas as situações o estereótipo legitima uma atribuição causal interna às características da vítima (e.g., Pollard, 1992; Viki, & Abrams, 2002; Whatley, 1996).

O homem vítima, por sua vez, foi percebido como alguém “gordo”, “feio” e “desleixado”, existindo unicamente a imagem de uma pessoa feia e sem atratividade. Estes resultados poderão deter a ideia de que a aparência física desinteressante e deselegante do homem se associa à sua predisposição para ser vítima. Caso contrário, um homem minimamente bonito e elegante não permanece numa relação abusiva, sendo-lhe permitido procurar outra parceira com facilidade, ainda para mais quando se considera que os homens não sofrem de dependência emocional.

Continuando as comparações, é possível concluir que as categorias “triste” e “doente” surgem apenas em um dos perfis. Características como “olhar triste”, “abatimento”, “olhar vazio” associaram-se unicamente à mulher vítima, talvez porque está intrínseca na sociedade a ideia de que a tristeza constitui uma emoção característica das mulheres, pelo que é “típico” delas entristecerem-se com as adversidades das relações e demonstrarem-no. No caso do homem surge a categoria “doente”, que pode surgir como forma de justificar o facto de um homem permitir ser agredido por uma mulher. Apenas um homem “doente”, “limitado fisicamente” e “incapacitado”, dependente da sua companheira ou incapaz de reagir aos seus abusos, poderá permitir que ela o agrida.

Relativamente aos perfis físicos dos agressores, na caracterização da mulher agressora parece existir, novamente, alguma ambivalência no que concerne à atratividade da mulher, uma vez que alguns participantes consideraram-na como uma pessoa “feia”, enquanto que outros caracterizaram-na como uma pessoa “bonita”. Por outro lado, na caracterização do agressor homem, e semelhantemente ao que aconteceu na caracterização da vítima homem, a característica “bonito” não foi referenciada pelos participantes. Aliás, surgem também as categorias “desleixado” e “mau aspeto”, associando-se a uma imagem claramente pouco atraente e desinteressante do homem.

É interessante notar a discrepância de resultados existente entre as categorias “consumidor de substâncias” e “dependente de substâncias”. Na caracterização do agressor homem a categoria “consumidor de substâncias” foi mencionada por 23 pessoas (7.2%), tendo sido a quarta categoria mais referenciada. Pelo contrário, na

caracterização da mulher agressora, a categoria intitulada “dependente de substâncias” foi referida apenas por quatro participantes (1.5%), correspondendo à característica menos referenciada. Estes resultados eram expectáveis, revelando-se congruentes com os resultados obtidos por Thompson & Kingree (2006). Parece, aos olhos da sociedade, pouco exequível que uma mulher consuma álcool e/ou drogas e, conseqüentemente, agrida o marido/companheiro. Em contrapartida, este acontecimento é frequentemente associado ao homem agressor, sendo o consumo de substâncias recorrentemente identificado como a causa dos abusos. Esta associação entre consumo de álcool e drogas e abusos poderá contribuir para a desculpabilização dos mesmos, não só por parte da vítima, como também por parte das pessoas externas à situação. O facto de a agressão ser promovida pelo consumo de substâncias, poderá potenciar a desresponsabilização do(a) agressor(a) e desculpabilização dos seus atos, uma vez que estava alterado psicologicamente e “não era ele mesmo”.

Tanto na constituição dos perfis físicos das vítimas como dos agressores estabeleceu-se a categoria “normal”, sendo que os participantes pretenderam com ela expressar que qualquer pessoa poderia ser vítima e/ou agressora, pelo que esse aspeto não estaria relacionado com nenhuma característica física específica. Este último resultado foi, mais uma vez, congruente com a investigação de Mendes (2016), na qual uma percentagem significativa dos participantes consideraram que não existem traços diferenciadores das vítimas de violência entre parceiros íntimos e as restantes pessoas. Contudo, a interpretação destes resultados deve ser feita com cuidado, dado que poderá ter sido intento de alguns participantes defenderem esta ideia de forma a fornecer uma resposta socialmente desejável e livre de estereótipos.

Relativamente aos perfis psicológicos das vítimas homens e mulheres, não parecem existir grandes diferenças entre ambos, uma vez que as categorias que os constituem são praticamente as mesmas, sendo que a grande maioria dos resultados são congruentes com os obtidos por Delgado-Álvarez, et al. (2011) e por Mendes (2016). Contudo, é possível identificar algumas diferenças entre ambos os perfis, nomeadamente, na categoria “dependente”. Esta categoria foi mais associada à mulher vítima, sendo que na sua constituição foram vários os tipos de dependência referidos, desde dependência financeira e económica a dependência emocional. No caso do homem vítima, a categoria formou-se com recurso a menos expressões, sendo que o único tipo de dependência mencionado foi a dependência financeira. Poderá estar aqui intrínseca a ideia de que a dependência em relação ao

marido/companheiro constitui um acontecimento mais característico das mulheres, assim como a dependência emocional, típica do sexo feminino, não sendo expectável que um homem dependa emocionalmente de uma mulher.

Uma outra diferença surge na categoria “assustado(a)”, a qual foi consideravelmente mais associada à mulher vítima. Esta associação poderá dever-se ao facto de se considerar que a violência executada por um homem é mais grave e, por isso, é passível de gerar mais medo nas suas vítimas. Considera-se, por sua vez, que a violência feminina não é tão grave, pelo que é menos provável que um homem se assuste com os atos da sua companheira. Esta interpretação também pode servir de justificação para o facto da categoria “traumatizada” surgir somente no perfil da mulher vítima. A violência perpetrada por um homem é vista como mais grave e severa, pelo que é mais provável que provoque danos psicológicos nas vítimas. Por outro lado, pode considerar-se que um homem é suficientemente forte psicologicamente ao ponto de não ficar traumatizado e conseguir superar a situação.

Ainda no que concerne à categoria “assustado” e “assustada” é possível notar uma diferença mínima entre ambas. Na constituição desta categoria na vítima homem surge, por vezes, a palavra covarde mas o mesmo não acontece no caso da vítima mulher. O surgimento desta palavra parece, de certa forma, contestar a vítima homem, que é incapaz de se impor a uma mulher, ser “naturalmente” mais fraco que ele. O facto de um homem não reagir perante as agressões parece ser mais difícil de compreender, uma vez que ao homem são associadas características como poder e independência emocional e financeira (Ruble, et al. 1984) e, por isso, nada justifica que permaneça numa relação abusiva. Se o faz é porque é “covarde” e “medricas”.

Por último, determinados participantes atribuíram qualidades negativas às vítimas (e.g., teimosia, agressividade, violência, desonestidade, má educação e prepotência). Esta associação condiciona certamente as atitudes das pessoas perante situações de violência, uma vez que, nestas condições, é muito provável que a violência perpetrada seja considerada menos grave para a vítima, a culpa da situação seja mais atribuída à mesma e a intenção de as pessoas agirem diminuirá seguramente. Estes resultados são congruentes com outras investigações (e.g., Anderson & Saunders, 2003; Choi & Edleson, 1996; Gracia & Tomas, 2014; Harris & Cook, 1994; Koepke, Eysse, & Bohner, 2014; Sheldon, & Parent, 2002; Taylor & Sorenson, 2005; Waltermaurer, 2012), nas quais as vítimas foram julgadas de forma mais severa, tendo-lhes sido atribuída maior culpa, quando o seu comportamento foi percecionado como provocador (e.g., prepotência, adultério, iniciar uma discussão).

Estes dados evidenciam uma realidade preocupante pois revelam que ainda existe a crença de que determinados comportamentos das vítimas justificam e legitimam as agressões perpetradas contra elas (“ela/ele mereceu”).

Na constituição dos perfis psicológicos das vítimas verificou-se, mais uma vez, que as categorias “triste” e “deprimido(a)” foram mais frequentemente associadas à mulher vítima presumivelmente devido às razões mencionadas anteriormente. No entanto, investigações têm demonstrado que existe uma forte prevalência de perturbações mentais (e.g., perturbação do stresse pós-traumático, depressão e ansiedade) em vítimas de violência na intimidade, sejam mulheres ou homens (e.g., Berger, Douglas, & Hines, 2016; Korkmaz, Korucu, Yildiz, Kaya, Izci, & Atmaca, 2016).

No perfil do homem vítima a categoria “tímido(a)” apresentou o dobro das menções e as categorias “calmo” e “passivo”, por sua vez, não foram associadas à mulher vítima. Forma-se, naturalmente, a imagem de um homem calmo, frágil, recatado e retraído e incapaz de reagir, sujeitando-se aos abusos.

Nos perfis psicológicos do homem e da mulher agressores as características mais recorrentemente mencionadas foram agressivo(a) e dominador(a). É interessante que praticamente todas as características obtidas por Delgado-Álvarez et al. (2011) tenham sido estabelecidas neste estudo, embora com frequências diferentes.

Comparando ambos os perfis é possível verificar que a categoria “agressivo(a)” foi mais associada ao homem e a categoria “dominador(a)” foi mais associada à mulher. Para além disso, as categorias “autoritário(a)” e “manipulador(a)” foram consideravelmente mais atribuídas à mulher. Poderá estar aqui presente, por um lado, a imagem de um homem que parte facilmente para a agressão e que recorre maioritariamente à violência física. Por outro lado, da mulher agressora forma-se mais facilmente uma imagem de uma pessoa manipuladora, controladora e dominadora e que recorre maioritariamente, e pelo contrário, à violência psicológica.

Em ambos os perfis denota-se alguma ambivalência no que concerne à autoestima dos agressores. O homem agressor é percecionado, por um lado, como uma pessoa “convencida”, com “excesso de autoestima” e “demasiado confiante” mas, por outro lado, como alguém “inseguro”, com “falta de confiança” e com uma “baixa autoestima”. À mulher agressora, por sua vez, foram associadas as características “autoestima baixa” e “autoestima alta”, curiosamente com a mesma percentagem de referências. Esta ambiguidade poderá estar associada à dificuldade de compreender os motivos do comportamento do(a) agressor(a). Por um lado, a pessoa que agride pode ser encarada como uma pessoa altamente insegura e provavelmente

dependente emocionalmente do outro. Consequentemente, agride o(a) companheiro(a) como forma de o(a) controlar, dominar e de o(a) manter cativo(a). Por outro lado, o(a) agressor(a) pode ser percebido como alguém com uma autoestima alta, confiante, seguro e com sentimento de superioridade. Como tal agride porque provavelmente não tem consciência dos limites e considera que tem a liberdade e o direito de fazer aquilo que pretender e desejar.

Ainda comparando os perfis, é possível verificar que ao homem agressor são atribuídas apenas características psicológicas negativas, nomeadamente, má educação, antipatia, egoísmo, covardia, entre outras. Pelo contrário, à mulher agressora, apesar de as características psicológicas negativas prevalecerem, são-lhe também atribuídas algumas características psicológicas positivas (e.g., “corajosa”, “determinada”, “perspicaz”). Estas características parecem estar em consonância com os resultados obtidos por Delgado-Álvarez et al. (2011) quando os autores pretenderam saber quais são os atributos considerados necessários para que a vítima consiga quebrar o ciclo da violência. Posto isto, neste estudo em questão, quando foi pedido aos participantes que atribuíssem características psicológicas à uma mulher agressora, para alguns participantes poderá ter surgido a ideia de uma mulher que apenas agrediu o marido/companheiro como forma de reagir aos abusos do mesmo. Como tal, uma mulher valente, corajosa e determinada. Na mesma linha de pensamento, surge a categoria “vingativa”, que está associada à necessidade de retaliação por algum comportamento que tenha sido realizado contra a pessoa em questão. Atendendo ao significado da palavra, poderá existir aqui novamente a ideia de que a mulher apenas agrediu o marido/companheiro porque já havia sido previamente agredida ou mal-tratada.

Por último, é interessante constatar que, à semelhança do que aconteceu nas investigações desenvolvidas na Estónia, Espanha e Chipre (como citado em Gracia & Lila, 2015), a presença de perturbações mentais (e.g., depressão e ansiedade) também foi associada ao(a) agressor(a). Contudo, verifica-se que a característica “deprimido(a)” teve uma maior prevalência na caracterização da mulher agressora, comparativamente ao homem agressor. Para além disso, na caracterização da mulher agressora surge ainda a categoria “triste”, categoria essa que não foi estabelecida na construção do perfil do homem agressor. Este resultado associa-se provavelmente e novamente à ideia de que a depressão é um problema maioritariamente da mulher, não sendo, por isso, concebível que um homem sofra de depressão, uma vez que “os homens não se deprimem”.

Estudo 2

8. Método

8.1 Objetivos

O estudo em questão apresenta os seguintes objetivos:

1. Perceber se a percepção de severidade difere entre eventos de violência perpetrados por homens e por mulheres;
2. Perceber se a percepção de severidade difere entre eventos de violência física e eventos de violência psicológica (abuso emocional e dominação);
3. Dentro da violência psicológica, detetar se a percepção de severidade difere entre os episódios de abuso emocional e os de dominação;
4. Compreender se a atribuição causal difere entre episódios de violência em que o agressor é um homem e a vítima uma mulher e a situação inversa;
5. Verificar se existe uma associação entre determinados fatores sociodemográficos e a percepção de severidade e a atribuição causal.

8.2 Desenho do estudo

O presente estudo é do tipo quantitativo e comparativo. A investigação quantitativa é mais utilizada quando o objeto de estudo está bem definido, devido ao desenvolvimento de outras pesquisas que têm contribuído para o acumular de conhecimentos suficientes sobre o tema. Trata-se, então, de verificar apenas se este corpo de conhecimentos se verifica em outras situações ainda não exploradas empiricamente (Serapioni, 2000).

8.3 Hipóteses

H1: A violência perpetrada contra uma mulher é percebida de forma mais severa do que a violência perpetrada contra um homem;

H2: A violência física é percebida como sendo mais severa do que a violência psicológica;

H3: Dentro da violência psicológica, a dominação é percebida de forma mais severa do que o abuso emocional;

H4: As vítimas homens são mais culpabilizadas pelos incidentes de violência do que as vítimas mulheres;

H5: Os homens agressores são mais culpabilizados pelos incidentes de violência perpetrados do que as mulheres agressoras;

H6: As participantes mulheres percebem a violência de forma mais severa do que os homens, independentemente do gênero do agressor e da vítima e do tipo de violência perpetrada.

H7: Os participantes homens culpabilizam mais as vítimas, independentemente de as mesmas serem homens ou mulheres;

H8: As participantes mulheres culpabilizam mais os agressores, independentemente de os mesmos serem homens ou mulheres.

No que concerne aos restantes fatores sociodemográficos não foi possível encontrar uma quantidade significativa de artigos que abordassem a sua associação com a percepção de severidade e atribuição causal. Pelo contrário, grande parte da investigação encontrada centra-se no estudo de outras atitudes, tais como, atitudes de aceitação, justificação e tolerância da violência. Posto isto, a formulação das restantes hipóteses baseou-se nos achados de Gracia e Herrero (2007), West e Wandrei (2002) e Hurt, et al., (1999) que detetaram existir uma associação entre atitudes de aceitação da violência e a percepção de severidade e as atitudes de responsabilização da vítima. Posto isto estabeleceram-se as seguintes hipóteses:

H9: Pessoas com níveis de escolaridade mais baixos culpabilizam mais a vítima;

H10: Pessoas com níveis de escolaridade mais baixos percebem a violência de forma menos severa;

H11: Pessoas pertencentes às faixas etárias situadas nos extremos percebem a violência de forma menos severa;

H12: Pessoas pertencentes às faixas etárias situadas nos extremos culpabilizam mais a vítima pela violência perpetrada;

H13: Pessoas que vivem em zonas urbanas percebem a violência de forma mais severa do que as pessoas que vivem em zonas rurais;

H14: Pessoas que vivem em zonas rurais culpabilizam mais a vítima pela violência do que as pessoas que vivem em zonas urbanas;

H15: A percepção de severidade difere consoante o estado civil do inquirido;

H16: A atribuição causal da vítima difere consoante o estado civil do inquirido.

8.4 Participantes

Uma vez que se trata da mesma amostra do estudo qualitativo solicita-se a consulta do subcapítulo 5.5 – Participantes do Estudo 1.

8.5 Instrumento de recolha de dados

A segunda parte do instrumento de recolha de dados constituiu-se por cenários hipotéticos de violência entre parceiros íntimos, entre casais heterossexuais. Ambas as versões foram compostas por quatro histórias alusivas a episódios de violência física e psicológica (duas histórias para cada um dos dois tipos de violência), todas perpetradas por um homem ou por uma mulher, consoante a versão respetiva do instrumento. As histórias de violência psicológica subdividiram-se, por sua vez, em dois episódios de violência: um de abuso emocional e outro de dominação (Tabela 7). Esta subdivisão da violência psicológica baseou-se nos estudos desenvolvidos por Chamberland, et al. (2007) e por Chamberland e Laporte (2010). Todos os eventos de violência representados tiveram por base cenários já construídos por outros investigadores (Gracia, García e Lila, 2008; Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland, et al. 2007; como citado em Chamberland & Laporte, 2010).

Tabela 7. *Cenários hipotéticos de violência*

<u>Versão 1 – Violência contra a mulher</u>			<u>Versão 2 – Violência contra o homem</u>		
<u>Violência física</u>	<u>Violência psicológica</u>		<u>Violência física</u>	<u>Violência psicológica</u>	
	<u>Abuso emocional</u>	<u>Dominação</u>		<u>Abuso emocional</u>	<u>Dominação</u>
- Francisco agride Vera dando-lhe uma bofetada - Rui e Ana discutem e Rui arremessa-lhe um objeto	Luís e Margarida discutem e Luís chama-lhe burro e inútil	Carlos ameaça e chantageia Maria	- Vera agride Luís dando-lhe uma bofetada - Maria e Rui discutem e Maria arremessa-lhe um objeto	Margarida e Francisco discutem e Margarida chama-lhe burro e inútil	Ana ameaça e chantageia Carlos

Juntamente com cada cenário foram apresentados 12 itens que pretenderam avaliar a perceção de severidade, o sentimento de responsabilidade pessoal para agir, a atribuição causal e a intenção comportamental face à situação descrita. Os participantes deveriam responder aos mesmos com base numa escala do tipo diferencial-semântica, de 10 pontos, com dois polos, em que 1 é *nada* e 10 é *muito*. Os itens eram idênticos em ambas as versões do instrumento e foram formulados com base em trabalhos desenvolvidos por diversos autores.

Para esta investigação foram analisadas apenas as respostas referentes aos itens que avaliam a “perceção de severidade” e a “atribuição causal”. Posto isto, a

Percepção de Severidade foi avaliada com base no item “*Até que ponto a situação lhe parece grave?*”. Esta questão foi adaptada a partir dos trabalhos de Gracia e Colaboradores (2008); Valor-Segura, Expósito, & Moya, 2011 e Turgeon e Chamberland (1994 como citado em Chamberland et al. 2007; como citado em Chamberland & Laporte, 2010) (Anexo H).

A *Atribuição Causal*, por sua vez, foi acedida através dos itens “*Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?*” e “*Em que medida concorda que a culpa da situação seja do(a) agressor(a)?*”. Existia, ainda, um terceiro item: “*Em que medida considera que a culpa da situação se deva a outras situações de vida?*”, cujos resultados não foram analisados nesta dissertação. Os itens formulados tiveram como base os trabalhos de Gracia e Tomás (2014), Langhinrichsen-Rohling, et al. (2004) e Valor-Segura e Colaboradores (2011) (Anexo H).

Os cenários de violência entre parceiros íntimos, assim como os itens que os acompanhavam, foram apresentados de forma aleatória visando colmatar os efeitos de aprendizagem, desejabilidade social e de precedência.

O instrumento terminava com um questionário sociodemográfico. Este questionário era idêntico para ambas as versões do instrumento, era composto por 10 itens e visava a recolha de variáveis sociodemográficas (idade, género, estado civil, escolaridade, residência) e variáveis sociais, nomeadamente, se o sujeito alguma vez havia observado ou vivenciado, como vítima e/ou agressor, uma situação de violência doméstica (“*Já alguma vez observou alguma situação de violência doméstica? / Já alguma vez passou por alguma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor?*”). Optou-se por colocar esta última questão desta forma, sem questionar diretamente os participantes quanto à eventualidade de terem sido exclusivamente vítimas ou agressores em episódios de violência, dado que a colocação de uma questão tão intrusiva poderia comprometer a participação dos sujeitos no estudo. Para além disso, importa referir que se optou por recorrer ao termo “violência doméstica”, apesar de se ter conhecimento de que este não é o termo mais adequado, uma vez que esta constitui a designação mais comum entre a população. O recurso a termos como “violência entre parceiros íntimos” poderia suscitar alguma confusão nos participantes do estudo, uma vez que correspondem a pessoas que não têm conhecimento da existência e da distinção entre todas estas denominações.

8.6 Procedimento de construção do instrumento

A construção do instrumento de recolha de dados albergou várias fases. Depois de terem sido estabelecidas as perguntas de resposta aberta procedeu-se à elaboração dos cenários hipotéticos de violência. Optou-se por utilizar esta metodologia uma vez que o recurso a cenários hipotéticos de violência entre parceiros íntimos, seguidos de questões diretivas relacionadas com o que se pretende avaliar, constitui um procedimento bastante comum entre os investigadores desta temática (e.g., Gracia, et al. 2008, Gracia & Tomás, 2011; Valor-Segura, et al. 2011).

Contudo, previamente considerou-se que seria pertinente utilizar nomes de pessoas (e.g., Rui/Ana) em detrimento do recurso a palavras como vítima e agressor(a). Na verdade, um número significativo de investigadores recorrem, nos seus estudos, a expressões como marido/mulher e companheiro/companheira enquanto que outros investigadores optam por recorrer a nomes próprios (e.g., Langhinrichsen-Rohling, et al. 2004; Turgeon e Chamberland, 1994 como citado em Chamberland et al. 2007; como citado em Chamberland & Laporte, 2010). Nesta investigação, considerou-se que a última opção seria mais indicada visto que os cenários de violência ocorriam no seio de relações de intimidade pelo que não faria sentido utilizar termos restritos como marido e mulher. Por outro lado, julgou-se que, desta forma, as histórias tornar-se-iam mais realistas e humanizadas, contribuindo para aumentar a proximidade entre os intervenientes e os inquiridos.

Contudo, é importante ter em consideração que, do ponto de vista do senso comum, a determinados nomes próprios são facilmente associadas determinadas características sociodemográficas (e.g., Alzira é um nome que se associa facilmente a uma pessoa mais velha enquanto que Lara relembra uma pessoa mais nova). Deste modo, houve a preocupação de utilizar apenas nomes mais heterogéneos, aos quais não fossem facilmente associadas determinadas características sociodemográficas, de forma a evitar que as respostas dos inquiridos fossem comprometidas por estereótipos que pudessem existir relativamente aos nomes apresentados.

Posto isto, foi construída uma lista composta por 13 nomes femininos e 12 nomes masculinos. Para a sua construção foi requerida a ajuda de três pessoas, pertencentes a faixas etárias distintas (23, 35 e 55 anos), tendo sido pedida a sua colaboração para que, individualmente, definissem uma lista composta por 20 nomes masculinos e 20 nomes femininos de entre os que considerassem mais comuns em Portugal. Foram automaticamente selecionados os nomes indicados por dois ou mais participantes e a escolha dos restantes nomes foi discutida entre todos os elementos.

De seguida, a lista foi distribuída a uma amostra composta por 49 sujeitos, com idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos de idade e com diferentes níveis de escolaridade, tendo-lhes sido pedido que classificassem os nomes próprios de acordo com as características sociodemográficas (idade e escolaridade) que mais rapidamente associavam a uma pessoa que detivesse cada um dos nomes (Anexo I). A amostra foi recolhida através do procedimento de amostragem não probabilístico de conveniência (Garson, 2012). Através de uma análise estatística de frequências foi possível definir os nomes próprios que iriam ser utilizados, sendo que a escolha incidia naqueles que não apresentaram classificações muito discrepantes. Foram eles: Ana, Margarida, Maria, Vera, Carlos, Francisco, Luís e Rui (Anexo J).

Em seguida, procedeu-se à adaptação dos cenários hipotéticos criados por outros investigadores (Gracia, et al. 2008; Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland, et al. 2007; como citado em Chamberland & Laporte, 2010). Foram definidas quatro histórias, sendo que para cada uma delas existiam duas versões: uma perpetrada por um homem e outra por uma mulher. De entre as quatro histórias duas diziam respeito a episódios de violência física enquanto que as restantes representavam situações de violência psicológica (abuso emocional e dominação) (Tabela 7). Houve a preocupação de escolher comportamentos violentos que poderiam e seriam viáveis de serem realizados por ambos os sexos. Dado que, à mulher, são facilmente associadas características físicas e psicológicas que a definem como mais fraca do que o homem (Delgado-Álvarez, et al. 2011), a escolha das histórias de violência física recaiu em episódios relativamente menos graves e menos exigentes fisicamente, como é o caso do arremesso de objetos. Este comportamento é frequentemente recorrido pelo sexo feminino (Sorenson & Taylor, 2005; Melton & Belknap, 2003), uma vez que é passível de criar danos mas que, por ser realizado a uma determinada distância do homem, protege a mulher da retaliação.

Para além disso, os cenários foram descritos recorrendo ao mínimo de informação possível. Com isto pretendeu-se condicionar ao mínimo as respostas dos sujeitos e dar-lhes liberdade para fazerem as suas próprias interpretações, de acordo com as suas atitudes face à violência entre parceiros íntimos.

Posteriormente procedeu-se à formulação dos itens que visaram aceder à perceção de severidade, sentimento de responsabilidade pessoal para agir, atribuição causal e intenção comportamental. Para cada um dos oito cenários (quatro perpetrados por um homem e quatro perpetrados por uma mulher) surgiu um conjunto de 12 itens, aos quais os inquiridos deveriam responder com base no cenário de

violência correspondente, recorrendo a uma escala diferencial-semântica de 10 pontos, em que 1 é *nada* e 10 é *muito*. Os itens foram formulados com base nos trabalhos de diversos investigadores (Chabot, Tracy, Manning, & Poisson, 2009; Gracia et al., 2008; Gracia & Tomás, 2014; Langhinrichsen-Rohling, et al. 2004; Turgeon & Chamberland, 1994 como citado em Chamberland, et al. 2007; como citado em Chamberland & Laporte, 2010; Valor-Segura et al. 2011) (Anexo H).

Por fim, desenvolveu-se um questionário sociodemográfico que permitiu aceder a informações sociodemográficas sobre os participantes.

O protocolo foi introduzido no programa *Qualtrics*, tendo sido constituído pelas questões de resposta aberta, pelos cenários de violência entre parceiros íntimos, respetivos itens e, por último, pelo questionário sociodemográfico. As histórias eram apresentadas de forma aleatória, assim como os itens que as acompanhavam, de forma a contornar efeitos indesejáveis. A facilidade com que, através do *Qualtrics*, é possível proceder à aleatorização das histórias e do conjunto de itens que as acompanham impulsionou a escolha pelo formato digital e levou a crer que esta ferramenta *online* seria viável e bastante útil para os estudos.

Posteriormente, optou-se por realizar um pré-teste a 10 sujeitos, com idades compreendidas entre os 22 e os 60 anos e com diferentes habilitações literárias, tendo-lhes sido pedido que respondessem aos itens e que, no final, expusessem as dúvidas que surgiram durante o processo. Através deste pré-teste foi possível detetar que o protocolo se revelou demasiado extenso, levando aproximadamente 45 minutos a ser respondido, aspeto que poderia contribuir para o surgimento de sintomas de fadiga e para o uso de respostas padrão ou, ainda, para que os participantes abandonassem mais facilmente o estudo. Relativamente ao facto de estarem presentes ambas as versões das histórias, os participantes revelaram recordar-se, sem grandes dificuldades, das respostas que haviam dado aos itens referentes à primeira versão apresentada e que existia a intenção de atribuir respostas semelhantes aos itens de ambas as versões.

Posto isto, considerou-se que a opção mais viável seria desenvolver dois protocolos distintos, um que pretendesse avaliar apenas a violência exercida contra a mulher (V1) e outro destinado apenas para a violência realizada contra o homem (V2). Cada participante seria exposto a apenas uma das versões do protocolo.

Efetuada todas as alterações, foi possível introduzir as duas versões finais no *Qualtrics* e dar início ao procedimento de recolha de dados.

8.7 Procedimento de recolha de dados

Uma vez que se trata do mesmo procedimento de recolha de dados descrito para o estudo 1 solicita-se a consulta do subcapítulo 5.7.

8.8 Procedimento de análise de dados

Terminado o procedimento de recolha de dados, os mesmos foram exportados diretamente do *Qualtrics* para o *IBM SPSS Statistics 24*. Procedeu-se à eliminação dos protocolos respondidos por sujeitos que não possuíam os requisitos para participar nos estudos (e.g., participantes com mais de 65 anos). Excluíram-se também os sujeitos que não completaram a sua participação nos dois estudos.

De forma a testar as hipóteses definidas optou-se pela realização de ANOVAS de medições repetidas a um fator. Considerou-se que este constituía o teste estatístico mais viável uma vez que se pretendia proceder à comparação das variáveis “perceção de severidade” e “atribuição causal”, consoante o género do agressor e da vítima, do tipo de violência perpetrada e, ainda, consoante as diversas características sociodemográficas dos participantes. Para além disso, uma vez que as variáveis dependentes “perceção de severidade”, “atribuição causal vítima” e “atribuição causal agressor(a)” eram medidas, cada uma, por quatro itens, um item por cada história, tornou-se imperativo recorrer a procedimentos estatísticos de medidas repetidas.

Para a realização deste teste foi necessário garantir os pressupostos de normalidade e de homogeneidade de variâncias. Para testar a normalidade utilizou-se o teste Kolmogorov-Smirnov (Marôco, 2014) e para testar a homogeneidade de variâncias utilizou-se o teste de Levene (Levene, 1960). Ambos os testes estatísticos foram efetuados considerando-se uma probabilidade de erro tipo I (α) de .05.

Foram então efetuados os testes de normalidade e homogeneidade de variâncias, tendo-se constatado que, na amostra exposta à violência contra a mulher, as variáveis não apresentaram normalidade, dado que, em grande parte dos testes realizados, se obtiveram *p.values* < .05. No que concerne à homogeneidade de variâncias foi possível concluir que as variâncias populacionais eram homogéneas dado que todos os *p.values* calculados revelaram-se superiores .05.

Na amostra exposta à violência perpetrada contra o homem obtiveram-se resultados semelhantes. A maioria dos testes de normalidade realizados obtiveram *p.values* < .05, não se comprovando a normalidade da distribuição. Relativamente à homogeneidade de variâncias, obtiveram-se *p.values* sempre superiores a .05, existindo homogeneidade de variâncias.

Dado que o pressuposto da normalidade não se verificou em ambas as amostras, optou-se por tentar transformar as variáveis de modo a normalizar a distribuição. Para tal recorreu-se à transformação logarítmica de base 10 das variáveis em estudo (Marôco, 2014). Foram novamente realizados os testes de Kolmogorov-Smirnov e Levene já com as variáveis transformadas, em ambas as amostras. Não obstante, este procedimento revelou-se insuficiente, dado que grande parte dos valores de *p.value* obtidos, nos testes de normalidade e para ambas as amostras, revelaram-se inferiores a .05. No que concerne à homogeneidade de variâncias, o procedimento de transformação das variáveis revelou-se prejudicial, dado que, em determinados casos, a homogeneidade de variâncias deixou de se verificar.

Não obstante, apesar de não se verificarem todos os pressupostos para a aplicação deste teste estatístico, de acordo com Anderson (2001), é possível realizar a ANOVA de medições repetidas a um fator dado que os testes paramétricos são robustos, afetando minimamente os erros tipo I e tipo II. Para além disso, se as populações não forem normais, mas as amostras forem de grande dimensão então, por uma extensão do Teorema Moivre-Laplace, a expressão anterior segue aproximadamente uma $N(0,1)$ (Afonso & Nunes, 2011).

Posto isto, de seguida serão apresentadas as ANOVAS de medições repetidas a um fator efetuadas de forma a testar as hipóteses estabelecidas.

9. Resultados

H1: A violência perpetrada contra uma mulher é percebida de forma mais severa do que a violência perpetrada contra um homem

De forma a testar a hipótese supramencionada as bases de dados de ambas as amostras foram compiladas numa única base de dados, dando um total de 592 protocolos respondidos, tendo sido estabelecida uma nova variável denominada “tipo de questionário”. Esta variável foi codificada, sendo que o 1 dizia respeito aos questionários respondidos sobre a violência perpetrada contra a mulher e o 2 referia-se aos questionários respondidos sobre a violência realizada contra o homem.

Posto isto, seguidamente foi realizada uma ANOVA de medições repetidas a um fator, sendo a “perceção de severidade” a variável dependente e o “tipo de questionário” a variável fator. Os resultados são apresentados de seguida.

Tabela 8. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “tipo de questionário”

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Tipo de questionário	1	590	693.177	64.135	.000	.098	1.000

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Consultando a tabela 8, e tendo em conta que o $\alpha=.05$, infere-se que, de facto, existem diferenças estatisticamente significativas na percepção de severidade, entre os eventos de violência perpetradas contra a mulher e contra o homem, dado que o *p.value* = .000 < .05, ou seja, rejeita-se a hipótese nula (H0).

Uma vez que a ANOVA permite apenas perceber se existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois níveis da variável fator, é essencial aceder às médias totais da percepção de severidade para que seja possível perceber quais foram os eventos de violência percecionados de forma mais severa (se os perpetrados contra a mulher, se os perpetrados contra o homem).

Tabela 9. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “tipo de questionário”

Tipo de questionário	<i>M</i>	<i>DP</i>	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
1 – Violência contra a mulher	8.153	.092	7.973	8.333
2 – Violência contra o homem	7.067	.100	6.870	7.263

Olhando para os valores das médias totais obtidos (Tabela 9) é possível afirmar que os episódios de violência perpetrados contra uma mulher foram percecionados de forma significativamente mais severa (*M*=8.153), comparativamente aos eventos de violência executados contra um homem (*M*=7.067). Por estes motivos, a hipótese 1 não se rejeita.

H2: A violência física é percecionada como sendo mais severa do que a violência psicológica

H3: Dentro da violência psicológica, a dominação é percecionada de forma mais severa do que o abuso emocional

As hipóteses H2 e H3 foram conjuntamente testadas, sendo realizadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada uma das amostras.

Tabela 10. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Tipo de violência perpetrada	1	321	1061.617	158.299	.000	.331	1.000

**p* < .05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Observando a tabela 10 é possível constatar que, na amostra exposta à violência contra a mulher (amostra 1), se detetam diferenças estatisticamente significativas no que concerne à variável dependente “percepção de severidade”, entre os diferentes cenários de violência perpetrados. Retira-se esta conclusão uma vez que valor de *p.value*=.000 < .05.

Importa agora perceber entre que cenários de violência se detetam tais diferenças. Para tal, recorreu-se ao Teste de Bonferroni (Tabela 11).

Tabela 11. Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, na amostra 1

(I) Tipo de violência perpetrada	(J) Tipo de violência perpetrada	Diferença de médias (I-J)**	<i>DP</i>	<i>p</i> *
Violência física (cenário 1)	Cenário 2	2.233	.135	.000
	Cenário 3	.019	.091	1.000
	Cenário 4	.776	.103	.000
Abuso emocional (cenário 2)	Cenário 1	-2.233	.135	.000
	Cenário 3	-2.214	.135	.000
	Cenário 4	-1.457	.127	.000
Violência física (cenário 3)	Cenário 1	-.019	.091	1.000
	Cenário 2	2.214	.135	.000
	Cenário 4	.758	.107	.000
Dominação (cenário 4)	Cenário 1	-.776	.103	.000
	Cenário 2	1.457	.127	.000
	Cenário 3	-.758	.107	.000

**p*-values com ajustamento de Comparações Múltiplas de Bonferroni.

** A diferença de médias é significativa ao nível .05.

Interpretando os resultados obtidos pela realização do teste de Bonferroni (Tabela 11) conclui-se que apenas não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois cenários de violência física, relativamente à variável dependente “percepção de severidade”.

De seguida, importa perceber quais foram os cenários de violência percecionados de forma mais severa pelos participantes. Posto isto, é necessário calcular as médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos cenários hipotéticos de violência.

Tabela 12. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos cenários hipotéticos de violência, na amostra 1

Tipo de violência perpetrada	M	DP	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Violência física (cenário 1)	8.910	.093	8.728	9.092
Abuso emocional (cenário 2)	6.677	.138	6.405	6.949
Violência física (cenário 3)	8.891	.088	8.719	9.064
Dominação (cenário 4)	8.134	.107	7.923	8.344

Como era expectável, os cenários retratando episódios de violência física foram percecionados de forma mais severa (Tabela 12). O arremesso de objetos (cenário 3) foi percecionado de forma menos severa ($M=8.891$) do que a bofetada, retratada no cenário 1, ($M=8.910$) embora a diferença de médias se revele mínima.

Dentro da violência psicológica, o cenário de dominação foi percecionado de forma significativamente mais severa ($M=8.134$), comparativamente ao episódio de abuso emocional ($M=6.677$). Sendo assim, o abuso emocional foi o evento percecionado de forma menos severa, seguindo-se o episódio de dominação. Por sua vez, os cenários retratando episódios de violência psicológica foram percecionados de forma menos severa, comparativamente aos episódios de violência física. Por estes motivos, a hipótese 2 e 3, para já, não se rejeitam. Contudo, importa agora conhecer os resultados obtidos na amostra exposta à violência contra o homem (amostra 2).

Recorrendo ao *p.value* ($.000 < .05$) constata-se que os resultados obtidos nesta amostra são semelhantes aos resultados obtidos anteriormente, existindo diferenças estatisticamente significativas entre os cenários hipotéticos de violência, relativamente à variável dependente “percepção de severidade” (Tabela 13).

Tabela 13. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, para a amostra 2

Fator	Efeito	df	Erro	df	Média	F	p*	η ² p*	P*
Tipo de violência perpetrada	1		269		868.244	95.068	.000	.261	1.000

*p < .05, η²p eta dos quadrados parciais, P potência de teste observada

De seguida é necessário perceber entre que pares de médias se detetam tais diferenças recorrendo, novamente, ao Teste de *Bonferroni* (Tabela 14).

Tabela 14. Teste *Bonferroni* para a variável “percepção de severidade” e o fator “tipo de violência perpetrada”, na amostra 2

(I) Tipo de violência perpetrada	(J) Tipo de violência perpetrada	Diferença de médias (I-J)**	DP	p*
Violência física (cenário 1)	Cenário 2	1.833	.155	.000
	Cenário 3	-.552	.150	.002
	Cenário 4	.067	.165	1.000
Abuso emocional (cenário 2)	Cenário 1	-1.833	.155	.000
	Cenário 3	-2.385	.147	.000
	Cenário 4	-1.767	.152	.000
Violência física (cenário 3)	Cenário 1	.552	.150	.002
	Cenário 2	2.385	.147	.000
	Cenário 4	.619	.130	.000
Dominação (cenário 4)	Cenário 1	-.067	.165	1.000
	Cenário 2	1.767	.152	.000
	Cenário 3	-.619	.130	.000

*p-values com ajustamento de Comparações Múltiplas de *Bonferroni*.

** A diferença de médias é significativa ao nível .05.

Consultando a tabela 14, compreende-se que não existem diferenças estatisticamente significativas unicamente entre o cenário 1 (violência física) e o cenário 4 (dominação), sendo o *p.value* = 1.000 > .05. Comparando as médias dos restantes cenários, o *p.value* obtido foi sempre inferior a .05, pelo que se constata que existem diferenças estatisticamente significativas entre eles.

Seguem-se as médias totais da “percepção de severidade” para cada um dos cenários hipotéticos de violência executados contra o homem (amostra 2) (Tabela 15).

Tabela 15. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos cenários hipotéticos de violência, na amostra 2

Tipo de violência perpetrada	M	DP	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Violência física (cenário 1)	7.404	.155	7.098	7.709
Abuso emocional (cenário 2)	5.570	.153	5.269	5.872
Violência física (cenário 3)	7.956	.124	7.711	8.200
Dominação (cenário 4)	7.337	.147	7.048	8.626

Observando a tabela 15 é possível concluir que os resultados obtidos para a amostra exposta à violência contra o homem são, em parte, semelhantes aos resultados verificados anteriormente. Os cenários de violência física (cenário 1 e 3) foram novamente percebidos de forma mais severa ($M=7.404$; $M=7.956$, respectivamente), comparativamente aos cenários de violência psicológica. Contudo, importa recordar que não se detetaram diferenças estatisticamente significativas entre o cenário 1 (violência física) e o cenário 4 (dominação), o que não seria expectável.

Comparando os resultados obtidos em ambas as amostras, é interessante notar que na amostra exposta à violência contra a mulher o cenário 1, no qual o agressor executa uma “bofetada” contra a vítima, foi o comportamento classificado como mais severo ($M=8.910$). Pelo contrário, na amostra exposta à violência contra o homem, o cenário 3, no qual a agressora arremessa um objeto contra a vítima, foi classificado de forma significativamente mais severa do que o cenário 1 ($M=7.956$).

Ainda assim, os resultados são congruentes com o que seria expectável. Os comportamentos pertencentes à categoria de violência física (cenário 1 e 3) foram considerados, pelos participantes, como sendo os cenários mais graves para as suas vítimas. Para além disso, dentro da violência psicológica, o abuso emocional foi categorizado como sendo o tipo de violência menos grave ($M=5.570$), comparativamente à dominação ($M=7.337$). Posto isto, embora não se tenham detetado diferenças estatisticamente significativas entre o cenário 1 (violência física) e o cenário 4 (dominação) considera-se que as hipóteses H2 e H3 não devem ser rejeitadas, uma vez que, em ambas as amostras, a violência física foi o tipo de violência classificada como mais severa pelos participantes, seguindo-se o cenário

retratando um episódio de dominação. Por fim, o abuso emocional foi, de todos os cenários, considerado o menos grave.

H4: As vítimas homens são mais culpabilizadas pelos incidentes de violência do que as vítimas mulheres

À semelhança do que aconteceu na hipótese 1, de forma a testar a hipótese supramencionada, recorreu-se à amostra total de protocolos respondidos, resultante da compilação da amostra 1 e da amostra 2. Posteriormente, foi efetuada uma ANOVA de medições repetidas a um fator, com a variável “atribuição causal vítima” como variável dependente e o “tipo de questionário” como variável fator.

Tabela 16. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “tipo de questionário”

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Tipo de questionário	1	590	497.168	43.811	.000	.069	1.000

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Observando a tabela 16 constata-se que, de facto, existem diferenças estatisticamente significativas no que concerne à culpabilização das vítimas de violência na intimidade, uma vez que o valor de *p.value* = .000 < .05.

Tabela 17. Médias totais da variável “atribuição causal vítima” para cada um dos níveis do fator “tipo de questionário”

Tipo de questionário	<i>M</i>	<i>DP</i>	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
1 – Violência contra a mulher	2.940	.094	2.756	3.125
2 – Violência contra o homem	3.860	.103	3.659	4.062

É possível afirmar que as vítimas masculinas foram mais culpabilizadas pelos episódios de violência por eles sofridos (*M*=3.860), do que as vítimas mulheres (*M*=2.940) (Tabela 17). Neste sentido, a hipótese 4 não se rejeita.

H5: Os homens agressores são mais culpabilizados pelos incidentes de violência perpetrados do que as mulheres agressoras

Com o intuito de testar a hipótese 5 foi realizada uma ANOVA de medições repetidas a um fator na amostra total, sendo que a variável “atribuição causal agressor” assumiu-se como variável dependente e a variável “tipo de questionário” correspondeu à variável fator. Obtiveram-se os seguintes resultados.

Tabela 18. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal agressor” e o fator “tipo de questionário”

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Tipo de questionário	1	590	1153.061	68.601	.000	.104	1.000

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Consultando a tabela 18 é notória a existência de diferenças estatisticamente significativas na variável “atribuição causal agressor”, entre os agressores homens e as agressoras mulheres, uma vez que o *p.value* = .000<.05.

De seguida, importa compreender qual foi o género mais culpabilizado pelos participantes. Para tal, é necessário aceder às médias totais.

Tabela 19. Médias totais da variável “atribuição causal agressor” para cada um dos níveis do fator “tipo de questionário”

Tipo de questionário	<i>M</i>	<i>DP</i>	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
1 – Violência contra a mulher	7.567	.114	7.342	7.791
2 – Violência contra o homem	6.166	.125	5.921	6.411

Os agressores homens foram mais culpabilizados pelos episódios de violência que praticaram (*M*=7.567), do que as mulheres agressoras (*M*=6.166) (Tabela 19). Posto isto, a hipótese 5 não se rejeita.

H6: As participantes mulheres percebem a violência de forma mais severa do que os homens, independentemente do género do agressor e da vítima e do tipo de violência perpetrada

De forma a testar esta hipótese foram efetuadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada amostra, com a variável dependente “perceção de severidade” e a variável fator “género”. Os resultados apresentam-se de seguida.

Tabela 20. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “gênero”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Gênero	1	320	28.314	3.396	.066	.010	.451

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Interpretando os resultados obtidos (Tabela 20) é possível afirmar que, na amostra exposta à violência perpetrada contra a mulher, existem diferenças marginalmente significativas entre o gênero feminino e o gênero masculino, no que concerne à percepção de severidade, dado que o *p.value* = 0.066 < .09 (Marôco, 2014).

Tabela 21. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “gênero”, na amostra 1

Gênero	<i>M</i>	<i>DP</i>	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Feminino	8.269	.102	8.068	8.470
Masculino	7.963	.131	7.706	8.220

Observando os valores das médias totais da “percepção de severidade” (Tabela 21) é possível constatar que, como seria expectável, as mulheres perceberam os acontecimentos de violência na intimidade de forma mais severa (*M*=8.269), comparativamente aos participantes homens (*M*=7.963).

De forma a testar a hipótese 6 na sua totalidade é essencial perceber se se obtiveram resultados semelhantes na amostra exposta à violência contra o homem.

À semelhança do que aconteceu anteriormente, é possível inferir que, na amostra exposta à violência contra o homem, existem diferenças marginalmente significativas entre o gênero feminino e masculino, no que concerne à percepção de severidade, dado que o *p.value* = 0.089 < .09 (Tabela 22) (Marôco, 2014).

Tabela 22. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “gênero”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Gênero	1	268	39.513	2.909	.089	.011	.397

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Tabela 23. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “gênero”, na amostra 2

Gênero	<i>M</i>	<i>DP</i>	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Feminino	7.235	.149	6.941	7.529
Masculino	6.850	.170	6.516	7.184

Consultando a tabela 23 é possível perceber que as mulheres perceberam os eventos de violência de forma mais severa ($M=7.235$), comparativamente aos homens ($M=6.850$).

Posto isto, a hipótese 6 não se rejeita uma vez que se detetaram, em ambas as amostras, diferenças marginalmente significativas na percepção de severidade, entre os participantes homens e mulheres. Para além disso, independentemente de a violência perpetrada ser contra um homem ou contra uma mulher, os participantes pertencentes ao género feminino perceberam sempre a violência de forma mais severa.

H7: Os participantes homens culpabilizam mais as vítimas, independentemente de as mesmas serem homens ou mulheres

De forma a testar a hipótese 7 foram realizadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, com a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “gênero”, sendo que foi efetuada uma ANOVA para cada uma das amostras.

Consultando a tabela 24 é possível constatar que existem diferenças marginalmente significativas, entre os participantes homens e mulheres, na culpabilização da vítima mulher, uma vez que $p.value = .059 < .09$ (Marôco, 2014).

Tabela 24. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “género”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Género	1	320	36.494	3.601	.059	.011	.473

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Tabela 25. Médias totais da variável “atribuição causal vítima” para cada um dos níveis do fator “género”, na amostra 1

Género	<i>M</i>	<i>DP</i>	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Feminino	2.809	.113	2.587	3.030
Masculino	3.156	.144	2.872	3.439

Observando as médias obtidas (Tabela 25) é possível concluir que os homens responsabilizaram mais a vítima mulher ($M=3.156$ contra $M=2.809$).

De seguida, importa perceber se se obtiveram resultados semelhantes na culpabilização da vítima homem.

Tabela 26. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “género”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Género	1	268	54.186	4.320	.039	.016	.544

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

De acordo com a tabela 26 é possível constatar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os homens e as mulheres da amostra, no que concerne à culpabilização da vítima homem, dado que o *p.value* = .039 < .05.

Comparando as médias totais obtidas (Tabela 27) conclui-se que os homens culpabilizaram mais a vítima homem pelos eventos sucedidos, dado que a média total dos participantes homens ($M=4.114$) é claramente superior à média total obtida para as mulheres ($M=3.663$).

Deste modo, a hipótese 7 não se rejeita, uma vez que os participantes homens culpabilizaram mais a vítima, independentemente do género da mesma.

Tabela 27. Médias totais da variável “atribuição causal vítima” para cada um dos níveis do fator “gênero”, na amostra 2

Gênero	M	DP	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Feminino	3.663	.144	3.380	3.946
Masculino	4.114	.163	3.793	4.435

H8: As participantes mulheres culpabilizam mais os agressores, independentemente de os mesmos serem homens ou mulheres

Com o intuito de testar a hipótese 8 foram realizadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada uma das amostras. A variável dependente foi a “atribuição causal agressor” e o fator foi novamente a variável sociodemográfica “gênero”.

Na amostra exposta à violência contra a mulher não existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres na culpabilização do agressor homem. Neste caso específico, o *p.value* foi = .455, sendo claramente superior a .05. (Anexo L). Na amostra exposta à violência contra o homem retira-se a mesma conclusão, dado que *p.value* = .755 > .05 (Anexo M).

Posto isto, rejeita-se a hipótese 8 na sua totalidade, uma vez que não se registraram diferenças estatisticamente significativas entre os homens e as mulheres da amostra, na culpabilização do agressor, seja ele homem ou mulher.

H9: Pessoas com níveis de escolaridade mais baixos culpabilizam mais a vítima

De forma a testar esta hipótese foram novamente efetuadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada amostra. A variável “atribuição causal vítima” correspondeu à variável dependente e o fator foi a variável sociodemográfica “escolaridade”, detentora de três categorias: “baixa escolaridade”, “média escolaridade” e “alta escolaridade”.

Na amostra exposta à violência contra a mulher constata-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os três níveis de escolaridade, na culpabilização da vítima mulher, dado que o *p.value* = .193 > .05. Posto isto, a hipótese nula (H0) não é rejeitada (Anexo N).

Na amostra exposta à violência contra o homem também não se registam diferenças estatisticamente significativas dado que o $p.value = .653 > .05$ (Anexo O).

Por estes motivos, a hipótese H9 não se confirma, visto que não se verificaram, em ambas as amostras, diferenças estatisticamente significativas na culpabilização da vítima, entre os três níveis de escolaridade.

H10: Pessoas com níveis de escolaridade mais baixos percecionam a violência de forma menos severa

De modo a testar a hipótese H10 foram realizadas duas ANOVA de medições repetidas a um fator, desta feita com a variável dependente “perceção de severidade”.

Tabela 28. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “perceção de severidade” e o fator “escolaridade”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	p^*	η^2p^*	P^*
Escolaridade	2	319	22.785	2.742	.066	.017	.539

* $p < .05$, η^2p eta dos quadrados parciais, P potência de teste observada

Observando a (Tabela 28) é possível perceber que, na amostra exposta à violência contra a mulher, existem diferenças marginalmente significativas entre os níveis de escolaridade (baixo, médio e alto), na “perceção de severidade”. Retira-se, novamente, esta conclusão pois o valor de $p.value$ é $= .066 < .09$ (Marôco, 2014).

Seguidamente, torna-se imperativo perceber entre que níveis de escolaridade se detetam tais diferenças, recorrendo-se aos testes *Post-Hoc* (Tabela 29).

Observando os resultados obtidos (Tabela 29) é possível perceber que apenas não existem diferenças estatisticamente significativas entre a “média escolaridade” e a “alta escolaridade”, no que concerne à perceção de severidade ($p.value = .420 > .05$).

Tabela 29. Teste Bonferroni para a variável “perceção de severidade” e o fator “escolaridade”, na amostra 1

(I) Escolaridade	(J) Escolaridade	Diferença de médias (I-J)**	<i>DP</i>	p^*
Baixa escolaridade	Média escolaridade	.672	.330	.042
	Alta escolaridade	.819	.350	.020

Média escolaridade	Baixa escolaridade	- .672	.330	.042
	Alta escolaridade	.147	.182	.420
Alta escolaridade	Baixa escolaridade	-.819	.350	.020
	Média escolaridade	-.147	.182	.420

*p-values com ajustamento de Comparações Múltiplas de Bonferroni.

** A diferença de médias é significativa ao nível .05.

Foram calculadas as médias totais de forma a perceber quais foram os participantes que percecionaram a violência de forma mais severa (Tabela 30).

Tabela 30. Médias totais da variável “perceção de severidade” para cada um dos níveis do fator “escolaridade”, na amostra 1

Escolaridade	M	DP	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Baixa escolaridade	8.821	.315	8.203	9.440
Média escolaridade	8.150	.099	7.955	8.345
Alta escolaridade	8.003	.153	7.702	8.303

Contrariamente ao que seria esperado, as pessoas detentoras de habilitações literárias ao nível da “baixa escolaridade” percecionaram os eventos de violência de forma mais severa ($M=8.821$) comparativamente aos indivíduos com “média escolaridade” ($M=8.150$) e “alta escolaridade” ($M=8.003$). Para além disso, e também ao invés do que seria expectável, os sujeitos com “alta escolaridade” foram os que percecionaram a violência de forma menos severa (Tabela 30).

De seguida, são apresentados os resultados para a amostra exposta à violência contra o homem, tendo sido efetuados os mesmos testes estatísticos.

Consultando a tabela 31 conclui-se que se registam diferenças estatisticamente significativas na perceção de severidade, entre os diferentes níveis de escolaridade, uma vez que $p.value = .001 < .05$, rejeitando-se, deste modo, a hipótese nula (H_0).

Tabela 31. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “escolaridade”, para a amostra 2

Fator	Efeito	df	Erro	df	Média	F	p*	η ² p*	P*
Escolaridade	2		265		94.419	7.270	.001	.052	.934

*p <.05, η²p eta dos quadrados parciais, P potência de teste observada

Tabela 32. Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “escolaridade”, na amostra 2

(I) Escolaridade	(J) Escolaridade	Diferença de médias (I-J)**	de DP	p*
Baixa escolaridade	Média escolaridade	-1.016	.364	.017
	Alta escolaridade	-1.419	.374	.001
Média escolaridade	Baixa escolaridade	1.016	.364	.017
	Alta escolaridade	-.403	.236	.266
Alta escolaridade	Baixa escolaridade	1.419	.374	.001
	Média escolaridade	.403	.236	.266

*p-values com ajustamento de Comparações Múltiplas de Bonferroni.

** A diferença de médias é significativa ao nível .05.

À semelhança do que aconteceu na amostra exposta à violência contra a mulher, apenas não existem diferenças estatisticamente significativas entre a “média escolaridade” e a “alta escolaridade”, dado que o *p.value* = .266 > .05 (Tabela 32).

Tabela 33. Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “escolaridade”, na amostra 2

Escolaridade	M	DP	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Baixa escolaridade	5.992	.329	5.344	6.639
Média escolaridade	7.007	.155	6.702	7.313
Alta escolaridade	7.410	.178	7.061	7.760

Nesta amostra, os indivíduos com “baixa escolaridade” perceberam os eventos de violência na intimidade como menos severos (*M*=5.992), como seria expectável. No que concerne à “média” e “alta escolaridade”, apesar de o teste de

Bonferroni ter detetado que não existem diferenças estatisticamente significativas entre si, através das médias, é possível perceber que os participantes com “alta escolaridade” perceberam a violência de forma mais severa ($M=7.410$) (tabela 33).

Comparando os dados obtidos para ambas as amostras constata-se que foram obtidos resultados contraditórios. Posto isto, a hipótese 10 é parcialmente aceite, uma vez que os participantes com “baixa escolaridade” perceberam a violência de forma menos severa unicamente na amostra exposta à violência contra o homem.

H11: Pessoas pertencentes às faixas etárias situadas nos extremos percebem a violência de forma menos severa

De forma a testar esta hipótese foram efetuadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada amostra. A variável dependente é a “perceção de severidade” e o fator a variável sociodemográfica “idade”, possuidora de três níveis: 1) 18-25 anos; 2) 26-45 anos; e 3) 46-65 anos.

Na amostra exposta à violência contra a mulher não se registam diferenças estatisticamente significativas na “perceção de severidade”, entre os níveis da variável sociodemográfica “idade”, uma vez que o valor de $p.value = .496 > .05$ (Anexo P).

De forma a testar a hipótese 11 na sua plenitude, importa perceber se se registaram resultados semelhantes na amostra exposta à violência contra o homem.

Tabela 34. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “perceção de severidade” e o fator “idade”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Idade	2	267	45.313	3.370	.036	.025	.633

* $p < .05$, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Recorrendo ao valor de $p.value$ (Tabela 34) constata-se que, nesta amostra, pelo contrário, existem diferenças estatisticamente significativas na “perceção de severidade”, entre as categorias do fator “idade”. Uma vez que $p.value = .036 < .05$ rejeita-se a hipótese nula (H_0).

De seguida, foi efetuado o teste de *Bonferroni* com o intuito de compreender entre que níveis se detetam essas diferenças (Tabela 35).

Tabela 35. *Teste Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “idade”, na amostra 2*

(I) Idade	(J) Idade	Diferença de médias (I-J)**	DP	p*
18-25 anos	26-45 anos	-.505	.312	.320
	46-65 anos	.107	.335	1.000
26-45 anos	18-25 anos	.505	.312	.320
	46-65 anos	.612	.252	.047
46-65 anos	18-25 anos	-.107	.335	1.000
	26-45 anos	-.612	.252	.047

*p-values com ajustamento de Comparações Múltiplas de Bonferroni.

** A diferença de médias é significativa ao nível .05.

Observando a tabela 35 é possível perceber que apenas as médias dos “26-45 anos” e dos “46-65 anos” são estatisticamente diferentes entre si, sendo o *p.value* = .047 < .05, rejeitando-se, por isso, a hipótese nula (H0).

Seguem-se os valores das médias totais para cada categoria do fator “idade” (Tabela 36).

Tabela 36. *Médias totais da variável “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “idade”, na amostra 2*

Idade	M	DP	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
18-25 anos	6.842	.270	6.310	7.375
26-45 anos	7.348	.156	7.041	7.655
46-65 anos	6.735	.198	6.346	7.125

Consultando os valores das médias totais (Tabela 36) é possível constatar que os participantes com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos de idade perceberam os eventos de violência na intimidade de forma mais severa ($M=7.348$). Não obstante, as diferenças somente se revelam estatisticamente significativas entre as faixas etárias compreendidas entre os 26 e 45 anos e os 46 e 65 anos. Por estes motivos, a hipótese 11 é rejeitada dado que, para ser aceite, era necessário que se registassem, também, diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias dos 18-25 anos e dos 26-45 anos, uma vez que os sujeitos com idades

compreendidas entre os 18 e os 25 anos correspondiam aos participantes mais jovens, pelo que, seria expectável que percecionassem a violência de forma menos severa, conjuntamente com os indivíduos mais velhos.

Para além disso, é pertinente lembrar que, na amostra exposta à violência contra a mulher, não se registaram diferenças estatisticamente significativas na perceção de severidade, entre nenhuma das faixas etárias estabelecidas.

H12: Pessoas pertencentes às faixas etárias situadas nos extremos culpabilizam mais a vítima pela violência perpetrada

Com a finalidade de testar esta hipótese foram efetuadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada amostra.

Na amostra exposta à violência contra a mulher não se registam diferenças estatisticamente significativas na variável dependente “atribuição causal vítima”, entre os três níveis do fator “idade”, dado que $p.value = .413 > .05$ (Anexo Q).

Por sua vez, na amostra exposta à violência contra o homem, retira-se a mesma conclusão uma vez que $p.value = .508 > .05$ (Anexo R).

Sendo assim, a hipótese 12 é rejeitada na sua totalidade, dado que, em ambas as amostras, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na variável dependente “atribuição causal vítima”, entre os níveis da variável fator “idade”.

H13: Pessoas que vivem em zonas urbanas percecionam a violência de forma mais severa do que as pessoas que vivem em zonas rurais

Executaram-se duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada amostra, com a variável dependente “perceção de severidade” e o fator “residência”, dividida em três níveis: “aldeia”, “vila” e “cidade”. Apesar da parca literatura sobre o tema se referir sempre a “zona urbana” e “zona rural”, optou-se por manter a variável dividida pelos três níveis estabelecidos inicialmente.

Na amostra exposta à violência contra a mulher, não existem diferenças estatisticamente significativas entre as diferentes categorias do fator “residência”, na “perceção de severidade”, uma vez que $p.value = .749 > .05$ (Anexo S).

De seguida, são apresentados os resultados obtidos na amostra exposta à violência contra o homem.

Tabela 37. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “residência”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Residência	2	267	65.817	4.952	.008	.036	.807

**p* < .05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Nesta amostra, pelo contrário, constata-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os níveis do fator “residência”, na variável dependente “percepção de severidade”, dado que o *p.value* = .008 < .05 (Tabela 37). Por este motivo, rejeita-se a hipótese nula (*H*₀).

Tabela 38. Teste de Bonferroni para a variável “percepção de severidade” e o fator “residência”, na amostra 2

(I) Residência	(J) Residência	Diferença de médias (I-J)**	<i>DP</i>	<i>p</i> *
Aldeia	Vila	-.873	.320	.020
	Cidade	-.784	.274	.013
Vila	Aldeia	.873	.320	.020
	Cidade	.089	.274	1.000
Cidade	Aldeia	.784	.274	.013
	Vila	-.089	.274	1.000

**p*-values com ajustamento de Comparações Múltiplas de Bonferroni

** A diferença de médias é significativa ao nível .05

Observando a tabela 38 é possível perceber que apenas as médias da residência em “vila” e em “cidade” não são estatisticamente diferentes entre si, sendo que o *p.value* = 1.000 > .05, não se rejeitando, por isso, a hipótese nula (*H*₀).

Através dos valores das médias totais (Tabela 39) infere-se que os participantes residentes em aldeias perceberam os eventos de violência na intimidade como significativamente menos severos (*M*=6.450), comparativamente aos sujeitos residentes em vilas (*M*=7.323) e cidades (*M*=7.234).

Tabela 39. Médias totais da “percepção de severidade” para cada um dos níveis do fator “residência”, na amostra 2

Residência	M	DP	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
Aldeia	6.450	.226	6.005	6.895
Vila	7.323	.226	6.878	7.768
Cidade	7.234	.154	6.931	7.537

Assim, a hipótese 13 é parcialmente aceita uma vez que, apenas na amostra exposta à violência contra o homem se verificaram diferenças estatisticamente significativas na percepção de severidade, entre os níveis de residência. Mais especificamente, e como seria expectável, os participantes residentes em aldeias perceberam os eventos de violência de forma consideravelmente menos severa.

H14: Pessoas que vivem em zonas rurais culpabilizam mais a vítima pela violência do que as pessoas que vivem em zonas urbanas

De forma a testar a hipótese 14 realizaram-se duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, sendo a variável dependente a “atribuição causal vítima” e o fator a variável sociodemográfica “residência”.

Através da realização deste teste estatístico conclui-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de “residência”, na culpabilização da vítima mulher. Esta conclusão baseia-se, novamente, no valor de $p.value = .224$, claramente superior a $.05$ (Anexo T). Na amostra exposta à violência contra o homem retira-se a mesma conclusão dado que o $p.value$ obtido foi = $.996$, decididamente superior a $.05$ contribuindo, conseqüentemente, à não rejeição da hipótese nula (H_0) (Anexo U).

Deste modo, a hipótese 14 rejeita-se na sua totalidade, uma vez que não se verificaram, em ambas as amostras, diferenças estatisticamente significativas na variável dependente “atribuição causal vítima”, entre os níveis de “residência”.

H15: A percepção de severidade difere consoante o estado civil do inquirido

Com a finalidade de testar esta hipótese foram efetuadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada amostra, sendo a variável dependente

a “percepção de severidade” e o fator a variável sociodemográfica “estado civil”, dividida em três categorias: “solteiro(a)”, “a viver em casal” e “não viver em casal”.

Na amostra exposta à violência contra a mulher não se verificam diferenças estatisticamente significativas na percepção de severidade, entre as diferentes categorias de “estado civil”, uma vez que $p.value = .157 > .05$. Como tal, a hipótese nula (H_0) não é rejeitada (Anexo V).

Na amostra exposta à violência contra o homem retira-se a mesma conclusão dado que, neste caso, o valor do $p.value$ foi $=.922$ sendo superior a $.05$ (Anexo X).

Posto isto, rejeita-se hipótese 15 uma vez que, em ambas as amostras, não se registaram diferenças estatisticamente significativas na “percepção de severidade”, entre as diferentes categorias da variável “estado civil”.

H16: A atribuição causal da vítima difere consoante o estado civil do inquirido

Com o intuito de testar a hipótese supramencionada foram efetuadas duas ANOVAS de medições repetidas a um fator, uma para cada uma das amostras, com a variável dependente “atribuição causal vítima”.

Na amostra exposta à violência contra a mulher, é possível concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas na culpabilização da vítima, entre os níveis do fator “estado civil”, uma vez que o $p.value = .979 > .05$ (Anexo Z).

Seguidamente, é necessário interpretar os resultados obtidos na amostra exposta à violência contra o homem.

Tabela 40. ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “estado civil”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	p^*	$\eta^2 p^*$	P^*
Estado civil	2	267	33.291	2.654	.072	.019	.524

* $p < .05$, $\eta^2 p$ eta dos quadrados parciais, P potência de teste observada

Consultando a tabela 40 constata-se que se registam diferenças marginalmente significativas na variável dependente “atribuição causal vítima”, entre os níveis do fator “estado civil”, uma vez que $p.value = .072 < .09$ (Marôco, 2014).

Sendo assim, a hipótese H16 é parcialmente aceite, pois apenas se registaram diferenças marginalmente significativas, na culpabilização da vítima, entre as categorias do fator “estado civil”, na amostra exposta à violência contra o homem.

10. Discussão

O presente estudo teve como principais objetivos perceber se a percepção de severidade e a atribuição causal diferem consoante o género do(a) agressor(a) e da vítima (masculina ou feminina), o tipo de violência perpetrada (violência física ou violência psicológica) e as características sociodemográficas dos(as) participantes (e.g., género, idade, escolaridade, zona de residência e estado civil).

De acordo com os resultados obtidos nesta investigação, e em concordância com a literatura existente (e.g., Harris & Cook, 1994; Poorman, et al. 2003; Robertson & Murachver, 2009; Seelau & Seelau, 2005) a violência perpetrada por um homem, contra uma mulher, é percebida como sendo significativamente mais severa para a vítima do que a violência perpetrada por uma mulher contra um homem.

No que concerne ao tipo de violência perpetrada, como era expectável (Chamberland et. al.,2007; Chamberland & Laporte, 2010), os episódios de violência física foram classificados como mais severos, seguidos do episódio de dominação e, por último, do cenário de abuso emocional. Estes resultados obtiveram-se em ambas as amostras, contudo, com algumas diferenças. Na amostra exposta à violência executada por uma mulher os comportamentos de violência física foram classificados de forma mais severa do que os comportamentos de violência psicológica, apesar de não se terem registado diferenças estatisticamente significativas, na percepção de severidade, entre o cenário 1 (dá uma bofetada à vítima) e o cenário 4 (chantageia e ameaça a vítima). Para além disso, contrariamente ao que aconteceu na amostra exposta à violência contra a mulher, o cenário 3, no qual a agressora atira um objeto na direção da vítima, foi considerado como significativamente mais severo, em comparação com o outro cenário de violência física (cenário 1). Estes resultados são interessante uma vez que podem ter intrínsecas algumas crenças dos participantes.

O facto de o cenário 1 ser considerado o comportamento mais severo na amostra exposta à violência contra a mulher pode significar que os participantes acreditam que uma bofetada executada por um homem pode causar danos mais graves na vítima do que uma bofetada dada por uma mulher. Em contrapartida, o facto de os valores da variável “percepção de severidade”, entre os cenários 1 e 4

(dominação) serem bastante similares pode simbolizar que os participantes consideram que a violência psicológica (chantagem e ameaça) executada por uma mulher é quase ou igualmente tão grave quanto a violência física, contribuindo para reafirmar a ideia de que as mulheres recorrem maioritariamente à violência psicológica e que a executam de forma mais aprimorada do que os homens.

Relativamente à atribuição causal, os resultados do presente estudo são congruentes com os resultados de outras investigações sobre a temática (e.g., Harris & Cook, 1994; Stewart, et al. 2012; Stewart & Maddren, 1997; Taylor & Sorenson, 2005). Foi possível constatar que as vítimas homens são mais culpabilizadas pelos incidentes de violência de que foram alvo. Relativamente ao género dos agressores, concluiu-se, por sua vez, que os homens foram mais culpabilizados pelos episódios de violência por eles praticados.

No que diz respeito à associação entre o género do participante e as atitudes, a maioria dos estudos encontrados postulam que os homens apresentam uma maior probabilidade de percecionar a violência de forma menos severa (e.g., Flood & Pease, 2009) e de atribuir a culpa dos eventos de violência à vítima mulher (Alfredsson, et al. 2016; Bryant & Spencer, 2003) Posto isto, de acordo com os resultados desta investigação, e em consonância com a maioria dos dados existentes na literatura, não se rejeita a hipótese que, de facto, as mulheres percecionam a violência de forma mais severa do que os homens, independentemente de a violência ser perpetrada por um homem contra uma mulher ou a situação inversa. No que concerne à atribuição causal, os resultados indicam que os homens atribuem mais a causalidade dos eventos às vítimas, independentemente de as mesmas serem homens ou mulheres. Contudo, contrariamente ao que seria expectável, (e.g., Harris & Cook, 1994; Pierce & Harris, 1993), não se detetaram diferenças estatisticamente significativas na culpabilização do(a) agressor(a), entre os participantes homens e mulheres.

Relativamente à associação entre a escolaridade dos participantes e a culpabilização da vítima não se detetaram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis definidos para o fator sociodemográfico “escolaridade”. Estes resultados são incongruentes com a investigação encontrada, pelo que seria expectável que pessoas com menos habilitações literárias adotassem mais atitudes de aceitação e de justificação da violência (e.g., Gracia & Tomás, 2014; Machado et al. 2010) e, por conseguinte, responsabilizassem mais as vítimas pelos abusos sofridos.

Na associação entre a “escolaridade” e a “perceção de severidade” registaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os níveis da variável, em ambas as

amostras. No entanto, os resultados são contraditórios, uma vez que, na amostra exposta à violência contra a mulher, as pessoas com “baixa escolaridade” perceberam os eventos de violência de forma mais severa. Na amostra exposta à violência contra o homem, pelo contrário e como seria expectável, as pessoas que com “baixa escolaridade” perceberam a violência de forma significativamente menos severa, sendo que os participantes com habilitações superiores foram os que classificaram os eventos de violência de forma mais severa.

No que concerne à idade, de acordo com a literatura, parece estar presente o fenómeno do U invertido uma vez que, por um lado, investigações têm constatado que atitudes de aceitação e justificação da violência são mais comuns entre indivíduos mais novos (e.g., Machado et al. 2010; Simon et al. 2001), enquanto que outros estudos têm concluído que tais atitudes são mais comuns entre sujeitos mais velhos (Worden & Carlson, 2005). O mesmo efeito têm-se verificado na associação entre idade do observador e a atribuição de culpa à vítima feminina (e.g., Fakunmoju et al. 2015; Adams-Price et al. 2004 e Gracia e Tomás, 2014). Nesta investigação, apenas se verificou este efeito na associação entre “idade” e “perceção de severidade”, na amostra exposta à violência contra o homem, sendo que os indivíduos pertencentes à faixa etária considerada intermédia foram os que perceberam a violência de forma mais severa. Contudo, a diferença de médias entre os participantes mais jovens e os participantes pertencentes à faixa etária intermédia não se verificou, o que levou à rejeição da hipótese formulada.

Relativamente à variável “residência” a literatura existente defende que atitudes de aceitação da violência são mais prevalentes em sujeitos residentes em zonas rurais (e.g., Hindin, 2003; Uthman, et al. 2009). Deste modo, era esperado que os participantes residentes em cidades percecionassem a violência de forma mais severa e culpabilizassem menos as vítimas. Contudo, nesta investigação apenas se registaram estes resultados na associação entre o fator “residência” e a variável “perceção de severidade” e somente na amostra exposta à violência contra o homem.

Por último, no que concerne ao fator sociodemográfico “estado civil” a investigação existente tem obtido resultados contraditórios, pelo que não foi definida uma hipótese direccionada. Posto isto, procurou-se, apenas, perceber se existe algum tipo de associação entre o “estado civil” e “perceção de severidade” e “atribuição causal”. No teste destas hipóteses apenas se detetaram diferenças marginalmente significativas na variável “atribuição causal vítima”, na amostra exposta à violência contra o homem. O facto de apenas se registarem resultados estatisticamente

significativos entre as variáveis “idade” e “percepção de severidade”, “residência” e “percepção de severidade” e “estado civil” e “atribuição causal vítima” na amostra exposta à violência contra o homem poderá dever-se ao facto de existir uma maior consciencialização para o fenómeno da violência doméstica perpetrada contra a mulher, promovida pela existência de mais campanhas de prevenção e sensibilização, para esta realidade. Atualmente, estas campanhas atingem e atuam, com facilidade, junto de todos os elementos da sociedade, independentemente do extrato socioeconómico a que pertencem, pelo que, é possível que não exista uma discrepância tao notória entre os diferentes fatores socioeconómicos, no que concerne às atitudes relativamente à violência contra a mulher. Contrariamente, no caso da violência perpetrada contra o homem, a realidade demonstra que existe um movimento significativamente menor de prevenção, sensibilização e consciencialização para a existência e gravidade deste fenómeno, o que poderá contribuir para que os fatores sociodemográficos dos indivíduos detenham uma maior influência nas atitudes por eles adotadas.

No que concerne à associação entre as variáveis “residência”, “estado civil”, “percepção de severidade” e “atribuição causal” não se obtiveram resultados muito significativos estatisticamente. Uma justificação para esta ocorrência poderá prender-se com o facto de os estudos empíricos encontrados sobre a associação entre estas variáveis sociodemográficas e atitudes terem sido desenvolvidos com amostras provenientes de culturas não ocidentais, nomeadamente com pessoas residentes na Ásia, África e Médio Oriente, onde, por ventura, o acesso à informação e as trocas estabelecidas entre os meios rurais e urbanos não são tão facilitadas. Por outro lado, é de conhecimento geral tratarem-se de culturas que possuem uma mentalidade muito mais fechada e estereotipada do que a nossa.

Por último, a ausência de resultados estatisticamente significativos entre determinados fatores sociodemográficos e a percepção de severidade e a atribuição causal pode dever-se ao facto de a grande maioria das investigações encontradas sobre esta temática não avaliariam diretamente as variáveis atitudinais supramencionadas. Ao invés disso, avaliam a associação entre características sociodemográficas e atitudes de aceitação, tolerância ou justificação da violência. Posto isto, embora determinados estudos tenham concluído que existe, de facto, uma associação entre atitudes de aceitação da violência e a percepção de severidade e a atribuição causal (Gracia, & Herrero, 2007; Hurt, Maver, & Hofmann, 1999; West, &

Wandrei, 2002), é possível que estas conclusões não constituam uma fundamentação teórica sólida para as hipóteses formuladas.

11. Conclusões finais

Com a realização de ambos os estudos foi notória a associação entre a percepção de severidade e o género do agressor/vítima e a percepção de severidade e o tipo de violência perpetrada. Ademais, verificou-se que as vítimas homens são mais culpabilizadas pela violência, do que as vítimas mulheres, assim como os agressores homens que, em comparação com as mulheres agressoras, são mais responsabilizados pelos abusos. Por último, verificou-se que existe associação entre determinados fatores sociodemográficos dos participantes e as atitudes estudadas, com especial destaque para o género.

Tendo em conta os resultados obtidos torna-se imperativo transmitir às pessoas a noção de que a violência exercida por mulheres é igualmente severa, podendo resultar em consequências físicas e psicológicas graves para as vítimas, sendo que, independentemente do género da vítima, a violência não deve ser aceite ou legitimada. Por último, é fundamental consciencializar as pessoas para a gravidade e impacto que a violência psicológica pode provocar nas suas vítimas e sensibilizá-las para as dificuldades que as vítimas deste tipo de violência frequentemente enfrentam.

No que concerne aos estereótipos foi possível perceber que, de facto, as pessoas associam às vítimas e aos(as) agressores(as) determinadas características físicas e psicológicas que as diferenciam, supostamente, das outras pessoas que não estão/estiveram numa relação abusiva. Embora grande parte das pessoas defenda e queira acreditar que é completamente livre de estereótipos e preconceitos, a verdade é que estes processos surgem livremente e involuntariamente nas nossas mentes, influenciando as nossas atitudes perante os mais diversos fenómenos.

Apesar de, nesta dissertação, não ter sido estudada a influência, ou associação, dos estereótipos nas atitudes é bastante provável que as atitudes adotadas pelos indivíduos sejam influenciadas pelas crenças que detêm sobre as pessoas envolvidas no episódio de violência. Recorde-se que na constituição dos perfis psicológicos dos agressores, principalmente no perfil do agressor homem, foram estabelecidas maioritariamente categorias negativas, que contribuem para a formação de uma imagem bastante negativa dos(as) agressores(as). Estes(as) foram percecionados(as) como mal-educados, rudes, antipáticos, instáveis, arrogantes e

nunca como pessoas simpáticas, sorridentes, disponíveis para ajudar ou educadas. Às vítimas, por sua vez, são atribuídas características como fragilidade, inocência, submissão, ou necessidade de proteção. Contudo, a formação destas imagens vincadas e, de certo modo, inflexíveis, limita as atitudes das pessoas, podendo fazer com que não acreditem que determinada pessoa é vítima ou agressor(a) por não deter as características consideradas típicas para o ser. Por conseguinte, desresponsabilizam-se acreditando, seguramente, que é impossível que a pessoa A ou B esteja numa relação abusiva. Posto isto, é essencial desmistificar a ideia de que a violência ocorre apenas em determinados lares e com pessoas com características bastante específicas e transmitir a importância de intervir perante essas situações.

Às vítimas, por sua vez, foram atribuídas, por alguns participantes, características como teimosia, infidelidade, desonestidade e prepotência. A associação de características negativas às vítimas influencia certamente as atitudes dos observadores, contribuindo, provavelmente, para que os mesmos considerem a violência justificável, legítima e, inclusivamente, merecida como consequência de determinados comportamentos das vítimas.

Deste modo, torna-se imperativo e urgente intervir ao nível das mentalidades, transmitindo às pessoas a noção que a violência não é solução e não é aceitável, sejam quais forem as circunstâncias.

12. Limitações e implicações futuras do estudo

Como em qualquer investigação também nesta é possível enumerar algumas limitações. A primeira grande limitação prende-se com a forma como foram recolhidas as amostras, uma vez que se recorreram a métodos de amostragem não-probabilísticos. Posto isto, os resultados obtidos poderão não ser representativos da população, estando a validade externa de ambos os estudos comprometida.

Para além disso, as amostras revelaram-se discrepantes no que concerne às características sociodemográficas dos sujeitos. Na variável sociodemográfica “distrito” grande parte dos participantes residiam no distrito de Évora, ou em outros distritos do sul, não existindo, praticamente, representação dos distritos do norte. Este aspeto poderá ter influenciado os resultados, pois existem, certamente, diferenças ao nível das mentalidades das pessoas provenientes das diferentes zonas do país.

No que diz respeito às variáveis sociodemográficas “estado civil” e “escolaridade”, as categorias “não viver em casal” e “baixa escolaridade”,

respetivamente, não ficaram bem representadas, uma vez que, o número de sujeitos pertencentes a cada uma delas se revelou consideravelmente menor comparativamente às restantes categorias de cada variável, não ultrapassando, em alguns casos, o limite considerado mínimo de 30 sujeitos. Se estas variáveis estivessem melhor representadas possivelmente detetar-se-iam resultados estatisticamente mais significativos em determinadas hipóteses. Contudo, uma vez que o limite máximo de idade para participar foi 65 anos era esperado que fossem recolhidos poucos testemunhos de participantes com habilitações iguais ou inferiores ao 6ºano de escolaridade. Este critério de exclusão contribuiu para que as amostras fossem compostas por poucos participantes com mais de 60 anos, sendo que amostras com indivíduos sexagenários ou com mais idade conduziram possivelmente a comparações mais fidedignas e a resultados estatisticamente mais significativos.

No que concerne à variável “residência” a forma como esta foi inicialmente codificada também poderá ter comprometido os resultados obtidos. Dado que a literatura existente sobre o assunto refere-se sempre a zonas rurais e a zonas urbanas teria sido uma mais-valia que os participantes identificassem, logo de início, se residiam numa “zona urbana” ou numa “zona rural”. No decorrer da análise estatística ponderou-se a possibilidade de recodificar a variável, transformando em zona rural os participantes residentes em aldeias e vilas e em zona urbana os participantes residentes em cidades. Porém, uma vez que existem vilas que, embora detenham essa designação, estão inseridas em zonas bastante populosas, considerou-se que essa não seria a melhor opção.

A forma como foram recolhidos os dados também constitui uma limitação da presente dissertação. O recurso ao *Qualtrics* e, como tal, à aplicação dos questionários via *online*, detém algumas vantagens (e.g., possibilidade de atingir pessoas de diversas localizações geográficas de forma rápida, a garantia do anonimato das respostas e a possibilidade de o participante responder no momento considerado por si mais apropriado e sem influência do investigador). No entanto, detém algumas desvantagens que merecem ser identificadas. Primeiramente, não foi possível controlar quem realmente estaria a responder ao questionário nem garantir que a pessoa o tenha feito individualmente e sem a influência de terceiros ou, ainda, assegurar que a mesma pessoa não tenha respondido mais do que uma vez, fornecendo informações falsas. A não presença das mestrandas não permitiu o esclarecimento de dúvidas que poderão ter surgido no decorrer do processo, aspeto que poderá ter levado ao fornecimento de respostas de forma aleatória ou sem que os

inquiridos percebessem o que realmente se pretendia. Por último, a utilização de um instrumento *online* levou à exclusão de pessoas com mais de 65 anos, por receio de que as mesmas não soubessem utilizar adequadamente estas tecnologias.

Na constituição do instrumento de recolha de dados optou-se por utilizar unicamente eventos de violência leve e moderada, visando que todos os episódios retratados fossem exequíveis para uma mulher e por descrever as histórias de forma breve, sem informação muito pormenorizada, com o intuito de dar liberdade às interpretações dos participantes e evitando que as mesmas fossem condicionadas pelas características específicas da história. Todavia, estas decisões poderão ter circunscrito os resultados uma vez que os episódios de violência não diferiam muito entre si em termos de severidade. Para além disso, o fornecimento de pouca informação na descrição da história poderá ter condicionado as respostas aos itens da atribuição causal, contribuindo para o fornecimento de respostas intermédias aos itens, baseadas no pensamento de que “qualquer um poderia ser culpado”.

Por fim, importa relembrar que o instrumento de recolha de dados construído baseou-se numa compilação de histórias e escalas utilizadas por outros investigadores não constituindo, por isso, um questionário validado, aferido e recorrentemente utilizado em investigações prévias.

Posto isto, para futuras investigações seria interessante recorrer a uma amostragem aleatória simples (Alferes, 2009) e constituir amostras mais equilibradas e representativas da população, no que concerne às características sociodemográficas dos participantes. Deste modo, os resultados comparativos seriam mais viáveis e possivelmente detetar-se-iam diferenças mais significativas.

Seria, também, interessante integrar no instrumento de recolha de dados eventos de violência mais severos e compor os cenários de violência com mais informação, de forma a perceber que eventos de violência seriam considerados decididamente como violentos e quais seriam aqueles que, sobre determinadas circunstâncias ou perante determinados comportamentos da vítima ou do(a) agressor(a), poderiam ser legitimados ou desculpabilizados pelos inquiridos.

Por fim, seria pertinente perceber se existe alguma associação, ou influência, entre os resultados do estudo 1 e os do estudo 2, ou seja, perceber de que forma os estereótipos físicos e psicológicos que as pessoas detém acerca dos intervenientes de situações de violência influenciam as atitudes por elas apresentadas perante tais cenários.

Referências

- Abramsky, T., Watts, C. H., Garcia-Moreno, C., Devries, K., Kiss, L., Ellsberg, M., Jansen, H., & Lori, H. (2011). What factors are associated with the recent intimate partner violence? Findings from the WHO multi-country study on Women's Health and Domestic Violence. *BMC Public Health*, 11(109), 1–17.
- Adams-Price, C. E., Dalton III, W. T., & Sumrall, R. (2004). Victim blaming in young, middle-aged, and older adults: Variations on the severity effect. *Journal of Adult Development*, 11(4), 289-295.
- Alferes, V. R. (2009). SPSS Syntax files [Programas informáticos e documentação]. Retirado de http://gaius.fpce.uc.pt/niips/spss_prc/index.htm. (Acedido a 12 de Junho de 2017).
- Alfredsson, H., Ask, K., & Borgstede, C. V. (2016). Beliefs about intimate partner violence: A survey of the Swedish general public. *Scandinavian Journal of Psychology*, 57, 57-64
- Allen-Collinson, J. (2009). A Marked Man: Female-Perpetrated Intimate Partner Abuse. *International Journal of Men's Health*, 8(1), 22-40.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. (3ª ed). Braga: Psiquilibrios Edições.
- Almeida, M. (2009). *Violência conjugal e álcool: (in) existência de uma relação casual?* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal.
- Álvarez, A. (2001). La violencia contra nosotras. *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 73, 97-104.
- Anderson, D. K. & Saunders, D. G. (2003). Leaving an abusive partner: An empirical review of predictors, the process of leaving, and psychological well-being. *Trauma, Violence, and Abuse*, 4, 163–191.
- Anderson, I., & Lyons, A. (2005). The effect of victim's social support on attributions of blame in female and male rape. *Journal of Applied Social Psychology*, 35(7), 1400-1417.
- Anderson, J. R., Chen, W. C., Johnson, M. D., Lyon, S. E., Lee, C. Y. S., Zheng, F., Ratcliffe, G. C., & Peterson, F. R. (2011). Attitudes toward dating violence among college students in mainland China: An exploratory study. *Violence and Victims*, 26(5), 631-647.
- Anderson, N. (2001). *Empirical Direction in Design and Analysis*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Anderson, V., Simpson-Taylor, D., & Hermann, D. (2004). Gender, age, and rape-supportive rules. *Sex Roles*, 50, 77–90.
- Antai, D., E. & Antai, J. B. (2009). Collective violence and attitude of women toward intimate partner violence: Evidence from the Niger Delta. *BMC International Health and Human Rights*, 9, 12.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680.

- Archer, J. (2002). Sex differences in physically aggressive acts between heterosexual partners: A meta-analytical review. *Aggression and Violent Behaviour, 7*, 313-351.
- Arnocky, S., Sunderani, S., Miller, J., & Vaillancourt, T. (2012). Jealousy mediates the relationship between attractiveness comparison and females' indirect aggression. *Personal Relationships, 19*, 290-303.
- Arnocky, S. & Vaillancourt, T. (2014). Sex Differences in Response to Victimization by an Intimate Partner: More Stigmatization and Less Help-Seeking among Males. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 23*, 705-724.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV (2010). *Manual Alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. (2ª ed. Revista e Atualizada). Lisboa: APAV.
- Barber, C. F. (2008). Domestic violence against men. *Nursing Standard, 22*(51), 35-39.
- Berger, J., Douglas, E., & Hines, D. (2016). The mental health of male victims and their children affected by legal and administrative partner aggression. *Aggressive Behavior, 42*(4), 346-361.
- Boyle, M. H., Georgiades, K., Cullen, J., & Racine, Y. (2009). Community influences on intimate partner violence in India: Women's education, attitude toward mistreatment and standards of living. *Social Science & Medicine, 69*(5), 691–697.
- Bryant, S. A., & Spencer, G. A. (2003). University students' attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence, 18*(6), 369–376.
- Carlson, B. Worden, A. (2005) Attitudes and Beliefs About Domestic Violence: Results of a Public Opinion Survey - I. Definitions of Domestic Violence, Criminal Domestic Violence, and Prevalence. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(10), 1197-1218.
- Carmo, R., Grams, A. & Magalhães, T. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine, 18*, 355-359.
- Chabot, H. F., Tracy, T. L., Manning, C. A., & Poisson, C. A. (2009). Sex, Attribution, and Severity. Influence Intervention Decisions of Informal Helpers in Domestic Violence. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(10), 1696-1713.
- Chamberland, C., Fortin, A., Turgeon, J. & Laporte, L. (2007). Men's Recognition of Violence Against Women and Spousal Abuse: Comparison of Three Groups of Men. *Violence and Victims, 22*(4), 419-436.
- Chamberland, C. & Laporte, L. (2010). Spontaneous and Reflexive Cognitions Related to Spousal Abuse: The Role of Experiences of Violence. *Journal of Applied Social Psychology, 40*(9), 2170-2200.
- Chan, K. (2011). Gender differences in self-reports of intimate partner violence: a review. *Aggression and Violent Behavior, 16*(2), 167-175.
- Choi, A., & Edleson, J.L. (1996). Social disapproval of wife assaults: A national survey of Singapore. *Journal of Comparative Family Studies, 27*, 73-88.
- Cobinna, J., Like-Haislip, T., & Miller, J. (2010). Gang Fights Versus Cat Fights: Urban Young Men's Gendered Narratives of Violence. *Deviant Behavior, 31*(7), 596–624.

- Coker, S. L., Smith, P. H., McKeown, R. E. & King, M. J. (2000). Frequency and correlates of intimate partner violence by type: physical, sexual, and psychological battering. *American Journal of Public Health, 90*(4), 553-559.
- Cunha, O., Gonçalves, R. A., & Pereira, C. (2011). Avaliação de risco em agressores conjugais: análise de uma amostra forense. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova, 9*, 9-22.
- Davies, M., & Rogers, P. (2006). Perceptions of male victims in depicted sexual assaults: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 11*, 367–377
- Davis, R. C., Lurigio, A., & Herman, S. A. (2013). *Victims of Crime*. (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Delgado-Álvarez, M., Gómez, M. & Jara, P. (2011). Atributos y estereotipos de género asociados al ciclo de la violencia contra la mujer. *Universitas Psychologica, 11*(3), 769-777.
- Dewar, D. (2008). *Plight of Male Victims of Domestic Abuse*. Retirado de: <http://www.dewar4research.org/DOCS/PlightOfMaleVictimsSummaryMay08.pdf> (Acedido a 14 de Fevereiro de 2017/).
- Dias, A. (2012). Repertórios interpretativos sobre o amor: Das narrativas culturais às conjugualidades violentas. (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho. Braga, Portugal.
- Dias, I. (2004). A violência sobre as mulheres e os idosos. *Psychologica, 36*, 33-61.
- Dobash, R., & Dobash, R. (2004). Women's violence to men in intimate relationships: Working on a puzzle. *British Journal Criminology, 44*, 324-349.
- Dutton, D. G., & Nicholls, T. L. (2005). The gender paradigm in domestic violence research and theory: Part 1. The conflict of theory and data. *Aggression and Violent Behavior, 10*, 680-714.
- Dutton, M. A. (1992). *Empowering and healing the battered woman: A model for assessment and intervention*. New York, NY: Springer.
- Eckstein, J. J. (2016). IPV Stigma and its Social Management: The Roles of Relationship-Type, Abuse-Type, and Victim's Sex. *Journal of Family Violence, 31*(2), 215-225.
- Fakunmoju, S. B., Bammeke, F. O., Oyekanmi, F. A. D., Rasool, S., Geoge, B. & Lachiusa, T. A. (2015). Attribution of Blame to Victim and Attitudes toward Partner Violence: Cross-National Comparisons across the United States, South Africa, and Nigeria. *International Journal of Gender and Women's Studies, 3*(2), 76-92.
- Faramarzi, M., Esmailzadeh, S., & Mosavi, S. (2005). A comparison of abused and non-abused women's definitions of domestic violence and attitude to acceptance of male dominance. *European Journal of Obstetrics, Gynecology, and Reproductive Biology, 122*(2), 225–231.
- Felson, R. (2008). The legal consequences of intimate partner violence for men and women. *Children and Youth Services Review, 30*(6), 639-646.
- Felson, R. (2010). Academic apartheid: segregation in the study of partner violence. *Partner Abuse, 1*, 61-81.

- Felson, R., & Paré, P. (2005). The reporting of domestic violence and sexual assault by nonstrangers to the police. *Journal of Marriage and Family*, 67(3), 597-610.
- Ferguson, C., & Negy, C. (2004). The influence of gender and ethnicity on judgments on culpability in a domestic violence scenario. *Violence and Victims*, 19, 203–220.
- Ferrer-Pérez, V. A., Bodch-Fiol, E., Ramis-Palmer, M.C. & Navarro-Guzmán, C. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de Psicología*, 22(2), 251-259.
- Fisher, B. S., Zink, T., & Regan, S. L. (2011). Abuses against older women: prevalence and health effects. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(2), 254-268.
- Flood, M. & Pease, B. (2009). Factors Influencing Attitudes to Violence Against Women. *Trauma Violence & Abuse*, 10(2), 125-142.
- Follingstad, D. R., Rutledge, L. L., Berg, B. J., Hause, E. S., & Polek, D. S. (1990). The role of emotional abuse in physically abusive relationships. *Journal of Family Violence*, 5, 107-120.
- Gage, A. J. (2005). Women's experience of intimate partner violence in Haiti. *Social Science & Medicine*, 61(2), 343–364.
- Gage, A. J., & Hutchinson, P. L. (2006). Power, control, and intimate partner sexual violence in Haiti. *Archives of Sexual Behavior*, 35(1), 11–24.
- Galdas, P. M., Cheater, F., & Marshall, P. (2005). Men and health help-seeking behaviour: Literature review. *Journal of Advanced Nursing*, 49(6), 616–623.
- Garratt, Z. (2012). *Domestic violence against men – It is a forgotten crime?* (BSc (Hons) Degree). Birmingham City University. Reino Unido.
- Garson, D. (2012). *Testing Statistical Assumptions*. Retirado de: <http://www.statisticalassociates.com>. (Acedido a 07 de junho de 2017).
- Gelles, R. J. (1976). Abused Wives: Why Do They Stay? *Journal of Marriage and Family*, 38(4), 659-668.
- Gerber, G. L., Cronin, J. M., & Steigman, H. J. (2004). Attributions of Blame in Sexual Assault to Perpetrators and Victims of Both Genders. *Journal of Applied Social Psychology*, 34(10), 2149-2165
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, R. A. (2004). Agressores conjugais: Investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 4, 541-558.
- Gracia, E. (2004). Unreported cases of domestic violence against women: Towards an epidemiology of social silence, tolerance, and inhibition. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 58, 536–537.
- Gracia, E. (2014). Intimate partner violence against women and victim-blaming attitudes among Europeans. *Bull World Health Organization*, 92(5), 380-381.
- Gracia, E., García, F. & Lila, M. (2008). Police Involvement in Cases of Intimate Partner Violence Against Women: The Influence of Perceived Severity and Personal Responsibility. *Violence Against Women*, 14(6), 697-714.

- Gracia, E. & Herrero, J. (2007). Perceived Neighborhood Social Disorder and Attitudes Toward Reporting Domestic Violence Against Women. *Journal of Interpersonal Violence, 22*(6), 737-52.
- Gracia, E. & Lila, M. (2015). Attitudes towards violence against women in the EU.
- Gracia, E. & Tomas, J. M. (2014). Correlates of victim-blaming attitudes regarding partner violence against women among the Spanish general population. *Violence Against Women, 20*, 26–41.
- Hamberger, L. K., & Potente, T. (1994). Counseling heterosexual women arrested for domestic violence: Implications for theory and practice. *Violence & Victims, 9*, 125-137.
- Harris, R. J., & Cook, C. A. (1994). Attributions about spouse abuse: It matters who the batterers and victims are. *Sex Roles, 30*, 553–565.
- Hilton, N. Z., Harris, G. T., & Rice, M. E. (2003). Adolescent's perceptions of the seriousness of sexual aggression: Influence of gender, traditional attitudes, and self-reported experience. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Trauma, 15*, 201-214.
- Hindin, M. J. (2003). Understanding women's attitude toward wife beating in Zimbabwe. *Bulletin of the World Health Organization, 81*(7), 501–508.
- Hines, D., & Douglas, E. (2010). Intimate terrorism by women towards men: Does it exist? *Journal of Aggression Conflict and Peace Research, 2*, 36-56.
- Hines, D., & Malley-Morrison, K. (2001). Psychological effects of partner abuse against men: A neglected research area. *Psychology of Men and Masculinity, 2*(2), 75–85.
- Hollander, J. A. (2001). Vulnerability and dangerousness: The construction of gender through conversations about violence. *Gender & Society, 15*(1), 83–109.
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research, 15*, 1277-1288.
- Hurt, J. L., Maver, J. A., Hofmann, D. (1999). Situational and Individual Influences on Judgments of Hostile Environment Sexual Harassment. *Journal of Applied Social Psychology, 29*(7), 1395-1415.
- Johnson, K. B., & Das, M. B. (2009). Spousal violence in Bangladesh as reported by men: Prevalence and risk factors. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(6), 977–995.
- Johnson, M. & Ferraro, K. (2000). Research on Domestic Violence In The 1990s: Making Distinctions. *Journal of Marriage and the Famil., 62*(4), 948-963.
- Khawaja, M., Linos, N., & El-Roueiheb, Z. (2008). Attitudes of Men and Women Towards Wife Beating: Findings From Palestinian Refugee Camps in Jordan. *Journal of Family Violence, 23*, 211-218.
- Koepke, S., Eyssel, F., & Bohner, G. (2014). "She Deserved It": Effects of Sexism Norms, Type of Violence, and Victim's Pre-Assault Behavior on Blame Attributions Toward Female Victims and Approval of the Aggressor's Behavior. *Violence Against Women, 20*(4), 446-464.
- Kondracki, N., & Wellman, N. (2002). Content analysis: Review of methods and their applications in nutrition education. *Journal of Nutrition Education and Behavior, 34*, 224-230.

- Korkmaz, S., Korucu, T., Yildiz, S., Kaya, S., Izci, F., & Atmaca, M. (2016). Frequency of Domestic Violence in Psychiatric Patients and Related Factors. *Journal of Psychiatry & Neurological Sciences*, 29(4), 359-366.
- Langhinrichsen-Rohling, J., Shlien-Dellinger, R. K., Huss, M. T., & Kramer, V. L. (2004). Attributions About Perpetrators and Victims of Interpersonal Abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(4), 484-498.
- Lawoko, S. (2006). Factors Associated With Attitudes Toward Intimate Partner Violence: A Study of Women in Zambia. *Violence and Victims*, 21(5), 645-655.
- Lawrence, S. (2003). Domestic violence and men. *Nursing Standard*, 17(40), 41-43.
- Lehmann, M., & Santilli, N. R. (1996). Sex differences in perceptions of spousal abuse. *Journal of Social Behavior and Personality*, 11, 229-238.
- Levene, H. (1960). Robust testes for equality of variances. In Contributions to Probability and Statistics (I. Olkin, ed.) 278-292. Stanford Univ. Press, Palo Alto, CA.
- Lewis, A. & Sarantakos, S. (2001). Domestic violence and the male victim. *Nuance*, 3,1-15.
- Lewis, M. J., West, B., Bautista, L., Greenberg, A. M. & Done-Perez, I. (2005). Perceptions of service providers and community members on intimate partner violence within Latino community. *Health Education and Behavior*, 32, 69-83.
- Lockhart, L. L., White, B., Causby, V., & Isaac, A. (1994). Letting out the secret: Violence in lesbian relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 9, 469-493.
- Machado, A. (2016). *Intimate partner violence against men: From characteristics to their meanings*. (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho. Braga. Portugal.
- Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016). Help-Seeking and Needs of Male Victims of Intimate Partner Violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(3), 255-264
- Machado, A. & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: as vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 5, 5-28.
- Machado, A. & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 726-736.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in Juvenile Dating Relationships Self-Reported Prevalence and Attitudes in a Portuguese Sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52.
- Machado, C., Gonçalves, M. M., Matos, M., & Dias, A. R. (2007). Child and partner maltreatment: Self-reported prevalence and attitudes in the North of Portugal. *Child Abuse and Neglect*, 31, 657-670.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psicologica*, 33, 69-83.
- Machado, M. (2011). *E-questionários: Utilizando o Qualtrics Research Suite no contexto académico*. Comunicação apresentada no XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Guarda.

- Manita, C. (2005). *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal: Estudo Preliminar de Caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Manita, C., Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender Para Intervir: Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (6ª edição). Pêro Pinheiro: Report Number Análise e Gestão de Informação, LDA.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In. R. A. Gonçalves & C. Machado (Coords.). *Violência e Vítimas de Crimes* (Vol. 1 – Adultos, 2ª ed., pp. 81-130). Coimbra: Quarteto Editora.
- Melton, H. & Belknap, J. (2003). He Hits, She Hits: Assessing Gender Differences and Similarities in Officially Reported Intimate Partner Violence. *Criminal Justice and Behavior*, 30(3), 328-348.
- Mendes, J. (2016). *Significados da violência conjugal nos profissionais de saúde*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Évora. Portugal.
- Merten, M. J., & Williams, A. L. (2009). Acceptability of marital violence among collegemen and women: Does gender and current relationship status matter? *College Student Journal*, 43(3), 843–851.
- Migliaccio, T. (2002). Abused husbands: A narrative analysis. *Journal of Family Issues*, 23(1), 26-52.
- Ministério da Administração Interna (2016). *Violência Doméstica – 2015. Relatório anual de monitorização*.
- Morgan, K., Williamson, E., Hester, M., Jones, S. & Feder, G. (2014). Asking men about domestic violence and abuse in family medicine context: Help seeking and views on the general practitioner role. *Aggression and Violent Behavior*, 19, 637-642.
- Morse, J. M., & Field, P. A. (1995). *Qualitative research methods for health professionals* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Afonso, A., & Nunes, C. (2011). *Probabilidades e Estatística: Aplicações e Soluções em SPSS*. Lisboa: Escolar Editora.
- Olofsson N, Lindqvist K, Danielsson I. (2012). Fear of crime and psychological and physical abuse associated with ill health in a Swedish population aged 65–84 years. *Public health*, 126(4), 358–364.
- Pagelow, M. D. (1985). The “battered hunsband syndrome”: social problem or much ado about little? *Sociological Review Monograph*, 31(1), 172-195.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75–107.
- Paranjape, A., Tucker, A., McKenzie-Mack, L., Thompson, N., & Kaslow, N. (2007). Family violence and associated help-seeking behavior among older African American women. *Patient Educ Couns*, 68(2), 167–172.

- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Perry D. G., Williard, J., & Perry, L. C. (1990). Peers' perceptions of the consequences that victimized children provided aggressors. *Child Development, 61*, 1310–1325.
- Pierce, M. C., & Harris, R. J. (1993). The effect of provocation, race, and injury description of men's and women's perceptions of a wife-battering incident. *Journal of Applied Social Psychology, 23*, 767-790.
- Pollard, P. (1992). Judgements about victims and attackers in depicted rapes: A review. *British Journal of Social Psychology, 31*, 307-326.
- Poorman, P. B., Seelau, E. P., & Seelau, S. M. (2003). Perceptions of Domestic Abuse in Same-Sex Relationships and Implications for Criminal Justice and Mental Health Responses. *Violence and Victims, 18*, 659–669.
- Randle, A., & Graham, C. (2011). A review of the evidence on the effects of intimate partner violence on men. *Psychology of Men & Masculinity, 12*, 97-111.
- Rani, M. & Bonu, S. (2009). Attitudes Toward Wife Beating: A Cross-Country Study in Asia. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(8), 1371-1397.
- Renzetti, C. M., & Miley, C. H. (Eds.) (1996). *Violence in gay and lesbian domestic partnerships*. New York: Haworth Press.
- Rhatigan, D. L., Stewart, C., & Moore, T. D. (2011). Effects of Gender and Confrontation on Attributions of Female-Perpetrated Intimate Partner Violence. *Sex Roles, 64*, 875-887.
- Robertson, K. & Murachver, T. (2007). Correlates of Partner Violence for Incarcerated Women and Men. *Journal of Interpersonal Violence, 22*(5), 639-655.
- Robertson, K. & Murachver, T. (2009). Attitudes and Attributions Associated With Female and Male Partner Violence. *Journal of Applied Social Psychology, 39*(7), 1481-1512.
- Rose, D., Trevillion, K., Woodall, A., Morgan, C., Feder, G., & Howard, L. (2011). Barriers and facilitators of disclosures of domestic violence by mental health service users: Qualitative study. *The British Journal of Psychiatry, 198*(3), 189–194.
- Roth, A., & Basow, S. A. (2004). Femininity, sports, and feminism: Developing a theory of physical liberation. *Journal of Sport & Social Issues, 28*(3), 245-265.
- Ruble, T. L., Cohen, R., & Ruble, D. N. (1984). Sex stereotypes: Occupational barriers for women. *American Behavioral Scientist, 27*, 339-356.
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., & Poorman, P. B. (2003). Gender and Role-Based Perceptions of Domestic Abuse: Does Sexual Orientation Matter? *Behavioral Sciences and the Law, 21*, 199-214.
- Seelau, S. M. & Seelau, E. P. (2005). Gender-Role Stereotypes and Perceptions of Heterosexual, Gay and Lesbian Domestic Violence. *Journal of Family Violence, 20*(6), 363-371.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência Saúde Coletiva, 5*(1), 187-192.

- Sheldon, J., & Parent, S. (2002). Clergy's Attitudes and Attributions of Blame Toward Female Victims. *Violence Against Women, 8*(2), 233-256.
- Simon, T. R., Anderson, M., Thompson, M. P., Crosby, A. E., Shelley, G., & Sacks, J. J. (2001). Attitudinal acceptance of intimate partner violence among U.S. adults. *Violence and Victims, 16*(2), 115–126.
- Smith, B. A., Thompson, S., Tomaka, J., & Buchanan, A. C. (2005). Development of the Intimate Partner Violence Attitude Scales (IPVAS) with a predominantly Mexican American college sample. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences, 27*, 442–454.
- Sorenson, S. B. & Taylor, C. A. (2005). Female Aggression Toward Male Intimate Partners: An Examination of Social Norms in a Community-Based Sample. *Psychology of Women Quarterly, 29*(1), 78-96.
- Sousela, L. (2006). *Violência Conjugal Feminina: contextos, motivos e consequências*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Portugal.
- Speizer, I. (2010). Intimate Partner Violence Attitudes and Experience Among Women and Men in Uganda. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(7), 1224-1241.
- Speizer, I., & Pearson, E. (2011). Association between early marriage and intimate partner violence in India: A focus on youth from Bihar and Rajasthan. *Journal of Interpersonal Violence, 26*, 1963–1981.
- Sprague, S., Kaloty, R., Madden, K., Dosanjh, S., Mathews, D. J. & Bhandari, M. (2013). Perceptions of intimate partner violence: A cross sectional survey of surgical residents and medical students. *Journal of Injury Violence Research, 5*, 1–10.
- Steinmetz, S. K. (1977-78). The Battered Husband Syndrome. *Victimology: an International Journal, 2*(3-4), 499-509.
- Stewart, A., & Maddren, K. (1997). Police officers' judgments of blame in family violence: The impact of gender and alcohol. *Sex Roles, 37*, 921-933.
- Stewart, C., Moore, T., Crone, T., DeFreitas, S. C., & Rhatigan, D. (2012). Who Gets Blamed for Intimate Partner Violence? The Relative Contributions of Perpetrator Sex Category, Victim Confrontation, and Observer Attitudes. *Journal of Interpersonal Violence, 27*(18), 3739-3754.
- Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior, 10*, 65-98.
- Straus, M. (1977-1978). Wife beating: How common and why? *Victimology, 2*, 443-458.
- Straus, M. (2004). Cross-cultural reliability and validity of the Revise Conflict Tactics Scales: A study of university student dating couples in 17 nations. *Cross-Cultural Research, 38*, 407-432.
- Strömwall, L. A., Landström, S., & Alfredsson, H. (2014). Perpetrator characteristics and blame attributions in a stranger rape situation. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context, 6*, 63-67.

- Stuart, G. L., Moore, T. M., Gordon, K. C., Hellmuth, J. C., Ramsey, S. E. & Kahler, C. W. (2006) Reasons for intimate partner violence perpetration among arrested women. *Violence Against Women, 12*, 609-621.
- Sundaram, V. (2013). Violence as understandable, deserved or unacceptable? Listening for gender in teenagers' talk about violence. *Gender and Education, 25*(7), 889-906.
- Swan, S. C., Gambone, L. J. Caldwell, J. E., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2008). A review of research on women's use of violence with male intimate partners. *Violence and Victims, 28*, 301-314.
- Taylor, C. A. & Sorenson, S. B. (2005). Community-based norms about intimate partner violence: Putting attributions of fault and responsibility into context. *Sex Roles, 53*, 573–589.
- Thompson, M., & Kingree, J. (2006) The Roles of Victim and Perpetrator Alcohol Use in Intimate Partner Violence Outcomes' *Journal of Interpersonal Violence, 21*(2), 163-177.
- Thureau, S., Blanc-Louvry, I., Thureau, S., Gricourt, C., & Proust, B. (2015). Conjugal violence: A comparison of violence against men by women and women by men. *Journal of Forensic and Legal Medicine, 31*, 42-46.
- Tsui, V., Cheung, M., & Leung, P. (2010). Help-seeking among male victims of partner abuse: Men's hard times. *Journal of Community Psychology, 38*(6), 769–780.
- Uthman, O. A., Lawoko, S., & Moradi, T. (2009). Factors associated with attitude toward intimate partner violence against women: A comparative analysis of 17 sub-Saharan countries. *BMC International Health and Human Rights, 9*(1), 14-29.
- Uthman, O. A., Lawoko, S., & Moradi, T. (2010). Sex disparities in attitude toward intimate partner violence against women in Sub-Saharan Africa: Socio-ecological analysis. *BMC Public Health, 10*, 223-230.
- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: The role of beliefs in a just world and ambivalent sexism. *The Spanish Journal of Psychology, 14*(1), 195-206.
- Viki, G. T., & Abrams, D. (2002). Against their will: Benevolent sexism and rape victims. *Relational Justice Bulletin, 15*, 4-5.
- Walker, L. (1979). *The battered woman*. New York, NY: Harper & Row.
- Waltermaurer, E. (2012). Public justification of intimate partner violence: A review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse, 13*, 167–175.
- Waltermaurer, E., Butsashvili, M., Avaliani, N., Samuels, S., & McNutt, L. A. (2013). An examination of domestic partner violence and its justification in the republic of Georgia. *BMC Women's Health, 13*(1), 44-52.
- Wang, L. (2016). Factors influencing attitude toward intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior, 29*, 72-78.
- Weizmann-Henelius, G., Viemero, V., & Eronen, M. (2003). The violente female perpetrator and her vitctim. *Forensic Science International, 113*(3), 197-203.

- West, A. & Wandrei, M. (2002). Intimate Partner Violence: A Model for Predicting Interventions by Informal Helpers. *Journal of Interpersonal Violence, 17*(9), 972-986.
- Whatley, M. A. (1996). Victim characteristics influencing attributions of responsibility to rape victims: A meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior, 1*, 81-95.
- Willis, D. G. & Porche, D. J. (2003). Men are also victims of intimate partner violence. *The Journal of the Association of Nurses in AIDS Care, 14*(2), 13-14.
- Worden, A. P. & Carlson, B. E. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey II: Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 1219–1243.
- World Health Organization (2013). Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence.
- Yarmey, A. D., & Kruschenske, S. (1995). Facial Stereotypes of Battered Women and Battered Women Who Kill. *Journal of Applied Social Psychology, 25*(4), 338-352.
- Zaatut, A., & Haj-Yahia, M. M. (2016). Beliefs about wife beating among Palestinian women from Israel: The effect of their endorsement of patriarchal ideology. *Feminism & Psychology, 26*(4), 1-21.

Anexos

Anexo A

Instrumento de recolha de dados – Versão 1

Grupo 1

1.1 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a uma **mulher que é vítima** de violência doméstica por parte de um homem.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

1.2 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a um **homem que exerce** violência doméstica sobre uma mulher.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

Grupo 2

De seguida ser-lhe-ão apresentadas algumas histórias.

Pedimos que leia atentamente e **responda sem interrupções** de acordo com a escala abaixo.

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Carlos ameaça e chantageia Maria

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Francisco agride Vera dando-lhe uma bofetada

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Luís e Margarida discutem e Luís chama-lhe burra e inútil

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponta a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Rui e Ana discutem e Rui arremessa-lhe um objeto (ex: cinzeiro)

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Grupo 3

Questionário sociodemográfico

Género:

Feminino _____

Masculino _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Estado civil

Solteiro _____

União de facto _____

Casado/a _____

Divorciado/a _____

Viúvo/a _____

Profissão: _____

Naturalidade (concelho e freguesia)

Local de residência – código postal (ex: 1234)

Acha que vive:

Numa aldeia _____

Numa vila _____

Numa cidade _____

Já alguma vez observou alguma situação de violência doméstica?

Sim _____

Não _____

Já alguma vez passou por alguma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor?

Sim _____

Não _____

Anexo B

Instrumento de recolha de dados – Versão 2

Grupo 1

1.1 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a um **homem que é vítima** de violência doméstica por parte de uma mulher.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

1.2 Refira duas características físicas e duas psicológicas que, na sua opinião, associa a uma **mulher que exerce** violência doméstica sobre um homem.

Física _____

Física _____

Psicológica _____

Psicológica _____

Grupo 2

De seguida ser-lhe-ão apresentadas algumas histórias.

Pedimos que leia atentamente e **responda sem interrupções** de acordo com a escala abaixo.

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Vera agride Luís dando-lhe uma bofetada

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Carlos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Maria fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Maria?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Margarida e Francisco discutem e Margarida chama-lhe burro e inútil

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Francisco?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Vera?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Vera fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Maria e Rui discutem e Maria arremessa-lhe um objeto (ex: cinzeiro)

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponta a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Margarida fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Luís?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Margarida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Ana ameaça e chantageia Carlos

Nada 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito

Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse uma pessoa desconhecida?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja do Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o Rui?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua vizinha?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Até que ponto a situação lhe parece grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a Ana fosse sua familiar?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Em que medida concorda que a culpa da situação seja da Ana?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Grupo 3

Questionário sociodemográfico

Género:

Feminino _____

Masculino _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Estado civil:

Solteiro _____

União de facto _____

Casado/a _____

Divorciado/a _____

Viúvo/a _____

Profissão:

Naturalidade (concelho e freguesia):

Local de residência – código postal (ex: 1234):

Acha que vive:

Numa aldeia _____

Numa vila _____

Numa cidade _____

Já alguma vez observou alguma situação de violência doméstica?

Sim _____

Não _____

Já alguma vez passou por alguma situação de violência doméstica como vítima e/ou agressor?

Sim _____

Não _____

Anexo C

Consentimento informado

Este estudo realiza-se no âmbito de duas dissertações de Mestrado em Psicologia a decorrer na Universidade de Évora.

Não há respostas certas ou erradas. A melhor resposta é a sua opinião sincera e pessoal.

As suas respostas são totalmente confidenciais e serão usadas exclusivamente para fins académicos.

A sua participação é completamente voluntária. Se estiver de acordo pedimos-lhe que pressione a seta presente no canto inferior direito do ecrã do seu computador e dê início ao preenchimento do questionário que se segue, o qual tem uma duração aproximada de 10 minutos. É importante certificar-se de que dispõe deste tempo de forma a responder ao questionário sem interrupções.

Responda atentamente a todas as questões, caso contrário não lhe será possível passar para a página seguinte.

Caso utilize a extensão Chrome Tradutor é aconselhável que a desative durante o preenchimento do questionário, uma vez que pode levar a desconfigurações. Pode também utilizar outro browser.

Desde já, muito obrigado pela sua valiosa colaboração.

Anexo D

Categorias físicas, e respectivas palavras e expressões, associadas às vítimas de violência na intimidade

<u>Mulher vítima</u>			<u>Homem vítima</u>		
<u>Categorias</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>	<u>Categorias</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>
Fraca	“Fraca”; “frágil”; “fraca estruturalmente”; “menor força física”; “com pouca força”; “menos força”; “mais fraca”; “menos forte do que o homem”; “porte físico fraco”; “mais fraca fisicamente”; “fraqueza”, “fragilidade”, “ser fraca fisicamente”, “frágil fisicamente”, “sem força”, “débil”, “debilitada fisicamente” e “estrutura corporal débil”	39.5	Fraco	“Fraco”; “pouca força”; “pouco robusto”; “frágil”; “fragilidade”; “não tem força”; “fraca constituição física”; “falta de força”; “fraca estatura”; “estatura fraca”; “debilidade física”; “debilidade”; “débil” e “debilitado”	38.5
Marcas de Agressão	“Nódoas negras”; “marcas no rosto”; “hematomas”; “lesões frequentes”; “ferimentos”; “marcas no corpo”; “olhos negros”; “várias queimaduras”; “dor”; “feridas” e “escoriações”	23.7	Baixo	“Baixo”; “pequeno porte”; “pequeno”; “estatura baixa”; “estatura física pequena” e “baixa estatura”	35.9
Baixa	“Baixa”; “pequena”; “estatura pequena”; “de pequeno porte” e “baixa estatura”	23.1	Magro	“Magrinho”; “magro”; “muito magrinho”; “franzino” e “físico”	32.6
Magra	“Magra”; “franzina” e “mais magra”	16.8	Marcas de agressão	“Ferimentos no corpo”; “nódoas negras”; “arranhões”; “olho negro”; “fraturas”; “hematomas”; “feridas”;	10.4

				“lesões corporais”; “marcas vermelhas no corpo”; “hematoma na cabeça”	
Bonita	“Bonita”; “elegante”; “boa aparência”; “beleza”; “gira”; “charmosa”; “atraente” e “atrativa”	10.0	Normal	“Indiferente”; “não existe nenhuma característica física específica”; “normal”; “irrelevante”; “não associa a nenhuma característica física”	5.9
Desleixada	“Desleixada”; “descuidada”; “pouco arranjada”; “aparência descuidada”; “apresentação menos cuidada”; “desmazelada”; “cabelo mal-arranjado” e “falta de cuidado com a aparência física”	5.9	Gordo	“Gordo” e “obeso”	5.6
Gorda	“Gorda”; “obesa” e “excesso de peso”	5.9	Forte	“Forte”; “robusto”; “força física” e “força”	4.8
Feia	“Feia”; “socialmente pouco bonita”; “pouco atrativa fisicamente” e “pouco atraente”	4.4	Doente	“Doença física”; “limitado fisicamente”; “incapacitado”; “doente” e “incapacidade”	4.4
Normal	“Qualquer pessoa pode ser vítima”; “indiferente”; “não definido”; “não está relacionado com nenhuma característica física” e “qualquer mulher”	3.7	Feio	“Feio”	3.3
Triste	“Olhar vazio”; “olhar triste”; “abatimento”; “cabisbaixa”; “tristeza no olhar”; “abatida”; “olhar vazio” e “em baixo”	3.1	Desleixado	“Aparência descuidada”; “mal vestido”; “desleixado” e “pouco arranjado”	2.2

Anexo E

Categorias físicas, e respectivas palavras e expressões, associadas aos(às) agressores(as) de violência na intimidade

<u>Homem agressor</u>			<u>Mulher agressora</u>		
<u>Categorias</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>	<u>Categorias</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>
Forte	“Força”; “robustez”; “forte”; “forte estruturalmente”; “força física”; “mais forte”; “mais forte do que a vítima”; “fisicamente possante”; “robusto”; “estatura forte” e “forte fisicamente”	56.4	Forte	“Força”; “forte”; “robusta”; “alta força física”; “possante”; “valente”; “vigorosa” e “rija”	51.9
Alto	“Alta estatura”; “alto”; “grande” e “espadaúdo”	27.1	Alta	“Alta”; “grande”; “altura”; “altura superior à média” e “estatura física superior”	36.3
Corpulento	“Bem constituído”; “encorpado”; “corpulento”; “musculado” e “entroncado”	9.0	Gorda	“Gorda” e “obesa”	10.4

Consumidor de substâncias	“Drogado”; “bêbado”; “alcoolismo”; “alcoolizado”; “alcoólico”; “embriagado”; “dependente de substâncias”; “consumo de álcool”; “álcool e drogas” e “consumidor de substâncias”	7.2	Corpulenta	“Atlética”; “musculada”; “corpulenta”; “encorpada” e “entroncada”	6.3
Gordo	“Gordo” e “obeso”	5.6	Baixa	“Baixa” e “pequena”	5.9
Normal	“Homem normal”; “qualquer pessoa pode ser agressor”; “normal”; “indiferente”; “não definido”; “aspecto normal”; “não está relacionado com nenhuma característica física” e “qualquer homem”	5.3	Normal	“Normal” e “estatura normal”	5.9
Feio	“Feio”; “visualmente pouco atrativo”; “considerado feio pela sociedade” e “pouco atrativo”	3.7	Feia	“Feia”	4.4
Desleixado	“Pouco cuidado com a imagem”; “desleixado”; “aparentemente descuidado”; “pouco cuidado”; “postura desleixada”; “descuidado”; “desleixado” e “desmazelado”	3.7	Magra	“Magra” e “tísica”	4.1

Baixo	“Baixa estatura”; “baixo” e “pequeno”	2.8	Estatura média	“Estatura média”	3.3
Mau aspeto	“Mau aspeto” e “mal-encarado”	1.9	Fraca	“Fraca”; “frágil” e “sem força”	3.3
			Ágil	“Ágil” e “destreza”	3.3
			Bonita	“Atraente”; “elegante”; “bonita” e “aparência elegante”	3.0
			Dependente de substâncias	“Dependente de álcool”; “dependente de substâncias” e “alcoolismo”	1.5

Anexo F

Categorias psicológicas, e respetivas palavras e expressões, associadas às vítimas de violência na intimidade

<u>Mulher vítima</u>			<u>Homem vítima</u>		
<u>Categoria</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>	<u>Categorias</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>
Submissa	“Submissão”; “atitudes submissas”; “submissa”; “dominada”; “subjugada” e “controlável”	18.4	Tímido	“Introvertido”; “tímido”; “envergonhado”; “inibido”; “calado”; “retraído”; “acanhado”; “reservado”; “vergonha” e “recatado”	22.6
Baixa autoestima	“Baixa autoestima”; “falta de autoestima”; “autoestima fraca”; “sem autoestima”; “pouca autoestima”; “falta de amor-próprio” e “não gostar dela própria”	16.2	Baixa autoestima	“Sem autoestima”; “baixa autoestima”; “autoestima miserável”; “fraca autoestima”; “falta de amor-próprio” e “pouco amor-próprio”	19.6
Insegura	“Falta de confiança”; “insegura”; “acredita pouco em si própria” e “insegura de si mesma”	15.9	Inseguro	“Sem confiança”; “pouca confiança”; “não acredita em si”; “falta de confiança”; “pouco confiante”; “fraca confiança”; “inseguro” e “pouco seguro de si”	14.4
Assustada	“Medo”; “apavorada”; “com medo”; “assusta-se facilmente”; “receio”;	15.9	Submisso	“Obediente”; “subordinado”; “submisso” e “obediência”	13.3

	“amedrontada”; “ter medo do marido”; “medo de falar com outras pessoas”; “medo do agressor”; “assustada” e “medrosa”				
Triste	“Tristeza”; “entristecida”; “triste”; “olhar triste”; “infeliz”; “cabisbaixo” e “abatida”	13.1	Fraco	“Frágil”; “emocionalmente fraco”; “fraco”; “fraca mentalidade”; 9. “psicologicamente fraco” e “personalidade fraca”	12.6
Tímida	“Timidez”; “reservada”; “envergonhada”; “retraída”; “calada”; “introvertida”; “inibida”; “tímida” e “acanhada”	11.8	Assustado	“Receio”; “assustado”; “medo”; “medroso”; “intimidado”; e “covarde”	9.6
Fraca	“Frágil”; “fragilidade”; “tem uma personalidade frágil”; “fraca”; “fraca psicologicamente” e “fraqueza”	11.5	Triste	“Triste”; “desanimado”; “melancólico”; “tristeza”; “abatido”; “desmoralizado” e “sem vontade”	8.9
Deprimida	“Deprimida”; “depressiva” e “depressão”	10.6	Deprimido	“Depressivo”; “depressão” e “deprimido”	8.5
Dependente	“Dependência financeira”; “dependência económica”; “emocionalmente dependente”; “dependente” e “dependência”	7.5	Sensível	“Bondoso”; “sensível”; “preocupado com os outros”; “bom” e “sensibilidade”	7.0
Ciumenta	“Infiel”; “mentirosa”; “conflituosa”;	7.2	Passivo	“Acomodado”; “passivo” e	5.2

	<p>“controladora”; “agressiva”; “autodestrutiva”; “culpada”; “desequilibrada”; “neurótica”; “prepotente”; “provocadora”; “mal-educada”; “teimosa”; “reclamona”; “chata”; “ciúme”; “ciumenta”; “exagerada” e “mau-feitio”</p>			<p>“conformista”</p>	
Nervosa	<p>“Nervosa”; “agitada”; “ansiosa”; “ansiedade”; “stressada”; “stresse” e “nervosa”</p>	5.6	Ciumento	<p>“Agressivo”; “agressividade”; “violência com os outros”; “bruto”; “controlado”; “obsessivo”; “possessivo”; “desconfiado” e “ciumento”</p>	4.9
Sensível	<p>“Bondosa”; “boa”; “sensível” e “elevada sensibilidade”</p>	5.6	Dependente	<p>“Dependente” e “dependente financeiramente”</p>	4.1
Solitária	<p>“Solidão”; solitária”; “isolamento”; “isolada”; “fechar-se no seu espaço”; “pouco social” e “pouco sociável”</p>	5.3	Instável	<p>“Emocionalmente perturbado”; “perturbado”; “problema emocional”; “labilidade emocional”; “instabilidade emocional” e “instável”</p>	3.7
Tolerante	<p>“Permissiva”; “tolerante” e “paciente”</p>	4.0	Calmo	<p>“Calmo”; “sossegado”; “pacífico” e “paciente”</p>	3.3
Instável	<p>“Instável” e “emocionalmente instável”</p>	3.7	Solitário	<p>“Isolamento”; “solitário”; “solidão” e</p>	2.2

				“isolamento da própria família”	
Dócil	“Meiga”; “doce” e “dócil”	2.5	Influenciável	“Influenciável” e “manipulável”	1.9
Traumatizada	“Trauma” e “traumatizada”	1.9			
Influenciável	“Maleável”; “influenciável” e “manipulável”	1.6			

Anexo G

Categorias psicológicas, e respectivas palavras e expressões, associadas aos(as) agressores(as) de violência na intimidade

<u>Homem agressor</u>			<u>Mulher agressora</u>		
<u>Categorias</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>	<u>Categorias</u>	<u>Palavras e expressões</u>	<u>N (%)</u>
Agressivo	“Agressivo”; “agressividade” e “violento”	19.3	Agressiva	“Agressiva” e “violenta”	17.4
Dominador	“Dominante”; “dominador”; “domínio sobre os outros”; “dominação” e “controlador”	14.0	Dominadora	“Controladora”; “Exerce controlo sobre o homem”; “dominadora”; “personalidade dominadora”; “dominante”; “sentido de dominância”; “dominação”; “excessiva necessidade de manter o controlo”; “opressiva” e “perseguidora”	16.7
Perturbado	“Doente”; “doença”; “doente mental”; “mentalmente afetado”; “distúrbio mental”; “comportamento perturbado”; “perturbado”; “doente mental” e “mentalmente afetado”	11.8	Autoritária	“Autoritária” e “mandona”	11.5
Inseguro	“Complexo de inferioridade”; “sentimento de inferioridade”; “falta de confiança”; “inferioridade”; “insegurança” e “inseguro”	9.0	Manipuladora	“Manipuladora”; “persuasiva” e “influenciadora”	8.1

Ciumento	“Ciumento”	8.4	Insegura	“Sem confiança”; “insegura” e “complexos de inferioridade”	5.9
Arrogante	“Arrogância”; “arrogante”; “prepotência” e “prepotente”	7.2	Arrogante	“Arrogante” e “prepotente”	5.9
Possessivo	“Possessividade”; “sentimento de posse”; “a mulher é sua posse” e “possessivo”	6.5	Deprimida	“Depressão” e “deprimida”	5.6
Machista	“Machismo”; “machista” e “diálogos machistas”	6.5	Ciumenta	“Ciumenta”	5.2
Convencido	“Sentimento de superioridade”; “convencido”; “superioridade”; “superioridade às mulheres”; “achar-se superior à esposa”; “autoconfiante”; “excesso de autoestima” e “demasiado confiante”	6.2	Possessiva	“Possessiva”	5.2
Impulsivo	“Impulsivo”; “explosivo”; “imprevisível” e “descontrolado”	5.9	Impulsiva	“Impulsiva”; “irrefletida”; “inconsequente”; “atos irrefletidos”; “impulsividade” e “descontrolada”	4.4
Fraco	“Fraco”; “mentalmente fraco” e “frágil”	5.6	Obsessiva	“Obsessiva”; “obcecada” e “perseguidora”	4.1
Instável	“Instável”; “mentalmente instável”; “alterações de humor” e “bipolar”	5.3	Má	“Má”; “mau carácter”; “maldade”; “maldosa” e “mau íntimo”	4.1
Autoritário	“Autoritário” e “autoritarismo”	5.0	Perturbada	“Transtornada”; “desorientada”; “perturbada”;	3.7

				“perturbação”; “doente” e “doença mental”	
Manipulador	“Manipulador” e “persuasivo”	5.0	Triste	“Infeliz”; “triste” e “desanimada”	3.3
Frustrado	“Revoltado”; “inconformado” e “frustrado”	4.4	Confiante	“Autoconfiança”; “confiante” e “segura”	3.3
Irritável	“Irritado”; “impaciente”; “irritável” e “irritadiço”	3.4	Fraca	“Emocionalmente fraca”; “débil”; “fraca”; “frágil” e “fragilizada”	3.0
Baixa autoestima	“Baixa autoestima” e “fraca autoestima”	3.1	Egocêntrica	“Narcísica”; “egocentrismo” e “egocêntrica”	3.0
Rude	“Rude”; “bruto”; “grosseiro” e “rispidez”	3.1	Autoestima baixa	“Autoestima baixa”	2.6
Egocêntrico	“Narcisista” e “Egocêntrico”	3.1	Autoestima alta	“Autoestima elevada”; “autoestima alta” e “maior autoestima”	2.6
Desequilibrado	“Desequilibrado”	3.1	Desonesta	“Mentirosa”; “falsa”; “desonesta”; “deslealdade” e “dissimulada”	2.6
Covarde	“Covarde”	3.1	Desequilibrada	“Desequilibrada” e “desequilíbrio emocional”	2.6
Nervoso	“Nervoso”; “stresse”; “stressado”; “ansioso” e “ansiedade”	2.8	Medo	“Medo”	2.6
Ignorante	“Pouco culto”; “pouco sábio”; “pouca educação” e “ignorante”	2.5	Corajosa	“Destemida”; “corajosa”; “audaz” e “sem medo”	2.2
Inflexível	“Intolerante”; “inflexível”; “rigoroso” e “exigente”	2.5	Instável	“Mentalmente instável” e “instável”	2.2
Deprimido	“Depressivo”; “deprimido” e “depressão”	2.2	Vingativa	“Vingativa” e “impiedosa”	2.2

Mau	“Má pessoa”; “maldoso”; “íntimo mau” e “mau”	2.2	Determinada	“Decidida”; “determinada”; “ideias fixas” e “teimosa”	1.9
Obsessivo	“Obsessivo”	2.2	Tímida	“Tímida” e “reservada”	1.9
Desconfiado	“Desconfiado” e “paranóico”	2.2	Intolerante	“Austera”; “intolerante”; “intransponível” e “intransigível”	1.9
Insensível	“Insensível” e “sem compaixão”	1.9	Insensível	“Insensível”; “fria”; “cruel” e “insensibilidade”	1.9
Mal-educado	“Mal-educado” e “sem formação cívica”	1.9	Perspicaz	“Esperta”; “inteligente” e “perspicaz”	1.5
Desonesto	“Infel”; “desonesto” e “mentiroso compulsivo”	1.2	Rude	“Rude”; “hostil” e “bruta”	1.5
Egoísta	“Egoísta”	1.2	Presunçosa	“Acha-se superior”; “superioridade” e “presunçosa”	1.5
Retrógrado	“Antiquado” e “retrógrado”	0.9	Irreverente	“Irreverente”; “alguém sem respeito pelo outro” e “desrespeito”	1.5
Conflituoso	“Conflituoso” e “provocador”	0.9	Solitária	“Solidão” e “solitária”	1.5
Antipático	“Antipático” e “mau-humor”	0.9	Nervosa	“Nervosa”	1.5
			Frustrada	“Frustração” e “frustrada”	1.5

Anexo H

Itens utilizados no instrumento para avaliarem o sentimento de responsabilidade pessoal, a percepção de severidade, a atribuição de culpa e a intenção comportamental

Dimensão Avaliada	Itens* ** ***	Bases teóricas que sustentam a formulação dos itens
Sentimento de Responsabilidade Pessoal	Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima** fosse sua vizinha?	Escalas de Atitudes Policiais de Gracia e Colaboradores (2008) <ul style="list-style-type: none">• Escala de Responsabilidade: pediu-se aos participantes para avaliarem, através de uma escala de likert de 10 pontos, o quão responsáveis se sentiam para agir face a cada um dos oito cenários de VPI contra a mulher. Pontuações mais elevadas indicavam um maior sentimento de responsabilidade pessoal.
	Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse sua familiar?	
	Perante esta situação até que ponto se sentiria responsável por fazer alguma coisa se a vítima fosse uma pessoa desconhecida?	
Percepção de	Até que ponto esta situação lhe	Escalas de Atitudes Policiais de Gracia e Colaboradores (2008)

Severidade	parece grave?	<ul style="list-style-type: none"> • Escala de Gravidade: pediu-se aos participantes para avaliarem, mediante uma escala de likert de 10 pontos, a gravidade de cada um dos oito cenários de VPI contra a mulher. Pontuações mais elevadas indicavam uma maior gravidade percebida. <p>Valor-Segura e Colaboradores (2011)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para cada episódio de VPI contra a mulher colocou-se a seguinte questão ao participante: <i>Quão sério considera que é o episódio descrito?</i> O sujeito deveria responder mediante uma escala de likert em que 1 correspondia a "nada sério" e 7 a "muito sério" <p>Turgeon e Chamberland (1994 como citado em Chamberland, et al. 2007; como citado em Chamberland & Laporte, 2010)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com recurso a suporte audiovisual, pediu-se aos participantes que visualizem-se cenas de VPI contra a mulher e que indicassem, para cada uma, o grau de severidade. Podiam fazê-lo mediante uma escala de likert de 6 pontos, em que 1 correspondia a "nada violento" e 6 a "extremamente violento"
	<p>Em que medida concorda que a culpa da situação seja do/da agressor/a?</p> <p>Em que medida concorda que a culpa da situação seja da vítima?</p>	<p>Gracia e Tomás (2014)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizaram uma questão para avaliar a atribuição de culpa à vítima: <i>"Considera o comportamento provocador das mulheres como uma"</i>

<p>Atribuição de Culpa</p>	<p>Em que medida concorda que a culpa da situação se deva a outras situações de vida (ex: desemprego, etc)?</p>	<p><i>das causas da violência doméstica contra as mulheres?"</i> O sujeito deveria responder mediante uma escala dicotômica (sim/não)</p> <p>Langhinrichsen-Rohling, et al. 2004</p> <ul style="list-style-type: none"> Os autores utilizam duas questões para avaliar a atribuição de culpa ao agressor: <i>"Em que medida o sucedido foi culpa de Michael? E "Quão responsável acha que o Michael foi pelo sucedido?"</i> e outras duas questões para avaliar a atribuição de culpa à vítima: <i>"Em que medida o sucedido foi culpa de Susan? e "Quão responsável acha que a Susan foi pelo sucedido?"</i> <p>Valor-Segura e Colaboradores (2011)</p> <ul style="list-style-type: none"> Para cada cenário de VPI contra a mulher colocou-se a seguinte questão ao participante: <i>"Em que medida considera que a mulher pode, em parte, ser culpada pelo que aconteceu?"</i> O sujeito deveria responder mediante uma escala de <i>likert</i> em que 1 correspondia a "nada culpada" e 7 a "completamente culpa"
	<p>Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia anónima?</p>	<p>Chabot e Colaboradores (2009)</p> <ul style="list-style-type: none"> Para cada cenário de VPI contra a mulher os autores questionaram o

Intenção comportamental	Perante esta situação qual a probabilidade de realizar uma denúncia identificada (não anónima)?	<p>participante quanto à probabilidade de intervirem. Os sujeitos deveriam responder mediante uma escala de likert de 5 pontos em que 1 correspondia a “sem qualquer possibilidade de intervir” e 5 a “interviria definitivamente”</p> <ul style="list-style-type: none"> Os autores pediram ainda aos participantes que, para cada cenário, escolhessem o tipo de intervenção pela qual optariam: falar com a vítima; falar com o agressor; envolver-se fisicamente.
	Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar o/a agressor/a?	
	Perante esta situação qual a probabilidade de falar/aconselhar a vítima?	
	Perante esta situação qual a probabilidade de intervir diretamente na mesma?	
<p>Notas: *Os itens são iguais em ambas as versões do instrumento</p> <p>**No instrumento original utilizam-se nomes próprios em detrimento dos termos vítima e agressor/a</p> <p>*** A resposta aos diferentes itens é feita mediante a seguinte escala de likert: <i>Nada</i> 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 <i>Muito</i></p>		

Anexo I

Lista de nomes próprios

Ana	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
João	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Rita	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
António	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Vera	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Luís	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Sara	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
José	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Mariana	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Carlos	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Joana	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Rui	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Raquel	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Francisco	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Marta	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Pedro	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Maria	Idade	Jovem _____	Idoso

	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Nuno	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Cláudia	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Vítor	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Patrícia	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Miguel	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Catarina	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Jorge	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado
Margarida	Idade	Jovem _____	Idoso
	Habilitações	4ª Classe _____	Mestrado

Anexo J

Tabela de frequências estatísticas dos nomes próprios em relação à idade

<i>Nomes próprios</i>	<i>Escala</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	<i>Total N (%)</i>
	<i>diferencia- semântica</i>	<i>Jovem</i>							<i>Idoso</i>	
Ana		3 (6.1%)	7 (14.3%)	12 (24.5%)	16 (32.%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	2 (4.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
João		3 (6.1)	4 (8.2%)	8 (16.3%)	15 (30.6%)	12 (24.5%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Rita		4 (8.2%)	8 (16.3%)	17 (34.7%)	11 (22.4%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)		2 (4.1%)	49 (100%)
António		1 (2.0%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	9 (18.4%)	13 (26.5%)	14 (28.6%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Vera		4 (8.2%)	8 (16.3%)	7 (14.3%)	17 (34.7%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	2 (4.1%)		49 (100%)
Luís		2 (4.1%)	8 (16.3%)	7 (14.3%)	15 (30.6%)	10 (20.4%)	5 (4.1%)		2 (4.1%)	49 (100%)
Sara		6 (12.2%)	13 (26.5%)	13 (26.5%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	1 (2.0%)		1 (2.0%)	49 (100%)
José				1 (2.0%)	5 (10.2%)	4 (8.2%)	18 (36.7%)	14 (28.6%)	7 (14.3%)	49 (100%)
Mariana		5 (10.2%)	14 (28.6%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)	4 (8.2%)	5 (10.2%)	1 (2.0%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Carlos		2 (4.1%)	2 (4.1%)	5 (10.2%)	10 (20.4%)	10 (20.4%)	11 (22.4%)	7 (14.3%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Joana		4 (8.2%)	9 (18.4%)	15 (30.6%)	9 (18.4%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Rui		4 (8.2%)	1 (2.0%)	11 (22.4%)	10 (20.4)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	2 (4.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Raquel		5 (10.2%)	13 (26.5%)	13 (26.5%)	9 (18.4%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)	1 (2.0%)	1 (2.0%)	49 (100%)
Francisco		3 (6.1%)	7 (14.3%)	11 (22.4%)	6 (12.2%)	4 (8.2%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)

Marta	6 (12.2%)	10 (20.4%)	11 (22.4%)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	1 (2.0%)	2 (4.1%)		49 (100%)
Pedro	5 (10.2%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)	14 (28.6%)	8 (16.3%)	3 (6.1%)	1 (2.0%)		49 (100%)
Maria	4 (8.2%)	3 (6.1%)	5 (10.2%)	7 (14.3%)	8 (16.3%)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Nuno	1 (2.0%)	7 (14.3%)	11 (22.4%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	2 (4.1%)	1 (2.0%)	49 (100%)
Cláudia	4 (8.2%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	15 (30.6%)	6 (12.2%)	2 (4.1%)	2 (4.1%)		49 (100%)
Vítor	1 (2.0%)	2 (4.1%)	4 (8.2%)	8 (16.3%)	6 (12.2%)	13 (26.5%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	49 (100%)
Patrícia	4 (8.2%)	9 (18.4%)	15 (30.6%)	14 (28.6%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)			49 (100%)
Miguel	2 (4.1%)	4 (8.2%)	11 (22.4%)	19 (38.8%)	9 (18.4%)	4 (8.2%)			49 (100%)
Catarina	5 (10.2%)	8 (16.3%)	13 (26.5%)	11 (22.4%)	5 (10.2%)	6 (12.2%)	1 (2.0%)		49 (100%)
Jorge	2 (4.1%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	12 (24.5%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	3 (6.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Margarida	4 (8.2%)	7 (14.3%)	11 (22.4%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	4 (8.2%)	2 (4.1%)	1 (2.0%)	49 (100%)

Tabela de frequências estatísticas dos nomes próprios em relação à escolaridade

<i>Nomes próprios</i>	<i>Escola</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>Total N (%)</i>
	<i>diferencia- semântica</i>	<i>4ª Classe</i>							<i>Mestrado</i>	
Ana		4 (8.2%)	1 (2.0%)	5 (10.2%)	9 (18.4%)	10 (20.4%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	5 (10.2%)	49 (100%)
João		2 (4.1%)	1 (2.0%)	9 (18.4%)	22 (44.9%)	8 (16.3%)	6 (12.2%)	1 (2.0%)		49 (100%)
Rita			1 (2.0%)	3 (6.1%)	12 (24.5%)	10 (20.4%)	10 (20.4%)	11 (22.4%)	2 (4.1%)	49 (100%)
António		6 (12.2%)	7 (14.3%)	12 (24.5%)	12 (24.5%)	2 (4.1%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Vera			2 (4.1%)	9 (18.4%)	15 (30.6%)	8 (16.3%)	8 (16.3%)	5 (10.2%)	2 (4.1%)	49 (100%)
Luís			4 (8.2%)	5 (10.2%)	18 (36.7%)	8 (16.3%)	8 (16.3%)	5 (10.2%)	1 (2.0%)	49 (100%)
Sara		1 (2.0%)	3 (6.1%)	5 (10.2%)	9 (18.4%)	6 (12.2%)	10 (20.4%)	12 (24.5%)	3 (6.1%)	49 (100%)
José		8 (16.3%)	9 (18.4%)	18 (36.7%)	4 (8.2%)	6 (12.2%)	4 (8.2%)			49 (100%)
Mariana		2 (4.1%)	4 (8.2%)	10 (20.4%)	6 (12.2%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	4 (8.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Carlos		1 (2.0%)	1 (2.0%)	11 (22.4%)	14 (28.6%)	7 (14.3%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Joana		3 (6.1%)	1 (2.0%)	6 (12.2%)	10 (20.4%)	15 (30.6%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Rui		2 (4.1%)	2 (4.1%)	6 (12.2%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	12 (24.5%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Raquel		2 (4.1%)	3 (6.1%)	4 (8.2%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	11 (22.4%)	2 (4.1%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Francisco		2 (4.1%)	1 (2.0%)	4 (8.2%)	10 (20.4%)	10 (20.4%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	1 (2.0%)	49 (100%)

Marta	1 (2.0%)	1 (2.0%)	1 (2.0%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	12 (24.5%)	7 (14.3%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Pedro			6 (12.2%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	11 (22.4%)	6 (12.2%)	6 (12.2%)	49 (100%)
Maria	6 (12.2%)	4 (8.2%)	4 (8.2%)	15 (30.6%)	7 (14.3%)	5 (10.2%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Nuno		1 (2.0%)	4 (8.2%)	18 (36.7%)	8 (16.3%)	10 (20.4%)	3 (6.1%)	5 (10.2%)	49 (100%)
Cláudia		1 (2.0%)	4 (8.2%)	16 (32.7%)	9 (18.4%)	11 (22.4%)	5 (10.2%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Vítor	3 (6.1%)	5 (10.2%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	8 (16.3%)	6 (12.2%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Patrícia	1 (2.0%)		5 (10.2%)	10 (20.4%)	13 (26.5%)	10 (20.4%)	6 (12.2%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Miguel	1 (2.0%)	1 (2.0%)	3 (6.1%)	13 (26.5%)	13 (26.5)	10 (20.4%)	4 (8.2%)	4 (8.2%)	49 (100%)
Catarina	1 (2.0%)	3 (6.1%)	7 (14.3%)	10 (20.4%)	7 (14.3%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Jorge	1 (2.0%)		13 (26.5%)	15 (30.6%)	6 (12.2%)	8 (16.3%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	49 (100%)
Margarida	2 (4.1%)	3 (6.1%)	3 (6.1%)	11 (22.4%)	12 (24.5%)	9 (18.4%)	9 (18.4%)		49 (100%)

Anexo L

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal agressor” e o fator “gênero”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Gênero	1	320	8.779	.560	.455	.002	.116

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo M

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal agressora” e o fator “gênero”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Gênero	1	268	1.784	.098	.755	.000	.061

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo N

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “escolaridade”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Escolaridade	2	319	16.815	1.652	.193	.010	.348

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo O

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “escolaridade”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Escolaridade	2	265	5.463	.427	.653	.003	.119

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo P

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “perceção de severidade” e o fator “idade”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Idade	2	318	5.929	.703	.496	.004	.168

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo Q

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “idade”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Idade	2	318	9.103	.888	.413	.006	.203

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo R

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “idade”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Idade	2	267	8.642	.679	.508	.005	.164

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo S

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “residência”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Residência	2	319	2.436	.289	.749	.002	.096

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo T

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “residência”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Residência	2	319	15.314	1.504	.224	.009	.320

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo U

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “residência”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Residência	2	267	.047	.004	.996	.000	.051

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo V

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “estado civil” para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Estado civil	2	319	15.552	1.861	.157	.012	.387

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo X

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “percepção de severidade” e o fator “estado civil”, para a amostra 2

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Estado civil	2	267	1.112	.081	.922	.001	.062

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada

Anexo Z

ANOVA de medições repetidas a um fator para a variável dependente “atribuição causal vítima” e o fator “estado civil”, para a amostra 1

Fator	Efeito <i>df</i>	Erro <i>df</i>	Média	<i>F</i>	<i>p</i> *	η^2p^*	<i>P</i> *
Estado civil	2	319	.216	.021	.979	.000	.053

**p* <.05, η^2p eta dos quadrados parciais, *P* potência de teste observada